Antropologia
A linguista Ana Vilacy se dedica a documentar as línguas e culturas dos povos originários do Brasil **EU&**

Vinhos
Historicamente voltada à produção de grandes volumes, a região do Tejo se reinventa **EU&**

Cinema
Unir cinema e política "é sempre o Santo Graal para mim", diz Wagner Moura, em cartaz com "Guerra Civil" **EU&**

Sexta-feira, 19 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5984 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Ações brasileiras têm queda bem maior do que as dos emergentes neste ano

Finanças Brasil acumula recuo de 14,89% na bolsa em 2024, enquanto a média de outros 24 países caiu 0,50%; já a média global tem alta de 3,50% no período

Augusto Decker
De São Paulo

As ações brasileiras têm sofrido mais do que as de outros países emergentes neste ano. Os papéis do Brasil acumulam queda de 14,89% em 2024, enquanto a média de 24 emergentes é de recuo de 0,50%. No caso da média global, há uma alta de 3,50% no período, segundo os índices de ações MSCI, que servem para comparar o desempenho das bolsas em diferentes economias e regiões. A comparação é feita em dólar. Nesse contexto, a valorização da moeda americana em relação à brasileira afeta negativamente o desempenho do índice do país.

De acordo com analistas, entre as questões que levam o Brasil a se distanciar de seus pares estão a incerteza fiscal — agravada após o governo ter mudado a meta para 2025, de um superávit primário de 0,5% do PIB para zero —, a dificuldade de ações com peso na bolsa local, especialmente de Vale, e a volatilidade causada pelas tentativas do governo de influenciar empresas domésticas. "A questão fiscal sempre foi a parte mais frágil da discussão sobre o Brasil", diz Eduardo Carlier, da Azimut Brasil Wealth Management. Segundo gestores, a revisão da meta contribuiu para a forte alta juros futuros, que pesa sobre a bolsa.

Para o J.P. Morgan, os principais motivos para o mau desempenho das ações no Brasil neste ano são a queda expressiva da Vale, os juros ainda altos no país e a forte desvalorização do real. As ações ordinárias da mineradora, que representam 14,16% do Ibovespa e 10,99% do MSCI brasileiro, estão em baixa de 15,65% neste ano, pressionadas sobretudo pelo recuo dos preços do minério de ferro. A tentativa do governo de indicar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para o comando da companhia também é citada por gestores como fator de volatilidade.

No cenário global, a perspectiva de juros altos nos EUA por mais tempo do que inicialmente previsto também afetou a renda variável no mundo, mas com possível peso maior sobre o Brasil. Isso porque, no país, foi intensa a saída de recursos, já que os estrangeiros haviam feito aportes volumosos no fim de 2023 em razão dos preços atrativos da bolsa brasileira e do início dos cortes na Selic. **Página C1**

Consumo e renda levam a alta de previsões para PIB no 1º tri e no ano

Marcelo Osakabe e Anaïs Fernandes
De São Paulo

Os números mais fortes de consumo e renda em janeiro e fevereiro têm levado economistas a elevar as projeções de crescimento do PIB para os primeiros três meses do ano e também para 2024. Indicadores de alta frequência de instituições financeiras já indicam expansão no primeiro trimestre entre 0,6% e 0,9% em relação aos três meses imediatamente anteriores.

A aposta dos economistas foca, em especial, no impulso ao consumo, tanto por parte do mercado de trabalho aquecido como pela política fiscal expansionista. Para o ano, várias instituições têm aumentado as estimativas de crescimento para a casa de 2%. Itaú Unibanco e BTG Pactual elevaram de 2% para 2,3%; o Picpay, de 1,5% para 2%; o BNP Paribas, de 1,8% para 2%; e o Santander, de 1,5% para 1,8%. **Página A6**

EMAE vai hoje a leilão com três propostas

Robson Rodrigues e Taís Hirata
De São Paulo

A Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) vai a leilão hoje, com a expectativa do governo paulista de arrecadar ao menos R$ 780 milhões com a venda de suas ações na companhia. Ao todo foram entregues três propostas — do grupo francês EDF, da Matrix Energy e do Fundo Phoenix, um multimercado que tem o investidor Nelson Tanure entre seus cotistas. O principal ativo da Emae é a hidrelétrica de Henry Borden, cujo complexo inclui os reservatórios Billings e Guarapiranga, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e o canal do rio Pinheiros. A empresa também opera as hidrelétricas de Porto Góes, em Salto (SP), Rasgão e Pirapora, ambas em Pirapora do Bom Jesus (SP). **Página B1**

Uma agenda factível para o problema fiscal de longo prazo
Cristiane Schmidt **A14**

Declínio do emprego na indústria parece ser uma tendência irreversível
Dani Rodrik **A15**

Investimento externo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Para manter-se atrativo ao capital estrangeiro, o Brasil precisa continuar a fazer reformas estruturantes, micro e macro, para atacar dois problemas: a baixa produtividade e a questão fiscal de médio e longo prazo, diz o presidente do Morgan Stanley no país, Alessandro Zema. Página C6

Portaria dá poder a Padilha e alimenta crise com Congresso

Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Julia Lindner
De Brasília

Portaria do Executivo, que devolveu ao ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) o controle sobre o fluxo de emendas parlamentares, é o mais novo ingrediente da crise entre o Planalto e o Congresso. O ritmo de liberação desses recursos também tem desagradado aos líderes de partidos — apesar de decreto prevendo que R$ 20,5 bilhões em emendas individuais e de bancada seriam liberados até o fim de junho, o montante está em R$ 2,8 bilhões. Com o aumento da tensão, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) antecipou para hoje seu retorno de viagem aos EUA. Segundo fontes do Planalto, a portaria não tem relação com a recente troca de farpas entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Padilha, já que teria sido assinada antes do entrevero dos últimos dias, mas foi uma resposta à tentativa do Congresso de excluir Padilha dessas negociações. **Página A10**

Cabeça de gestor

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Fernando Marques Oliveira, sócio e presidente do braço latino-americano da H.I.G. Capital — que já investiu quase US$ 1 bilhão em empresas brasileiras e não abre mão de participar de sua gestão —, antecipa que irá criar mais um fundo de private equity. Página EU&

Destaques

Bons resultados na construção
As prévias operacionais de 17 incorporadoras (15 listadas em bolsa), referentes ao 1º trimestre, mostram o efeito positivo das mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no ano passado e o otimismo dos clientes de média e alta renda com a queda dos juros. Nos três segmentos, o aumento no valor geral de vendas (VGV) superou 43%. **B3**

Carf aceita dedução de multa
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) permitiu à J&F deduzir uma multa de R$ 10 bilhões da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. A penalidade é resultado de acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal, no âmbito da Operação Lava-Jato. Segundo advogados, é a primeira decisão do órgão nesse sentido. **E1**

Brasil perde R$ 453 bi com ações ilegais

Estevão Taiar e Marcos de Moura e Souza
De Brasília e São Paulo

O Brasil teve em 2022 um prejuízo de R$ 453,5 bilhões devido a atividades como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de impostos e furto de serviços públicos, segundo estudo realizado pela CNI, Firjan e Fiesp. Conforme o relatório, "o mercado ilegal drena de forma crescente recursos da economia, distorce relações concorrenciais, prejudica a estrutura pública, contribui para a insegurança, precariza o mercado de trabalho e o bem-estar da população, comprometendo o futuro do país".

Em nova investida contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Ministério Público de Minas Gerais realizou ontem operação que prendeu preventivamente 120 pessoas denunciadas por integrarem a facção, envolvimento com tráfico de drogas e envio ilegal de celulares para criminosos em presídios. **Página A2**

Indicadores

Ibovespa	18/abr/24	0,02 % R$ 21,9 bi
Selic (meta)	18/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	18/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	18/abr/24	5,2506/5,2512
Dólar comercial (mercado)	18/abr/24	5,2491/5,2497
Dólar turismo (mercado)	18/abr/24	5,2993/5,4793
Euro comercial (BC)	18/abr/24	5,5966/5,5983
Euro comercial (mercado)	18/abr/24	5,5866/5,5872
Euro turismo (mercado)	18/abr/24	5,6688/5,8488

Alta das frutas não aumenta lucro do produtor

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A forte alta nos preços das frutas, percebida pelo consumidor e refletida nos índices de inflação, não se traduziu em aumento de receita para o produtor. Com quedas na produtividade causadas por questões climáticas, a própria valorização dos produtos reduziu a demanda.

Grande produtora de itens como manga, mamão e melão no Nordeste, os resultados da Agrícola Famosa foram prejudicados pelas chuvas. "Desde dezembro tem chovido constantemente na região, com perdas muito grandes de produtividade. Áreas que poderiam produzir perto de duas mil caixas não chegam a mil e tem áreas que a gente nem colheu", diz o gerente de vendas, Lucas Gutierrez.

A Brasnica, maior produtora de bananas do país, teve o problema inverso — falta de chuva — em Minas e Tocantins, com perdas acima de 50% em certas áreas. **Página B10**

Energia Ideia é rever regulação do setor para que insumo chegue 25% mais barato à indústria, diz Silveira

MME busca meios de ampliar oferta de gás

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Ministério de Minas e Energia concluiu o trabalho para identificar as oportunidades de ampliação da oferta de gás natural e concluiu que é possível, nos próximos anos, entregar mais de 150 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/dia). As linhas gerais da proposta foram apresentadas a investidores do setor nesta quinta-feira (18) pelo ministro Alexandre Silveira no evento "Gas Week 2024".

Além de ampliar a oferta do produto, o governo planeja adotar medidas regulatórias para as atividades de escoamento e processo que podem reduzir o preço final em 25% para a indústria, em especial.

O aumento da entrega de volumes de gás natural ao mercado interno viria de projetos que estão em andamento e iniciativas em estudo. Segundo o ministro, a aquisição de gás argentino, da região de Vaca Muerta, pode ampliar a oferta em 3 milhões de m^3/dia. Ele projeta mais 14 milhões de m^3 no mercado brasileiro com o Projeto Raia, da Equinor. O Rota 3, unidade de processamento da Petrobras no Rio, contribuirá com mais 18 milhões de m^3/dia. O mesmo volume deve ser viabilizado com o Projeto Sergipe Águas Profundas, o Seap.

Para concretizar a entrega de volume expressivo de gás, o governo terá que concretizar os planos de desenvolver o mercado de biometano, chamado pelo ministro de "pré-sal caipira", com potencial de oferta de 60 milhões de m^3/dia. Outro desafio seria quebrar a resistência à exploração de gás não convencional, que utiliza o polêmico processo de fraturamento hidráulico para retirar óleo e gás de rochas porosas no subsolo. Neste caso, o acréscimo de oferta seria de 32 milhões de m^3/dia.

No caso do corte de 25% no preço, o ministro de Minas e Energia defendeu que precisa ser enfrentado o alto custo o custo do transporte pelos gasodutos marítimos, que levam o produto do poço até a costa, e tratamento nas unidades de processamentos (UPGNs).

Silveira explicou que o gás sai da "boca do poço", onde é produzido, ao custo de US$ 2,86 por milhão BTU (unidades térmicas britânicas). Porém, somente as etapas de transporte pelos gasodutos marítimos e tratamento nas UPGNs somam US$ 9,22 (ou 46% do preço final). "Quando chega em terra, esse gás já custa para o brasileiro, para indústria nacional, US$ 12,08. Ou seja, chega na costa brasileira a preços muito acima da média internacional", reclamou Silveira.

A esse valor, disse o ministro, ainda somam mais US$ 2,04 do gasoduto de transporte em terra e US$ 1,28 pelo serviço local de gás canalizado, totalizando o preço final de US$ 20,14 por milhão de BTU. "O gás no Brasil tem esse preço absurdo, que nós identificamos, e queremos agora discutir como é que vamos trabalhar para que tenha uma regulação moderna, segura no gasoduto do escoamento, porque não pode deixar de ter transparência na sua composição", afirmou.

O governo constatou que os produtores de gás acabam optando por reinjetar o gás no poço porque o preço final torna a comercialização inviável. "Hoje, a nossa produção é de pouco mais de 140 milhões de m^3/dia, enquanto a reinjeção ultrapassa 73 milhões de m^3/dia", afirmou, lembrando que a indústria mundial reinjeta, em média, 28% do gás produzido.

"Nosso gás tem que chegar na indústria química, na siderurgia, na metalurgia, na cerâmica, na energia e em diversos outros setores. Tem que chegar para quem produz riqueza e gera oportunidades no Brasil", afirmou Silveira, na abertura do evento.

O ministro falou em garantir um "choque de oferta" no setor. "Vamos promover um verdadeiro choque de oferta do gás, com acesso à infraestrutura de escoamento e processamento, reduzindo custos", disse.

Silveira afirmou que, a exemplo do que ocorre no setor elétrico, o mercado de gás deverá contar com um "comitê de monitoramento", que reúne autoridades dos principais órgãos em encontros periódicos para tratar das condições de suprimento e preço do produto.

"O monitoramento da oferta e demanda do setor será constante. Criaremos um 'comitê de monitoramento' para acompanhar a evolução das obras e a previsão da entrada em operação de projetos importantes para a garantia do abastecimento nacional", afirmou Silveira.

"O Brasil deixará de ter o gás natural entre os mais caros do planeta", acrescentou.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

"O Brasil deixará de ter o gás natural entre os mais caros do planeta"
Alexandre Silveira

Curta

Dengue
O Ministério da Saúde decidiu ampliar a campanha de vacinação contra dengue para o público de 4 a 59 anos. A nova estratégia se deve à proximidade de vencimento das doses, dia 30 de abril. Inicialmente, foi definido que os municípios que ainda tiverem com um alto número de doses a vencer em 30 de abril poderão ampliar a vacinação para a faixa etária de 6 a 16 anos.

Contas públicas Governo projeta redução do gasto com educação em R$ 23 bilhões dentro de dez anos, devido à diminuição do número de jovens no total da população

Brasileiro envelhece e eleva custo com saúde em R$ 67,2 bi até 2034

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo está preocupado com a pressão que o envelhecimento populacional trará às despesas com saúde e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no médio prazo. A manifestação foi feita no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, ao incluir um capítulo sobre mudanças demográficas como um risco fiscal a ser monitorado pelo Executivo.

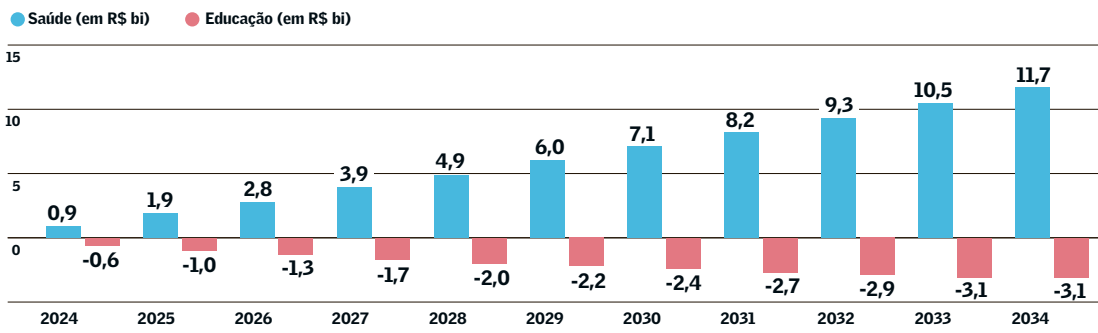
"Nas próximas décadas, o Brasil passará por profunda modificação de sua estrutura etária, com aumento do número de idosos na população e redução do número de jovens. Tal transformação demográfica impõe desafios às políticas públicas, na medida em que influi diretamente sobre a demanda por diferentes formas de atuação estatal", alerta o governo, sem, contudo, propor alternativas para enfrentar esse cenário.

O governo calcula que somente a evolução demográfica (crescimento e envelhecimento populacionais) vai aumentar o gasto público com as principais despesas com saúde em R$ 67,2 bilhões de 2024 a 2034, dado que a população de maior idade demanda proporcionalmente mais cuidados médicos. O valor considera despesas com assistência farmacêutica, inclusive o programa Farmácia Popular, e da atenção de média e alta complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais).

A pressão ficará maior com o passar dos anos. Começa com um impacto de R$ 900 milhões neste ano e sobe gradativamente, até alcançar R$ 11,7 bilhões em 2034, último ano de análise no exercício feito pelo Tesouro Nacional.

Segundo o governo, o referido impacto foi calculado levando em conta projeção das despesas considerando a evolução demográfica da população, conforme dados do IBGE, contra um cenário em que o tamanho e a composição da população permanecessem constantes aos níveis de 2023.

"Tais cenários também assumem como constantes a cobertura atual dos serviços prestados, no caso da saúde, e a ampliação da cobertura no sentido de se alcançar as metas propostas para o PNE 2024-2034, no caso da educação, bem como o nível atual de eficiência na provisão dos serviços, em ambas as áreas", explica o governo no anexo do PLDO.

No caso da educação, a demografia atua de maneira favorável, no sentido de gerar uma menor pressão sobre os gastos, dado que o tamanho da população jovem tem caído em termos relativos e absolutos. A expectativa é que a expansão demográfica reduza em R$ 23 bilhões os gastos com educação de 2024 a 2034, levando em conta todas as despesas com controle de fluxo, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb, salário-educação e o impacto primário do Fies.

Apesar do ganho, ele será insuficiente para cobrir a alta de gastos com saúde. A demanda líquida acumulada de despesas da União em saúde e educação, decorrente da evolução demográfica, será R$ 44,2 bilhões no período 2024 a 2034, em valores de 2023.

Em 2034, ou seja, daqui a dez anos, o envelhecimento da população fará as despesas com saúde crescerem R$ 11,7 bilhões, enquanto com educação deverão cair R$ 3,1 bilhões, resultando numa demanda líquida de R$ 8,6 bilhões a preços de 2023. "Tal cifra representa 6,9% do valor despendido em 2022 nos mesmos programas", diz o governo.

No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência carentes, a equipe econômica observa que o gasto com o programa deverá aumentar "substancialmente no futuro próximo", devido ao envelhecimento da população, ao crescimento da expectativa de sobrevida e À alta anual do salário mínimo superior ao aumento da renda média.

O governo prevê que a despesa com o BPC chegará a 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e alcançará 1,05% em 2028. Para este ano, a previsão é de um dispêndio de 0,90% do PIB. No começo do mês, o **Valor** alertou que as despesas do governo com o BPC têm crescido na casa dos dois dígitos, em ritmo muito superior ao limite do novo arcabouço fiscal (até 2,5% real), trazendo mais um elemento de pressão ao Orçamento.

Apesar das considerações incluídas no anexo de riscos fiscais, o governo não aponta quais soluções poderá adotar para enfrentar a pressão que a evolução demográfica causará às despesas com saúde e BPC. O anexo de revisão de gastos também não traz medidas de economia para essas duas áreas. Procurados para comentar, o Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento e Orçamento não responderam.

Nos bastidores, o que se sabe é que a área técnica do governo defende mudanças no cálculo do piso da saúde, que hoje é atrelado à variação da receita. Já para o BPC, o governo aposta na revisão do cadastro e no combate às fraudes. As ações, contudo, não têm relação direta com a pressão da evolução demográfica. São uma demanda devido ao limite de despesas do novo arcabouço.

Risco demográfico

Envelhecimento populacional trará pressão sobre as contas públicas

Fonte: PLDO 2025. *despesas selecionadas pelo Tesouro Nacional em saúde e educação

> Mudança demográfica custará ao governo R$ 44 bi só com saúde e educação

Em março, reajuste salarial supera INPC

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Em março, 85,7% dos reajustes salariais negociados no período acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme dados do Dieese. Os três primeiros meses de 2024 registraram resultados acima inflação em mais de 85% dos casos.

Segundo o Dieese, o que influenciou o desempenho das negociações no começo do ano foi a valorização do salário mínimo em janeiro, que ficou 6,97% acima do valor vigente desde maio de 2023.

Um quarto das negociações do trimestre registrou reajustes percentuais entre 6,5% e 7,5%, resultando, de acordo com o Dieese, em ganhos reais que variam de 2,8% a 3,6% acima da inflação.

A variação real média das correções em março, no momento, é igual a 1,52%. "Com a incorporação de novos resultados das datas-base de janeiro e fevereiro, os valores reais médios correspondentes a esses meses sofreram leve redução: em janeiro caiu de 1,91% para 1,81%; e em fevereiro, de 1,63% para 1,57%", aponta.

No acumulado do primeiro trimestre do ano, o Dieese destaca ganhos reais registrados em 86,1% dos 1.825 resultados analisados. As correções equivalentes ao INPC foram observadas em 10,7% das vezes, enquanto os demais 3,2% ficaram abaixo da variação do índice inflacionário. A variação real média em 2024 é de 1,75%.

Nos setores econômicos, a indústria segue com o maior percentual de reajuste sobre o INPC: 88% — serviços e comércio vêm em seguida, respectivamente, com 86,9% e 76%.

INÊS249

Polarização nacional tem limites na eleição de 24

César Felício

A polarização nacional nas eleições municipais deste ano tem limites claros, que podem ser traduzidos em alguns casos concretos. Talvez o mais emblemático seja o de São Luís. Na capital do Maranhão o deputado federal Duarte Júnior, do PSB, terá o apoio do PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, até segunda ordem, deve ter o respaldo do PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. A ampla aliança tem o governador Carlos Brandão (PSB) como padrinho e o ex-governador e ex-senador Flavio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, como inspirador.

No polo oposto está o prefeito Eduardo Braide (PSD), que deve ter o apoio do MDB da ex-governadora e deputada federal Roseana Sarney. São Luís está no radar do bolsonarismo, onde o ex-presidente teve 40% no primeiro turno, tanto que nesse sábado a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro deverá passar pela cidade, e as disputas em São Luís sempre foram bastante polarizadas, mas a bússola que dá o rumo das eleições na capital maranhense, seja a favor ou contra, é o Palácio dos Leões, sede do governo estadual, não o do Planalto.

Hoje no PSB, Duarte Júnior já disputou a prefeitura contra Braide em 2020, com apoio de Dino , pelo Republicanos. "Eleição municipal é como uma escolha para zeladoria. O eleitor não quer saber se é de direita ou de esquerda. Se a gente se tranca na nossa bolha, abre mão de forças necessárias", comenta o deputado.

Outro exemplo que relativiza a polarização nacional é o de Manaus. Lá tanto o PL quanto o PT têm pré-candidatos, no caso se destacam respectivamente o deputado federal Alberto Neto e o ex-deputado Marcelo Ramos. Nenhum dos dois, entretanto, é favorito. O prefeito Davi Almeida (Avante) disputa a reeleição e o presidente da Assembleia Legislativa, Roberto Cidade (União Brasil) conta com o apoio do governador Wilson Lima. Na posição de "outsider", alimentado pelas redes sociais, está o deputado federal Amon Mandel (Cidadania), que tem apenas 23 anos e que em 2022 conseguiu impressionantes 24% dos votos de Manaus para a Câmara.

Para tentar se viabilizar, Ramos tentará uma polarização nacional que não está posta na disputa local. Ele é egresso do PL na fase pré-Bolsonaro do partido, mas tem como principal ativo o apoio de Lula. "O debate nacional dificilmente predomina, mas ele tangencia. Não digo que será determinante, mas em algum momento a polarização nacional será um dos elementos", aposta.

Esse é exatamente o ponto a que se atém o cientista político Antonio Lavareda, do instituto de pesquisas Ipespe, para desconstruir a ideia da polarização. "Lula e Bolsonaro são personalidades influentes, mas não decisivas. Achar que um candidato irá vencer tendo como único ativo o alinhamento nacional é um absurdo analítico", comenta. Para ele, a principal variável é a popularidade ou impopularidade do governo municipal, quando o prefeito disputa a reeleição razoavelmente bem avaliado.

O precedente é eloquente. Com a única exceção da eleição de 2016, em todas as disputas municipais desde 2000 a taxa de sucesso entre os prefeitos que tentaram um novo mandato ficou acima de 60%, segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios relativos ao primeiro turno. Na eleição de 2016, marcada por uma crise econômica profunda e por uma forte rejeição da classe política pela opinião pública, o percentual recuou para 49%.

Uma fatia considerável dos prefeitos que pretendem disputar a eleição migrou de partido de 2020 para cá em razão de dois fatores, relacionados com a polarização nacional, mas não diretamente decorrentes dela. Tendem a se reproduzir estruturalmente, independentemente de posições ideológicas.

O primeiro grande fator é a influência dos governos estaduais, amplificada quando há um alinhamento com o governo federal. Trata-se de uma trilha para se obter mais recursos, sobretudo nos municípios menores.

Para ficar em três exemplos do Nordeste: o PT elegeu 18 prefeitos no Ceará em 2020. Hoje, depois da janela partidária, está com 45. No Piauí, o partido elegeu 24 prefeitos e hoje conta com 51. Na Bahia, foram 32 petistas eleitos e hoje são 49 governando. Os dados foram divulgados pelo próprio PT em seu site. Os três Estados são governados por petistas há algum tempo, mas com o governo Lula Bahia, Ceará e Piauí receberam ministérios.

Fenômeno semelhante acontece em São Paulo, onde houve uma migração da antiga base tucana para o Republicanos, PSD e PL, partidos da base do governador Tarcísio de Freitas. Não há nesse caso o amplificador do alinhamento entre governo estadual e federal, mas aí entra em cena com força o segundo fator, que é o fundo eleitoral reforçado que estas siglas detêm.

No caso das grandes cidades, pesa ainda o espaço no horário eleitoral gratuito, que cacifa o PL e o PT. Fundo partidário, tempo de televisão e alinhamento com o governador foram fatores preponderantes para a decisão do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), em buscar uma aliança com o bolsonarismo. Em 2020 ele foi eleito vice-prefeito na chapa de Bruno Covas (PSDB), dispensando a extrema-direita, mas naquela época PSDB e MDB tinham outro tamanho.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Poderes Parlamentares também reclamam de fluxo de liberações; decreto prevê R$ 20,5 bi, mas só R$ 2,6 bi foram entregues até agora

Emendas nas mãos de Padilha podem fazer crise escalar

Renan Truffi, Andrea Jubé, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Julia Lindner
De Brasília

Um novo capítulo na disputa por emendas parlamentares ao Orçamento está por trás da mais recente crise entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Em uma frente, parlamentares estão insatisfeitos com uma portaria editada pelo governo para devolver ao ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) o controle do fluxo dessas verbas. Além disso, o ritmo de liberação dos recursos tem desagradado a líderes. Apesar de um decreto prever que R$ 20,5 bilhões em emendas individuais e de bancada fossem liberados até o fim de junho, esse montante está em R$ 2,6 bilhões.

Diante da tensão entre os Poderes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou para esta sexta-feira seu retorno de Washington ao Brasil, após participar de eventos do G20 na capital americana. A pasta informou que o motivo da mudança de planos é a "agenda econômica em Brasília e negociações com o Congresso envolvendo os projetos de interesse do governo". O movimento ocorre após lideranças dos dois Poderes atuarem nesta semana para diminuir a tensão.

Publicada na sexta-feira da semana passada, a portaria sobre as emendas teria sido um dos fatores que contribuíram para a elaboração do pacote de projetos desfavoráveis ao Executivo colocado em prática no início da semana pela Câmara dos Deputados. O texto, que só veio à tona nessa quinta-feira (18), obriga o titular da articulação política a ser notificado dos pedidos feitos pelos parlamentares.

Segundo interlocutores do Planalto, a portaria não tem relação com a última troca de farpas entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e Padilha — já que teria sido assinada antes do entrevero que marcou os últimos dias —, mas, é, sim, uma resposta do governo à decisão do Congresso de tentar excluir o ministro da SRI dessas negociações.

Como mostrou o **Valor**, o Congresso tinha dado um "drible" no ministro ao retirar a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no ano passado, de que as indicações das emendas de comissão e de bancada deveriam passar pela SRI antes de seguir para as pastas responsáveis pelas áreas beneficiadas pelos recursos.

Ainda que apenas regulamente algo que já é uma prerrogativa da pasta comandada por Padilha, a medida gerou insatisfação nos líderes partidários e ampliou o desgaste entre os Poderes. Recados foram dados por meio de votações consideradas derrotas ao governo, como a aprovação de um requerimento de urgência a um projeto do pacote anti-invasões.

Apesar de nenhum projeto de decreto legislativo (PDL) ter sido apresentado até a noite de ontem, esse poderia ser um dos caminhos escolhidos por opositores para impor uma nova derrota ao Palácio do Planalto. Desde o início do governo Lula, parlamentares recorreram ao PDL como ferramenta para pressionar o governo a revisitar medidas assinadas pelo presidente.

O cronograma de liberação das emendas também é motivo de atrito. Os parlamentares cobram o cumprimento de um acordo consolidado em decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 22 de fevereiro, estabelecendo o cronograma mensal de pagamento das emendas. A norma prevê o pagamento de até R$ 20,5 bilhões até 30 de junho — prazo legal para transferência de recursos federais antes das eleições municipais.

O documento foi um gesto do Executivo ao Congresso, depois que Lula vetou dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixando um calendário para o pagamento dos recursos a que têm direito deputados e senadores. A regra havia sido criada pelo relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) para impor um ritmo legal à execução das emendas. Apesar da edição do decreto com calendário similar, o assinado por Lula não tem a mesma força vinculante de uma lei federal como a LDO. Se o decreto for desobedecido, o Executivo não será punido, observou ao **Valor** uma fonte do Congresso.

> Aumento da tensão fez Haddad antecipar seu retorno dos EUA ao Brasil

Pelo decreto, o governo deveria ter repassado aos parlamentares até abril R$ 11,2 bilhões, sendo R$ 8,3 bilhões em emendas individuais, e R$ 2,8 bilhões em emendas de bancadas, todas impositivas, e incluindo restos a pagar do ano passado. Os R$ 2,6 bilhões empenhados até a quarta-feira (17) representam pouco mais de 20% desse total.

No mesmo dia da assinatura do decreto, Alexandre Padilha prometeu um cronograma para liberar pelo menos R$ 14,5 bilhões de emendas parlamentares nas áreas de saúde e da assistência social até 30 de junho. Padilha deu as declarações ao lado de Danilo Forte e da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A mais recente onda de insatisfação do Legislativo com o governo foi tornada pública na quinta-feira, quando Arthur Lira afirmou que Padilha era um "desafeto pessoal" e "incompetente". Já nesta semana, uma movimentação para impor derrotas ao Executivo na Câmara chegou a ser articulada. Entre os itens, estava um requerimento de urgência uma proposta para suspender portaria que regulamenta a Lei de Igualdade Salarial. A articulação foi revertida a pedido da bancada feminina.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS
Lira: ataque de presidente da Câmara a ministro fez crescer tensão entre Poderes

Na quarta-feira, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, almoçou com Lira. O **Valor** apurou que, nesse encontro, o chefe da Câmara tentou convencer o governo de que não orquestrou uma série de "pautas-bomba" para retaliar o Palácio do Planalto no Congresso. Lira já vinha dando essa explicação aos líderes da base aliada governista, mas repetiu a tese para o titular da Casa Civil durante o almoço.

Rui Costa, por sua vez, buscou amenizar a crise com o Parlamento ao dizer para Lira que Padilha não teve nenhuma relação com a decisão do governo petista de demitir seu primo da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas. A demissão foi outro fator que fez o embate entre os dois lados escalar de tamanho.

Segundo interlocutores, Rui Costa teria sugerido, inclusive, mostrar as conversas que teve com Padilha, num aplicativo de troca de mensagens, sobre esse assunto, como forma de comprovar sua versão dos fatos, mas Lira não teria achado necessário. *(Colaborou Jéssica Sant'Ana)*

PEC do quinquênio agiganta ameaça fiscal

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou sua volta ao Brasil em meio ao impacto da redução da meta fiscal do próximo ano e das pautas-bomba no Congresso que ameaçam ainda mais as contas do governo numa conjuntura externa dificultada pela trajetória dos juros nos Estados Unidos e a instabilidade provocada pelo conflito no Oriente Médio.

A última das bombas fiscais foi a aprovação na quarta-feira, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da proposta de emenda constitucional que garante a juízes, procuradores, defensores públicos, delegados, auditores da Receita e advogados públicos e um sem número de categorias do serviço público um aumento de 5% a cada cinco anos de trabalho, sem qualquer avaliação de desempenho ou mérito.

Trata-se de um penduricalho aprovado em 1964 que foi extinto em 1999, sobreviveu em alguns Estados mas só acabou mesmo quando uma portaria do Conselho Nacional de Justiça assim o determinou em 2006. De lá pra cá, as carreiras, lideradas pelo Judiciário, têm pressionado por seu retorno com o argumento de que o salário de entrada ficou próximo daquele de saída. A reduzir o de entrada, propuseram um escalonamento que reajustará em até 35% os vencimentos até o topo da carreira sem nenhum parâmetro de mérito. Num país com universidades federais em greve a reivindicar equiparação com as condições do Judiciário, a aprovação desta PEC teria um efeito devastador.

Foi mais um capítulo do morde e assopra entre Congresso e Judiciário. A PEC é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e é relatada pelo ex-líder do governo Jair Bolsonaro na Casa, Eduardo Gomes (PL-TO), que acolheu 36 emendas ao projeto responsáveis por ampliar em mais de 20 vezes seu impacto fiscal.

> De autoria de Pacheco, PEC é parte do morde e assopra com Judiciário

No dia anterior, o Senado havia aprovado a PEC das drogas, que confronta a maioria formada no Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Deste assopro, porém, sobrou uma mordida para o contribuinte. Se aprovada, a PEC do quinquênio teria um impacto de R$ 42 bilhões sobre o Orçamento.

A bancada governista foi contrária mas só conseguiu reunir sete votos, dois dos quais da oposição. A PEC foi aprovada na comissão por 18 votos. Há chances de que não passe no plenário porque o governo conta com votos na oposição para barrá-la, caso dos senadores Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), Eduardo Girão (Novo-CE) e Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

A esta PEC do quinquênio juntam-se as ameaças decorrentes da corda esticada entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o Palácio do Planalto, com impacto sobre a votação do veto presidencial de R$ 5,7 bilhões, sobre as isenções do programa para o setor de eventos (Perse) de mesmo valor e sobre a pauta mais relevante de todas, a regulamentação da reforma tributária. As mais de 200 frentes parlamentares que deverão atuar nesta votação ameaçam desvirtuar a maior vitória legislativa deste governo.

No mercado crescem cobranças no sentido de que, atingido teto da busca de equilíbrio fiscal pela receita, o governo faça cortes de gastos. A conjuntura política, porém, os dificulta. Haddad esbarrou numa muralha ao propor a reoneração da folha das prefeituras em pleno ano de eleições municipais.

Das heranças do governo passado, aquela que a equipe econômica mais gostaria de reverter é a reforma nos benefícios da carreira militar que acabaram por zerar os advindos da reforma do sistema de pensões. Hoje a União gasta R$ 43,9 bilhões para 300 mil militares da reserva e pensionistas e R$ 46,5 bilhões para 680 mil servidores aposentados civis, mas o risco de se mexer nesse tema com o golpismo bolsonarista ainda insepulto é gigante.

Congresso Federalização de ativos e desconto proporcional no saldo devedor estarão na minuta

Pacheco prepara proposta para dívida dos Estados

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Pacheco: presidente do Senado atua desde o ano passado para que a União assuma participações acionárias nas estatais Cemig, Codemig e Copasa

Julia Lindner
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende entregar ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma proposta para a renegociação da dívida dos Estados que envolve não só a federalização de ativos, que enfrenta forte resistência da equipe econômica, mas também um desconto proporcional no saldo devedor remanescente. No caso de Minas Gerais, Estado de Pacheco, o abatimento poderia chegar a 50%, de acordo com as regras da minuta elaborada pelo presidente do Senado.

Pacheco atua desde o ano passado para que a União assuma, a título de pagamento, participações acionárias na Companhia Energética Minas Gerais (Cemig), Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

O valor da transação das três estatais é estimado pela equipe de Pacheco em R$ 80 bilhões — somente a Codemig, considerada a mais valiosa, é avaliada em R$ 59 bilhões. A quantia é questionada pelo governo e ainda está sob avaliação do Tesouro Nacional em meio às discussões no campo político.

Agora, Pacheco quer propor um desconto proporcional para o restante da dívida, de acordo com o montante pago através dos ativos. No caso de Minas Gerais, que deve cerca de R$ 160 bilhões à União, a oferta das três empresas representaria supostamente metade do valor devido. Assim, pela ideia do presidente do Senado, haveria ainda um desconto de 50% no saldo remanescente, sobrando R$ 40 bilhões em dívidas para o Estado pagar.

> Avanço da PEC do quinquênio na CCJ do Senado foi visto como um alerta ao governo

A proposta de Pacheco é vista como ambiciosa até mesmo por parlamentares próximos a ele. Ainda assim, interlocutores do presidente do Senado garantem que ele não abre mão da federalização e de um desconto generoso no saldo restante. Como mostrou o **Valor**, o chefe do Legislativo tem ameaçado travar a pauta econômica do governo caso as tratativas não avancem.

Existe uma avaliação na Casa de que o governo enfrenta uma situação delicada especialmente após a revisão, na última semana, das metas para as contas públicas em 2025 e 2026.

O projeto de renegociação das dívidas também valeria para os outros Estados. Na última semana, Pacheco reuniu governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul para discutir os termos da proposta que será encaminhada à Fazenda. O grupo defende, entre outras coisas, que a correção das dívidas seja pelo IPCA mais 1% de juros. Atualmente, a correção já é feita pelo IPCA, mas somada a 4% de juros.

Nos bastidores, aliados de Pacheco reclamam que o ministro Fernando Haddad não tem cumprido promessas feitas a ele. Um dos motivos seria a demora em finalizar o projeto da renegociação da dívida, medida pleiteada pelo mineiro desde 2023. Interlocutores do ministro alegam que ele tem boa relação com Pacheco e está empenhado em avançar com as matérias.

O prazo estabelecido pelo presidente do Senado, agora, vai até a próxima semana. O objetivo é que o texto comece a tramitar ainda no mês de abril.

Outro foco de insatisfação é o atraso no envio pelo governo dos projetos que tratam da regulamentação da reforma tributária ao Legislativo, que deveriam ter chegado no dia 15 deste mês.

O avanço no Senado da proposta de emenda à Constituição (PEC) do quinquênio, que turbina o salário de juízes, procuradores e membros de outras categorias, foi visto como um alerta ao governo. Da forma que está, a PEC pode ter impacto anual de R$ 42 bilhões, segundo cálculos da Fazenda. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa com apoio até mesmo de governistas e agora vai ao plenário.

Nessa quinta-feira (18), Haddad anunciou que decidiu antecipar o retorno de sua viagem a Washington, nos Estados Unidos, justamente para focar na agenda econômica em Brasília. Ainda não há, no entanto, confirmação de uma nova agenda entre Haddad e Pacheco.

INÊS249

Judiciário Avaliação do STF é de que documento trata apenas de ofícios e não das decisões que determinaram retirada de conteúdo

Relatório americano não traz maioria das decisões de Moraes

Isadora Peron
De Brasília

Em resposta ao relatório divulgado pelo Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, o Supremo Tribunal Federal (STF) esclareceu que o documento não traz a íntegra da maioria das decisões proferidas pelo ministro Alexandre de Moraes, que determinou a suspensão ou remoção de perfis nas redes sociais.

Segundo a Corte, o relatório traz apenas os "ofícios enviados às plataformas para cumprimento da decisão" e não as "decisões fundamentadas que determinaram a retirada de conteúdo ou perfis".

Em uma comparação, seria como divulgar o mandado de prisão expedido contra uma pessoa e não a decisão que fundamentou os motivos para prendê-la. "Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", disse o STF.

Os documentos foram fornecidas ao Parlamento americano pela rede social X (antigo Twitter). A plataforma pertence ao empresário Elon Musk, que recentemente passou a atacar Moraes e denunciar uma suposta censura em curso no Brasil.

O Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes é um colegiado formado, em sua maioria, por integrantes do Partido Republicano, que faz oposição ao governo do democrata Joe Biden. Ele é comandado pelo deputado Jim Jordan, ligado ao ex-presidente Donald Trump.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF

Alexandre de Moraes: ministro teve expostas mais de 50 ordens judiciais

O relatório, com mais de 500 páginas, foi batizado de "O ataque contra liberdade de expressão no exterior e o silêncio da administração Biden: o caso do Brasil". O documento menciona uma suposta perseguição a aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas ignora os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Nessa quinta-feira, ao ser questionado sobre o assunto, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, disse que esse era "um problema de política interna dos Estados Unidos".

No seu entendimento, parlamentares da oposição ao governo Biden usaram o modo como se tem protegido a democracia no Brasil, enfrentando a desinformação criminosa, como pretexto para criticar o presidente americano.

Entre ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o fato de uma comissão do Congresso dos EUA ter divulgado um relatório com dados sigilosos da Justiça brasileira está sendo visto como um movimento mais amplo, coordenado pela extrema-direita, para questionar um suposto cerceamento da liberdade de expressão pelo mundo.

Para eles, ainda será necessário um distanciamento histórico para entender o que está por trás dessa história, mas, definitivamente, não se trata de um fenômeno que atinja apenas o Brasil.

No contexto internacional, os ministros apontam que essa cruzada em nome de uma pretensa liberdade de expressão acontece justamente no ano em que Trump tenta voltar ao comando dos EUA. As eleições do país americano estão marcadas para novembro.

Nesse cenário, coube a Musk liderar a ofensiva da extrema-direita. Em 7 de abril, o bilionário usou a rede social para afirmar que iria divulgar todas as decisões proferidas por Moraes que atingiram a sua plataforma e declarar que não mais cumpriria as ordens judiciais.

Nos dias seguintes, o X afirmou que havia enviado o material para o Congresso americano, após receber uma intimação. Os dados, então, foram revelados pelo colegiado ligado aos republicanos. Ao todo, foram expostas mais de 50 ordens judiciais proferidas por Moraes no STF e outras dezenas do TSE, corte que é presidida pelo ministro.

Nessa quinta-feira, por meio de sua rede social, Musk disse que "a lei quebrou a lei" no Brasil, em nova crítica a Moraes. Paralelamente, a comissão do Congresso dos EUA enviou um novo requerimento para que o governo Biden forneça mensagens trocadas com o Judiciário brasileiro sobre o caso.

Nunes Marques decide retirar tornozeleira de Rogério Andrade

Isadora Peron e Camila Zarur
De Brasília e do Rio

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a retirada da tornozeleira eletrônica e revogou o recolhimento noturno domiciliar que era imposto a Rogério Andrade. O contraventor responde a processos sob a acusação de chefiar uma organização criminosa que domina o jogo do bicho, máquinas de caça-níqueis, bingos e cassinos na Zona Oeste do Rio.

Andrade foi preso em flagrante em agosto de 2022 por determinação da 1ª Vara Especializada em Crime Organizado, a pedido do Ministério Público do Rio. A prisão foi revogada no fim de 2022, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante operação da Polícia Federal, que buscava encontrar Gustavo de Andrade, seu filho, foram encontrados documentos na casa onde ele se encontrava, em Petrópolis, na Região Serrana.

No pedido de prisão, os promotores alegavam que o material apreendido comprovava que o bicheiro continua operando como líder de sua organização criminosa. A operação ocorreu após o STF suspender os pedidos anteriores de prisão do bicheiro.

A decisão tomada por Nunes Marques na terça-feira, não é a primeira beneficiando Andrade. Anos antes, em 2021, o ministro foi responsável por revogar a prisão preventiva do bicheiro, suspeito de ser o mandante do assassinato de Fernando Iggnácio.

Iggnácio era genro de Castor de Andrade, morto em 1997, tio de Rogério e que ficou conhecido como patrono da Mocidade Independente de Padre Miguel. A execução, em novembro de 2020, teria sido motivada por uma disputa de pontos do jogo ilegal no Rio de Janeiro.

Em 2022, a Segunda Turma do STF acompanhou o entendimento de Nunes Marques e determinou o encerramento da ação penal aberta contra o contraventor. Para ele, a denúncia do Ministério Público do Rio contra Andrade foi baseada em "meras ilações".

O advogado de Rogério Andrade, André Callegari, disse que a decisão do ministro do STF, Nunes Marques, é uma resposta a um habeas corpus apresentado pela defesa, alegando que as medidas cautelares foram cumpridas pelo bicheiro "religiosa e fielmente" por dois anos e que agora já não eram mais necessárias.

"Não havia mais motivos para a manutenção das cautelares transcorridos quase dois anos da implementação. Como o paciente as cumpriu religiosamente, inclusive com informações nesse sentido do juiz de primeiro grau, elas não se justificavam mais", disse Callegari.

O advogado completou: "O ministro corretamente atendeu a justificativa da defesa, que demonstrou a desnecessidade da manutenção das cautelares agora retiradas."

Em fevereiro deste ano, Nunes Marques assistiu ao desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Em nota, ele informou que foi pela primeira vez ao Sambódromo, a convite da prefeitura e do governo do Rio. Também disse não ter "nenhuma relação com escola de samba ou seus dirigentes".

Tensão regional General iraniano diz que país revisará status de seu 'programa pacífico', caso israelenses retaliem a ofensiva de sábado

Irã adverte que pode produzir arma nuclear, se Israel atacar

Laurence Norman e Aresu Eqbali
Dow Jones

O Irã advertiu ontem que poderá produzir armas nucleares se Israel atacar suas instalações nucleares, em nova escalada das ameaças entre os dois países e aumento da tensão no Oriente Médio.

Os comentários seguem-se ao ataque aéreo do Irã contra Israel no sábado. As autoridades israelenses disseram que pretendem responder à ofensiva com mísseis e drones lançada por Teerã.

O brigadeiro Ahmad Haghtalab, que comanda a segurança das instalações nucleares iranianas, disse que o Irã poderá mudar o status de sua política nuclear — uma referência à antiga promessa pública do líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, de não construir armas nucleares.

Haghtalab, uma figura-chave da Guarda Revolucionária — a força que domina a política militar e de defesa sob Khamenei —, alertou que o Irã retaliará contra locais nucleares israelenses se Israel atingir instalações nucleares iranianas. Acredita-se que Israel possui armas nucleares, mas o país nunca confirmou isso.

"Se o fraudulento regime sionista quiser usar a ameaça de atacar as instalações nucleares do nosso país como uma ferramenta para colocar o Irã sob pressão, a revisão da doutrina e das políticas nucleares da República Islâmica, bem como o afastamento dos compromissos anteriormente anunciados será concebível e provável", acrescentou Haghtalab.

O gabinete do premiê israelense não respondeu a um pedido para comentários.

Enquanto isso, os EUA e o Reino Unido impuseram ontem novas sanções aos líderes militares iranianos e fabricantes de drones para punir Teerã por seu ataque aéreo contra Israel no fim de semana. A União Europeia disse que planeja novas medidas contra o Irã para conter suas atividades militares.

"Estamos empenhados em agir em conjunto para aumentar a pressão econômica sobre o Irã", disse o presidente dos EUA, Joe Biden, em um comunicado, referindo-se aos países do G7. Ele pediu medidas adicionais para "restringir os programas militares desestabilizadores do Irã".

Apesar da ordem religiosa de Khamenei de 2003 contra o desenvolvimento de armas de destruição em massa, a agência atômica da Organização das Nações Unidas (ONU) e autoridades ocidentais acreditam que o Irã trabalhou na construção de armas nucleares pelo menos até aquele ano.

A comunidade de inteligência dos EUA avaliou nos últimos anos que Teerã não retomou a produção de armas nucleares, mas continuou progredindo em várias frentes para dominar o processo de fabricação dessas armas.

Segundo especialistas, é improvável que Israel ataque instalações nucleares do Irã em retaliação ao ataque da última semana. Sem uma participação ativa dos EUA, um ataque israelense a instalações fortificadas poderia ser bem menos eficaz em atrasar o programa nuclear de Teerã.

Ainda assim, o Irã também tomou medidas para proteger suas instalações nucleares. O presidente da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), o argentino Rafael Grossi, disse a jornalistas na segunda-feira que as instalações iranianas foram fechadas no fim de semana. Elas reabriram na segunda-feira e inspetores retomaram os trabalhos na terça, segundo disse a agência.

As autoridades iranianas já ameaçaram abandonar um acordo internacional de prevenção à propagação de armas nucleares e expulsar inspetores da ONU do país se os EUA ou Israel tomarem medidas agressivas contra ele.

Especialistas nucleares há muito preveem que se Teerã retomar a produção de armas nucleares, fará isso secretamente. O Irã afirma que seu programa nuclear tem natureza puramente civil.

Nos últimos meses, altos funcionários iranianos fizeram uma série de declarações sugerindo que o Irã está muito mais perto de dominar a construção de armas nucleares do que sugerem autoridades ocidentais, o que suscitou novas preocupações da agência atômica da ONU sobre os planos de Teerã.

Qualquer iniciativa de retomar o trabalho com armas nucleares seria um passo altamente arriscado de Teerã. Autoridades israelenses já disseram que Israel agirá militarmente se Teerã produzir material físsil adequado para armas.

Entre as instalações nucleares do Irã estão duas centrais, Natanz e Fordow, de enriquecimento de urânio; uma mina de urânio; e uma fábrica para produzir yellowcake, o ingrediente básico para o enriquecimento de urânio. O Irã também possui fábricas para a produção de centrífugas — máquinas que transformam o urânio em graus de pureza mais elevados — e uma instalação de conversão de urânio na cidade de Isfahan.

O Irã já produziu material físsil suficiente para cerca de três armas nucleares, segundo dados da agência atômica da ONU. No entanto, isso precisaria ser incorporado a uma ogiva e acoplado a mísseis para produzir uma bomba. No ano passado, o general Mark Milley, ex-chefe do Estado Maior Conjunto, disse ao Congresso americano que o Irã poderia produzir uma arma nuclear em alguns meses.

Exportações de petróleo em alta. Apesar das sanções ocidentais, as exportações iranianas de petróleo atingiram o nível mais alto dos últimos seis anos, dando um impulso de US$ 35 bilhões por ano à economia do país, disse a empresa de dados Vortexa.

O Irã vendeu uma média de 1,56 milhão de barris/dia no primeiro trimestre do ano, quase tudo para a China.

De acordo com o chefe de risco geopolítico do Rapidan Energy Group, Fernando Ferreira, os iranianos dominaram a "arte" de contornar as sanções. "Se o governo Biden realmente pretende ter algum impacto [com a imposição de novas sanções], ele precisa mudar o foco para a China", afirmou em entrevista ao "Financial Times".

Instalações nucleares do Irã

Locais se espalham pelo país

Fontes: Global Security / Nuclear Threat Initiative / FT

> "Vamos agir em conjunto para aumentar a pressão sobre o Irã"
> *Joe Biden*

Novo conflito tira foco da crise na Faixa de Gaza

AHMAD SALEM/BLOOMBERG

Líderes e diplomatas europeus e árabes alertaram para o risco de o ataque do Irã reduza a pressão sobre Israel para aceitar um cessar-fogo na Faixa de Gaza e aliviar a crise humanitária no enclave palestino. "Não devemos perder o foco no que está acontecendo em Gaza, onde a catástrofe humanitária continua", disse Josep Borrell, principal diplomata europeu. Antes do ataque sem precedentes do Irã no sábado, no qual disparou mais de 300 mísseis e drones contra Israel, o Estado judeu estava cada vez mais isolado por restringir a entrega de ajuda humanitária a Gaza. "Os israelenses estão usando [o ataque iraniano] de forma muito inteligente", disse um diplomata árabe. "Há três semanas, as declarações dos líderes mundiais sobre Israel continham críticas e linhas vermelhas. Agora mudou a narrativa." Na foto, escombros do campo de refugiados de Nuseirat após saída das forças israelenses.

FMI alerta para impacto econômico da guerra em Gaza

Agências internacionais

A crescente instabilidade regional causada pela guerra entre Israel e o Hamas poderá ter um impacto econômico duradouro nos países do Oriente Médio e do Norte de África, alertou ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na sua mais recente avaliação econômica regional, o Fundo disse projeta um "fraco" crescimento de 2,6% este ano para a região do Oriente Médio, Norte da África e Paquistão, abaixo dos 3,3% de sua previsão anterior.

Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI, disse que a "incerteza" desencadeada pela guerra de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza e a ameaça de uma guerra regional total com o Irã e as suas forças aliadas — no Líbano, Síria e Iêmen — pairam sobre a toda a região.

Os Estados do Golfo Pérsico, ricos em petróleo, e alguns outros países da região se recuperaram bem logo após a pandemia de covid-19, mas a guerra na Faixa de Gaza desencadeou tensões e hostilidades em todo o Médio Oriente.

O ataque do Hamas a Israel, em 7 de outubro, matou 1.200 pessoas, segundo autoridades israelenses, e desencadeou o conflito em Gaza que matou mais de 33 mil pessoas, segundo autoridades palestinas.

A ofensiva retaliatória de Israel na Faixa de Gaza devastou o enclave sitiado, enquanto a atividade econômica na Cisjordânia ocupada também foi severamente afetada pela decisão do governo israelense de proibir a entrada de trabalhadores palestinos em Israel e de reter as receitas fiscais da Autoridade Palestina.

"A economia de Gaza foi aniquilada, mais de 80% desapareceu. A Cisjordânia também foi severamente afetada", disse Georgieva em Washington, durante o encontro semestral do FMI.

Índia - Raio x

Principais dados socioeconômicos

População	1,4 bilhão
Área	3,3 milhões de km²
IDH	0,644 (134º lugar)
Desemprego*	4,7%
Inflação em 2023	5,7%

Fontes: Banco Mundial, FMI e PNUD. Elaboração: Valor Data. * estimativa

Modi promete tornar a Índia a 3ª potência global se continuar no poder

Reuters, de Nova Déli

O premiê da Índia, Narendra Modi, confiante de que vencerá as eleições nacionais que começam hoje, definiu a meta ambiciosa de dobrar o tamanho da economia e das exportações nesta década, segundo um documento do governo a que a Reuters teve acesso.

Modi vem destacando, nos comícios, o crescimento econômico como uma de suas maiores conquistas e garantiu que fará da Índia a terceira maior economia do mundo (hoje é a quinta), se conseguir um terceiro mandato consecutivo, como preveem as pesquisas de intenção de voto.

Ele já solicitou ao seu gabinete que finalize até maio os planos de expansão da economia para US$ 6,69 trilhões em termos nominais até 2030. Hoje, o PIB da Índia é de US$ 3,51 trilhões. Embora careçam de detalhes concretos sobre como isso será alcançado, os planos têm servido de base para as reuniões oficiais.

Quando assumiu o segundo mandato, há cinco anos, Modi prometeu elevar o PIB para US$ 5 trilhões no atual ano fiscal, mas em parte devido aos problemas causados pela pandemia de covid-19, atingir essa meta é praticamente impossível agora.

Nos próximos seis anos, o objetivo de Modi é aumentar a renda per capita de US$ 2.500 para US$ 4.148, afirma o documento, sem especificar os gastos ou as reformas que serão necessárias para se conseguir isso. O gabinete de Modi e o Ministério das Finanças não responderam a pedidos para comentários.

O economista independente Saugata Bhattacharya disse que dobrar o tamanho da economia até o fim da década seria "um feito muito difícil", exigindo um crescimento de 6% a 6,5% ao ano nos próximos sete anos, juntamente com uma inflação de 4,5%.

No entanto, a expectativa é de que a economia cresceu cerca de 8% no último ano fiscal, encerrado em 31 de março, o maior número entre os grandes países, devido a atividade industrial e construção, motivada pelos gastos do governo.

Subhash Chandra Garg, um ex-funcionário de alto escalão do Ministério das Finanças, disse que as projeções de crescimento como essas, previstas no documento, são em grande parte baseadas em "cálculos aritméticos retroativos" e carecem de qualquer "plano de reforma e investimento".

"Normalmente, essa ginástica mental baseada em cálculos aritméticos e suposições não tem sentido, a menos que haja um plano de reforma e investimentos sério para testá-la na economia real", disse Garg, secretário das Finanças do governo Modi até 2019.

O principal partido de oposição no Congresso diz que o crescimento econômico da Índia nos últimos anos sob Modi pouco fez para criar empregos e aliviar a miséria rural, enquanto a desigualdade entre ricos e pobres aumentou.

O documento diz que o governo de Modi quer aumentar as exportações de bens e serviços dos atuais US$ 700 bilhões para US$ 1,58 trilhão até 2030, o que poderá dobrar a participação das exportações indianas no comércio mundial para mais de 4%.

O governo também planeja se concentrar em 70 áreas de melhoria, incluindo a capacitação da força de trabalho e o treinamento vocacional, demandas críticas de líderes empresariais que sempre se queixam da baixa capacitação da força de trabalho.

Também há planos para elevar a taxa de alfabetização dos atuais cerca de 78% para 82% até 2030, além de reduzir a taxa de desemprego de 8% para menos de 5% e elevar a participação da força de trabalho de 46% para mais de 50%.

Modi vem dizendo nos comícios que precisa permanecer no poder para implementar medidas que levarão a Índia a se tornar uma economia desenvolvida até 2047, o centésimo ano da independência do país. No entanto, ele não está especificando essas medidas.

Pesquisas de intenção de voto mostram que ele terá uma grande de vitória nas eleições que se estenderão por algumas semanas e terminam após sete fases em 1º de junho, com a contagem dos votos ocorrendo em 4 de junho.

Uma coligação liderada pelo partido nacionalista hindu de Modi, o Bharatiya Janata Party (BJP), poderá conquistar quase três quartos dos assentos no Parlamento dessa nação de 1,42 bilhão de habitantes, mostra uma pesquisa divulgada no começo do mês.

Ele seria a primeira pessoa desde Jawaharlal Nehru, o primeiro premiê da Índia, a conseguir três mandatos consecutivos.

> Atual premiê tem como meta dobrar o tamanho da economia até o fim desta década

Curtas

Julgamento de Trump

Os 12 membros do júri que decidirão o julgamento criminal do ex-presidente dos EUA Donald Trump, em Nova York, foram escolhidos ontem, após um arrastado processo de seleção. O julgamento pode levar meses. O caso se refere à acusação de que Trump cometeu fraude contábil para subornar a atriz pornô Stormy Daniels — na tentativa de de esconder um presumível romance entre os dois —, usando fundos de sua campanha à presidência de 2016.

Gripe aviária preocupa

A Organização Mundial da Saúde (OMS) expressou ontem sua "enorme preocupação" com a disseminação em humanos da gripe aviária, a H5N1. O surto da doença, que tem alta taxa de mortalidade e é transmitida de aves para humanos, está aumentado nos EUA nos últimos anos. De 2003 a 2024, foram relatados 889 casos e 463 mortes causadas pelo H5N1 em todo o mundo, segundo a OMS, colocando a taxa de letalidade em 52%.

Valor ECONÔMICO

Instabilidade pode mudar a rota de atuação do BC

As turbulências atuais já eram previstas, com a reversão de expectativas otimistas demais por parte dos investidores quanto ao afrouxamento da política monetária nos EUA. Cortes rápidos das taxas, ignorando a base cautelosa das afirmações das atas do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), se revelaram enorme erro de cálculo. A persistência de juros maiores nos EUA, uma possibilidade sublinhada pelo Fed há meses, está na base da volatilidade atual nos mercados financeiros globais. A consequência direta, o fortalecimento do dólar, afeta países com diferentes graus de solidez econômica. No caso do Brasil, foi um mau momento. Apesar de a economia apresentar performance razoável, o governo brasileiro ignorou os sinais de resistência inflacionária e abandonou a promessa de controle, já frouxa, trazida pelo novo regime fiscal.

Mas, assim como os investidores erraram no otimismo, podem estar errando agora na direção contrária. O FMI já advertira há meses que o movimento de reavaliação dos preços dos ativos em caso de manutenção dos juros nos EUA por mais tempo sacudiria as economias emergentes pelo canal financeiro. Essa ameaça não atingiu o Brasil pelo lado mais perigoso, o da fuga de dólares e problemas no balanço de pagamentos, com diminuição da capacidade de respeitar seus compromissos — as reservas nacionais são de US$ 352 bilhões —, e sim pela desvalorização cambial e seus efeitos potenciais sobre a inflação doméstica. Foi a combinação inusual de aumento dos preços das commodities e do dólar em relação ao real que fez a inflação ultrapassar os dois dígitos (10,06%) em 2021.

Haverá um impulso inflacionário se o dólar mudar permanentemente de patamar, o que não é uma certeza. Em repiques anteriores ele regrediu — ainda no início de abril a cotação foi de R$ 5, oscilando abaixo disso por quase um ano. Um problema premente, porém, é o do reajuste de combustíveis. Antes da disparada da moeda americana, havia defasagem estimada de 17% nos preços domésticos da gasolina e de 12% no caso do diesel. A desvalorização do real torna a defasagem maior, assim como dá urgência à necessidade de correção. Um reajuste de 10% levaria o IPCA a subir 0,49% no mês subsequente, o que não é pouca coisa diante de uma inflação em 12 meses de 3,93% em março.

Os cenários doméstico e externo, já qualificados como incertos na ata da mais recente reunião do Copom, tornaram-se ainda mais fluidos. Assim, não é possível determinar com qualquer precisão se o balanço de riscos delineado pelo Banco Central se alterou.

O BC alinhava entre os riscos de alta a "maior persistência das pressões inflacionárias globais", o que parece se firmar como elemento desestabilizador agora, e, no campo doméstico, "uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado", o que também encontra apoio na realidade. Os riscos de baixa tornaram-se bem menores: a "desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada" e "os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado".

Diante do aumento dos riscos para a inflação, o BC já havia reduzido seu horizonte de orientação futura de dois meses para um. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, indicou que mesmo a sinalização de novo corte de 0,5 ponto em maio está em xeque e abriu, em palestras em Washington, um leque de quatro possibilidades. No caso de mudanças significativas que o obriguem a modificar o cenário de risco, o processo de queda dos juros já seria interrompido na próxima reunião, dentro de três semanas. Se as turbulências forem passageiras, como chuvas de verão, o corte de 0,5 ponto percentual da Selic estará assegurado. Se a volatilidade continuar alta, sem que seus efeitos sejam mais graves do que os que já se manifestam, o corte de juros seria atenuado para 0,25 ponto percentual. E, no caso de um cenário de forte estresse global, a Selic poderia voltar a subir.

Alguns graus de instabilidade foram acrescidos a esse quadro com a mudança das metas fiscais trazidas pelo projeto de LDO de 2025. Ficou comprovado que o governo não tem interesse em persistir na busca do equilíbrio das contas públicas e está mais interessado em obter crescimento a qualquer custo, mesmo com a inflação ainda desancorada, tornando mais difícil sua queda e mais provável sua elevação. Os efeitos da frouxidão fiscal, porém, se manifestam ao longo do tempo, mas com efeitos imediatos nas expectativas, que pioraram.

Salvo desastres geopolíticos, a situação econômica global pode não ser muito afetada pela revisão das expectativas e os mercados se reacomodarem em breve. A inflação resistente no mundo inteiro deve exigir juros maiores por mais algum tempo, o que não é sinônimo de catástrofe à vista. Porém, mais uma vez, após um bom intervalo de tempo para consertar o problema fiscal, nova onda de instabilidade externa atinge o Brasil e pode obrigar a taxa Selic a estacionar em nível indesejavelmente alto. Parar com taxa real perto de 6% inibirá investimentos e o crescimento da economia, além de piorar as contas fiscais.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Legado do crescimento da relação dívida/PIB será fatal, a menos que haja inversão de rota. Por **Cristiane Schmidt**

Agenda factível para o problema fiscal de longo prazo

Não adianta querer melhorar as chances de os vulneráveis terem um futuro melhor se não há dinheiro no caixa. Responsabilidade fiscal não é um objetivo em si, mas um meio. É condição necessária (embora não suficiente) para que se possa fazer políticas sociais sustentáveis. O governo federal, assim, deveria reduzir a proporção das despesas obrigatórias no orçamento e focar na diminuição da relação dívida/PIB. Afinal, sem um fiscal saudável e sem focar no crescimento econômico, querer fazer justiça social complica. Há uma agenda de quatro ações factíveis.

O diagnóstico da economia brasileira é preocupante. A taxa média de crescimento do país desde 1990, tomada a cada dez anos, teve um tombo a partir dos anos 1980. Antes, esta se mantinha acima 5% e, depois, abaixo de 3,4%, tendo em 2010 sido de 1,4%. Mais grave ainda, ao comparar a mesma medida com países emergentes, desde 1980, aquela não só é menor, como a diferença entre as taxas aumenta com o tempo, tornando o Brasil relativamente pior. Para a década de 2020, se a taxa de crescimento for de 2% de 2024 a 2029, a taxa média na década será de 1,94%. Houve a pandemia, por um lado (-3,3% em 2020), mas, por outro, o PIB potencial está mais perto de 1,5% do que de 2%.

A produtividade, por sua vez, nos últimos 20 anos, cresceu menos 1% em média. Hoje, o brasileiro produz 22,3% do que produz um americano (Ibre). Talvez isso justifique a renda média mensal baixa, de R$ 3 mil. Já os investimentos em infraestrutura (InterB), fundamentais para o país crescer, saíram de 2,4% do PIB em 2010 (sendo 1,4% público) para 1,9% (sendo 0,6% público). Isto é reflexo das elevadas taxas de juros reais e da redução contínua das despesas discricionárias. Se nada mudar, o orçamento em 2032 será 100% de despesas obrigatórias. E aí?

Os dados sociais não são alentadores tampouco. O número de pessoas sem saneamento básico ou ensino fundamental básico de boa qualidade é enorme. Cinco milhões não têm água na torneira, 49% das 190 mil escolas de educação básica não têm acesso a esgoto por rede pública, mais de 20% não têm coleta de lixo e 26% não dispõem de distribuição regular de água (Inep). Estados como Rondônia e Maranhão têm 60% dos lares sem esgoto (IBGE). Apenas os Estados do Sul, Sudeste e o DF têm cobertura para mais de 80% da população.

Além disso, somente 11 Estados têm pelo menos 95% dos alunos de 6 a 14 anos finalizando o fundamental na idade certa. Aliás, por que poucos municípios ofertam creche, um direito básico? Sem mencionar na crise de segurança pública, um problema básico de Estado, que afeta o cidadão e afugenta investidor. Perdas com crime custam 4,2% do PIB/ano para o setor privado (Ipea). O federalismo disfuncional brasileiro não permite que se faça o básico, apesar de arrecadar 34% do PIB, nível de OCDE. É tergiversar sobre as políticas prioritárias, é descuidar em dar dignidade ao cidadão, é ferir a Constituição, é não aprender com nossos erros e acertos.

Se o diagnóstico é péssimo, as perspectivas são piores. O governo não está sem caixa e seguir aumentando a relação dívida/PIB não é sustentável. O legado será fatal, a menos que haja inversão de rota.

O ministro Fernando Haddad alterou a meta de resultado primário de 2025, e o Congresso flexibilizou a LC 200/2023 (arcabouço fiscal), liberando R$ 15,7 bilhões para gastar mais agora. O duelo do ministro com a realidade é constante, e a discussão "se contingencia, se muda a meta, se exclui mais um item das despesas primárias, se há mais brechas na receita" tira seu tempo na busca de soluções estruturantes concretas de longo prazo.

PIXABAY

Pouco importa o curto prazo, se as perspectivas futuras são catastróficas. Colhe-se amanhã o que se planta hoje e a semeadura não está boa. Teto de gastos e arcabouço fiscal são apenas instrumentos. Se o arcabouço entregasse superávit primário de 2% a 2,5% estaria ótimo, pois estabilizaria a dívida pública. Não é o caso. Ter, por sua vez, superávit primários esporádicos é irrelevante, especialmente se a despesa computada não é a total. Não se engana os fatos e a economia. A preocupação com o que o Banco Central (BCB) fará com a Selic amanhã é exacerbada, uma vez que o investidor decide com base na taxa de juro real de longo prazo, a qual o BCB não controla.

O que afetará positivamente os investimentos futuros, logo o crescimento, assim, é a diminuição da relação dívida/PIB. Se esta seguir crescendo, como é o caso, a taxa de juro real de longo prazo não se arrefecerá. Da mesma forma, precisa-se diminuir os gastos obrigatórios como proporção do orçamento total, para além de fazer avaliações de políticas e tornar o gasto mais eficiente. Neste sentido, há uma agenda politicamente factível para desengessar o orçamento, composta por quatro ações.

Como a folha de pagamento é um gasto relevante, tendo que ser reduzido proporcionalmente ao orçamento total, uma reforma administrativa deveria ser feita e com reflexos para os subnacionais. Nesse sentido, como matérias de interesse já foram constitucionalizadas (por 6 emendas constitucionais entre 1998-2005), basta regulamentar alguns tópicos. Por isso, uma reforma efetiva seria composta por quatro leis ordinárias e uma complementar (https://bit.ly/4aHnlPa).

Em segundo lugar, as vinculações dos pisos de saúde e educação e as emendas não deveriam variar com a receita, mas pela inflação ou pelo limite de 2,5% do arcabouço fiscal. Em terceiro lugar, os benefícios previdenciários e assistenciais deveriam ser desvinculados da variação do salário mínimo ou o salário mínimo deveria variar com a inflação ou em até 2,5%. O fato é que as despesas com estes itens são representativas no orçamento e estão crescendo desproporcionalmente mais do que o limite da regra. Há inconsistência, o que mostra que a regra é falha e já nasceu dando errado.

Por fim, em quarto lugar, as duas vinculações (saúde e educação) poderiam ser unificadas, permitindo que cada ente otimizasse cada gasto, de acordo com as suas necessidades. Isso se justifica, pois, como a população tem crescido cada vez menos (3% em 1960 x 0,5% em 2022, IBGE), o Brasil terá menos crianças na escola e mais idosos para cuidar. Enquanto gasta-se com educação níveis de OCDE, o gasto com saúde é de 9,7% do PIB (sendo 4% público). Países com mais idosos, como Alemanha e Reino Unido, gastam 12% do PIB. É uma nova realidade e o Congresso precisa observá-la.

Em suma, o Brasil tem um grave problema fiscal, precisa reverter este quadro e, apesar de arrecadar como país rico, tem tido resultados inadequados em questões básicas, como saneamento, educação e segurança pública. Há que refazer as prioridades, mas é necessário ter recurso no caixa. O texto sugere quatro ações, pois, sem responsabilidade fiscal não há responsabilidade social.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt é mestre e doutora em economia pela EPGE/FGV, visiting scholar por Columbia/NY, consultora e professora da FGV. Foi secretária-adjunta da SEAE/MF, conselheira do Cade e secretária de Economia do Estado de Goiás. É também colunista do Instituto Millenium e da Conjuntura Econômica, e diretora acadêmica da Associação Brasileira de Direito e Economia.

Relações externas Francês, autor da proposta de taxar em 2% fortunas de mais de US$ 1 bi no G20, projeta receita de US 500 bilhões/ano com medida

'Não há escolha' entre renda e patrimônio, diz Gabriel Zucman

Vivian Oswald
"O Globo", de Brasília

Tributar bilionários e grandes multinacionais é tarefa moral, econômica e política, na avaliação do diretor do Observatório Fiscal Europeu, Gabriel Zucman, para quem é também forma de proteger as democracias. Apontado como "guru tributário" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o economista francês de 37 anos se desvencilha da alcunha por se considerar jovem demais. Zucman foi um dos idealizadores de plano de imposto sobre grandes riquezas da campanha presidencial da senadora americana Elizabeth Warren em 2020.

Nesta entrevista, ele defende não apenas a criação de imposto mínimo de 2% sobre a fortuna de pessoas com patrimônio superior a US$ 1 bilhão, mas também o aumento da atual alíquota de 15% para 20% aplicada às grandes multinacionais. Juntas, segundo ele, as duas medidas arrecadariam pelo menos US$ 500 bilhões ao ano. As propostas foram apresentadas a ministros de Finanças no G20.

Em fevereiro, a convite do Ministério da Fazenda, o senhor apresentou aos países do G20 proposta de tributação das grandes riquezas. Quais são elas?

Gabriel Zucman: O ponto de partida são os super-ricos, que têm US$ 1 bilhão, sobre o qual incidem alíquotas de impostos significativamente mais baixas que as que pagam outras categorias sociais. Uma série de estudos confirma esse fato em vários países, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, levando em conta todas as contribuições obrigatórias, todos os impostos.

Por que isso é assim?

Zucman: Os ultra-ricos têm tudo planejado. Quando se é extremamente rico, é muito fácil estruturar o patrimônio de forma que gere pouco ou nenhum lucro tributável. A noção de rendimento não está muito bem definida em se tratando dos muito ricos. É precisamente assim que conseguem evitar o imposto sobre o rendimento, de modo que taxar a fortuna é algo mais bem definido. Em 2021, a mídia americana revelou que durante vários anos bilionários como Jeff Bezos (Amazon), Elon Musk (Tesla e X) pagaram zero ou quase zero de imposto de renda. Pesquisas acadêmicas têm mostrado que o fenômeno vai muito além de casos isolados. É uma realidade global.

Como funcionaria sua proposta?

Zucman: É muito simples. Consiste em criar um imposto mínimo sobre os ultra-ricos igual a 2% de sua fortuna por ano. Se um bilionário paga hoje muito imposto de renda, e isso existe, embora seja raro, não teria que pagar nada a mais. Mas, se alguém como Jeff Bezos, Elon Musk e muitos outros pagam zero sobre a renda, teria de pagar imposto igual a 2% da fortuna. Se o patrimônio for de US$ 100 bilhões, em vez de pagar zero, recolheria US$ 2 bilhões.

O contribuinte poderia escolher entre renda e patrimônio?

Zucman: Não há escolha. Há um percentual mínimo. Zero é muito pouco. Continuamos tratando de renda. Mas o imposto sobre renda não pode ficar abaixo de pelo menos 2% da fortuna. Se isso ocorrer, eles pagariam um complemento. As classes média e média alta pagam imposto de renda, até classes trabalhadoras pagam contribuições para a seguridade. Todos pagam muitos impostos. É totalmente absurdo que grandes fortunas possam escapar.

Como calcular esse patrimônio?

Zucman: São todos os ativos que você possui pelo valor de mercado, descontadas as dívidas. Essa foi a proposta que formulei em São Paulo, quando fui convidado para a reunião dos ministros de Finanças do G20 pelo Brasil, que realmente tem desempenhado papel determinante.

Como ter acesso a esses dados? Há milionários que abrem empresas em paraísos fiscais sob o nome de Jesus Cristo (e isso aconteceu de fato), segundo estudos, e não é possível rastrear o real proprietário...

Zucman: Excelente questão. Sim, estamos interessados em bilionários. Minha proposta é um imposto sobre quem tem US$ 1 bilhão, caso de mais ou menos 3 mil pessoas. Isso é muito importante por se tratar de um grupo pequeno. São muito poucos, mas têm US$ 12 trilhões, US$ 13 trilhões de patrimônio. A maior parte da fortuna, cerca de 60%, está em ações de empresas listadas em bolsa. É muito simples de avaliar. Há um preço de mercado.

E o restante?

Zucman: Outra grande parcela são participações em sociedades privadas, não cotadas em bolsa. Aí é um pouco mais difícil, mas não chega ser complicado. Essas empresas privadas não listadas em bolsa são muito grandes. Os proprietários são bilionários. Temos como mensurá-las em comparação com empresas equivalentes cotadas. Assim, cobrimos quase toda a fortuna. Também existem coisas como quadros, contas bancárias, etc. que não são percentuais tão grandes do patrimônio. Mesmo nestes casos é possível calcular. Em geral, são segurados por determinado valor. Podemos usar essa informação para avaliar os ativos.

Uma alíquota de 2% é suficiente?

Zucman: É claro que podemos debater o nível justo de progressividade fiscal. É uma questão complexa. Mas imagino que todos ou quase todos concordam que a situação em que contribuintes com maior capacidade contributiva pagam menos é insustentável e injustificável.

Aprovar esse tributo é factível?

Zucman: É a maneira mais simples. Durante muito tempo havia um sentimento de impotência em quase todo o mundo. Pesquisas mostram que a grande maioria dos eleitores, no Brasil, França, Estados Unidos quer tributação maior sobre os muito ricos. Ao mesmo tempo, muitas pessoas pensam que somos impotentes, porque, se tentarmos tributá-los, eles podem ir para um paraíso fiscal. O que mudou, fundamentalmente, foi o que ocorreu em 2021, quando 140 países assinaram o acordo internacional para tributação mínima de 15% sobre multinacionais. Pela primeira vez, um acordo internacional criava limite mínimo para o imposto. Dado o problema e as soluções que já encontramos para multinacionais, mais lógico seria dizer: "agora vamos criar um imposto mínimo para os ultra-ricos, um imposto mínimo comum".

Paraísos fiscais ainda não são totalmente transparentes. E não são único ponto de fuga.

Zucman: Pois é, você tem razão. Mas que devemos olhar outro grande sucesso da cooperação internacional da última década: o intercâmbio automático de informações bancárias. Desde 2017, mais de uma centena de países, inclusive os principais paraísos fiscais, como Ilhas Cayman e Suíça, trocam informações automaticamente com administrações fiscais estrangeiras relevantes. Se um rico brasileiro tiver conta na Suíça, a administração tributária suíça, o banco suíço, vai informar a administração tributária brasileira automaticamente. Isso não resolve todos os problemas. Não estou dizendo que bancos, banqueiros, cooperam de forma perfeitamente honesta, mas já é muito diferente de há dez anos.

Antes era preciso uma suspeita.

Zucman: Agora é automático. É isso que é essencial. Durante muito tempo não houve troca de informações, ou havia de formas muito limitadas, porque era preciso ter suspeita de fraude fiscal. Desde 2018 é muito diferente. Os bancos são obrigados, automaticamente, de acordo com a legislação, a fornecer anualmente a lista completa de clientes, o total de ativos, dos rendimentos.

Ainda seria um valor aproximado.

Zucman: Poderia ser muito preciso, principalmente porque são apenas 3 mil contribuintes. Com todas as informações, com as capacidades de análise e processamento das administrações fiscais, especialmente quando lidam com uma população tão pequena, pode-se ter uma estimativa confiável.

Para essa tributação de bilionários deve-se chegar a acordo semelhante?

Zucman: É melhor ter um acordo internacional, em que o maior número possível de países se comprometa a aplicar o tributo. Mas não é indispensável. Tomemos a tributação mínima das multinacionais em 15%. Esse acordo não foi ratificado por todos os países. Estados Unidos e China não o ratificaram. No entanto, o acordo existe e vai funcionar assim mesmo.

Por quê?

Zucman: Há cláusulas que autorizam países que fazem parte do acordo a sobretaxar multinacionais de nações que não o aplicam, de modo que sigam sujeitas à taxa efetiva de imposto de pelo menos 15%. Como isso já existe para multinacionais, poderíamos aplicar a mesma lógica aos bilionários.

Se a pessoa paga impostos no Brasil, mas se muda para os Emirados Árabes, ainda poderia ser taxada no Brasil caso o tributo não chegue a 2%?

Zucman: Exato. A pessoa ou empresas que ela tenha no Brasil seriam taxadas para compensar.

Isso não criaria espaço para protecionismo ou que países penalizem pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras?

Zucman: Sou um grande defensor da cooperação internacional. O objetivo é criar novas formas de cooperação e harmonização internacional, o oposto de protecionismo. Mas para que a cooperação internacional funcione é preciso haver mecanismos para incentivar a adesão aos acordos. O mecanismo mais poderoso para os incentivar é dizer: "Olhem, se não aderirem a este acordo, vamos cobrar os impostos que vocês decidirem não cobrar".

O sr. não teme ser acusado de comunista ou algo do gênero?

Zucman: No comunismo, 100% da fortuna pertenceria ao Estado. Hoje é zero para os ultra-ricos. Minha proposta é passar de zero para 2%. Estamos muito, muito longe do comunismo.

Qual o potencial de arrecadação do imposto mínimo para bilionários?

Zucman: US$ 250 bilhões por ano é a estimativa a que chegamos no relatório global sobre evasão fiscal 2024 do Observatório Fiscal que dirijo. Uma receita tributária bastante substancial. De acordo com os melhores estudos disponíveis, países em desenvolvimento precisam de US$ 500 bilhões de receita fiscal adicional para enfrentar os desafios das alterações climáticas.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Gabriel Zucman: "No G20, taxação das grandes fortunas nunca tinha sido discutida"

"Quando se é extremamente rico, é muito fácil estruturar o patrimônio de forma que gere pouco ou nenhum lucro tributável"

Anos atrás discutiu-se a criação da taxa Tobin. Por que sua proposta pode dar certo, se a outra não deu?

Zucman: É muito diferente. O imposto que proponho tem alvo claro: 3 mil pessoas. É um imposto muito progressivo. A taxa Tobin era sobre transações financeiras, indireta.

O ministro Haddad é grande entusiasta da sua proposta. Ela pode avançar no G20?

Zucman: Há uma janela de oportunidade. A ideia é perfeitamente lógica. E porque existe uma exigência popular, democrática, muito forte de medidas dessa natureza. Pesquisas em todos os países mostram que a grande maioria da população, 60%, 70% das pessoas, é a favor desse tipo de medida. Tem a vontade do Brasil, que é muito importante. No G20, a taxação das grandes fortunas nunca tinha sido discutida.

Do ponto de vista moral, talvez não possam recusar-se a discutir.

Zucman: É uma discussão moral, econômica e política. E central para o futuro da globalização. Se a globalização for acompanhada por um sistema fiscal cada vez mais injusto, em que grandes ganhadores, maiores fortunas, pagam cada vez menos e o resto da população deve pagar mais, isso não é sustentável.

Há muitas discussões sobre o futuro da globalização como modelo. O sr. sugere correção no modelo atual?

Zucman: Existe toda uma gama possível de regulação possível. A globalização não é monolítica, é o que fazemos dela. Fizemos escolhas desde a década de 1980. E a escolha pela não regulamentação fiscal e a não regulação das desigualdades criadas pela globalização... Temos um monte de tratados internacionais sobre livre-comércio, por exemplo. Mas eles são completamente omissos em questões fiscais. Defendo uma nova forma de regulação que coloque no seu cerne a luta contra as desigualdades, a justiça econômica e fiscal.

O sr. defende o aumento dos impostos sobre as multinacionais. Isso pode ser feito, existe espaço?

Zucman: Não só podemos, como temos de fazê-lo, porque, 15% são mais do que zero, foi um passo na direção certa, mas este valor continua a ser demasiado baixo, dado que a taxa normal de imposto sobre as sociedades é muito superior a 15%. Não há razão para que grandes multinacionais possam pagar menos que empresas nacionais, pequenas empresas, empresas familiares. Podemos partir do atual acordo para, digamos, aumentar a alíquota para 20% ou 25%. No relatório global sobre evasão fiscal, estima-se que, se a alíquota fosse para 20%, o que ainda seria uma taxa moderada — e nos livrássemos das diferentes lacunas fiscais e das diferentes isenções —, arrecadaríamos mais US$ 250 bilhões. Com duas medidas, chegaríamos aos US$ 500 bilhões necessários para o clima.

Financiar questões globais.

Zucman: Não vamos resolver todos os problemas do planeta, do capitalismo, ou a pobreza, com US$ 500 bilhões. Mas é um grande passo na direção certa.

O sr. volta ao Brasil em breve? Dizem que é o guru do ministro Haddad.

Zucman: Eu não diria isso. Sou jovem [risos]. Mas voltarei ao Brasil, sim. Ainda não sei quando.

Finanças
Ações do Brasil perdem na comparação com demais emergentes
C1

Petróleo Tema pode ser resolvido na assembleia do dia 25 ou logo depois, segundo o executivo

Decisão sobre dividendos da Petrobras é do governo, diz Prates

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

A remuneração aos acionistas da Petrobras, tema que vem movimentando o governo e a própria companhia desde março, poderá ter um desfecho na próxima semana. A decisão sobre o destino dos R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários será tomada pelo governo, segundo indicou nesta quinta-feira (18) o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. O executivo disse que o assunto será examinado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) da empresa dia 25 ou imediatamente depois.

Segundo o executivo, a discussão sobre o dividendo não está mais no âmbito da diretoria. "A diretoria já tomou sua decisão sobre os dividendos e transferiu para o conselho. O governo é quem orienta o conselho." O comando havia proposto o pagamento de metade dos dividendos extraordinários e a destinação do restante para uma reserva de capital, mas a proposta não foi acolhida.

Prates afirmou que a questão dos dividendos não está na pauta da reunião do conselho de administração da companhia, nesta sexta-feira (19). Questionado se o dividendo extraordinário seria inteiramente distribuído, ele respondeu: "Tudo é possível". Prates participou ontem de evento do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP).

Em entrevista esta semana à GloboNews, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o caixa da Petrobras "é mais do que suficiente para honrar" os compromissos e o plano de investimentos da empresa para este ano. Segundo o ministro, desde que o debate sobre os pagamentos extraordinários ganhou força, em março, "o governo está mais bem informado" sobre o tema.

A discussão sobre os dividendos reacendeu os debates no governo sobre a permanência de Prates no cargo. No dia 7, a Petrobras divulgou o resultado financeiro de 2023 e confirmou que não haveria distribuição de dividendos extras, como o mercado deseja. Na ocasião, Prates se absteve. As ações da empresa caíram nos dias seguintes.

Desde então, o executivo passou por um processo de fritura, que refluiu nos últimos dias, mas sem que houvesse uma declaração oficial do governo sobre a permanência. O que houve foram manifestações de apoio a Prates pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que vinha sendo o principal crítico do presidente da Petrobras até então.

O presidente da Petrobras esteve em Brasília nesta semana, mas, segundo ele, "não tem estresse": "Eu tenho agenda em Brasília constantemente, é preciso que as pessoas se acostumem com isso. Passei o dia no TCU [Tribunal de Contas da União], conversei com vários ministros. Temos uma política agora de não ficar só reativo a processos do TCU." Prates também visitou o Senado. "Era minha casa, fui ver as pessoas depois do expediente", afirmou.

Com as recentes oscilações nos preços do petróleo por conta dos conflitos no Oriente Médio, Prates também foi questionado sobre eventuais reajustes dos combustíveis. "Não há razão para ajustes no momento", declarou.

"Estamos avaliando as condições do mercado, não há razão para pânico. Estamos monitorando o cenário internacional. Por enquanto, não há nada que faça mover [os preços dos combustíveis] e o próprio preço do petróleo indica isso." A cotação do petróleo tipo Brent fechou em queda de 0,20% na quinta-feira, aos US$ 87,11.

R$ 43,9
bilhões é o montante de dividendos extraordinários

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Prates, da Petrobras, sobre combustíveis: "Estamos avaliando as condições do mercado, não há razão para pânico"

Empresa lança este ano edital para barco de apoio

Do Rio

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (18) detalhes de um plano para contratar 200 navios de apoio offshore até 2030. O primeiro pacote, com 38 unidades, tem previsão de atingir entre 40% e 70% de conteúdo local, com investimentos totais de US$ 2,5 bilhões (R$ 13,1 bilhões). O investimento não será feito pela Petrobras, mas por empresas de navegação que tenham interesse de participar das concorrências para construir os navios e alugá-los à estatal em contratos de longo prazo.

Neste ano serão 31 unidades contratadas, com editais lançados até dezembro. O primeiro, com 12 PSVs (Plataform Supply Vessel), já está na rua. Para 2025, a empresa pretende licitar as sete restantes unidades do primeiro bloco, disse ontem diretor-executivo de engenharia, tecnologia e inovação da Petrobras, Carlos Travassos.

As empresas que vencerem a licitação para fornecer os barcos de apoio offshore serão responsáveis pela construção e pelo afretamento das embarcações. "[Os editais serão lançados] com prazos compatíveis com a capacidade da indústria e contratos associados para garantir que o investimento seja feito", disse Travassos.

Travassos e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, participaram de evento do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) para apresentar mapa dos estaleiros em operação no país. Afirmaram que a capacidade dos estaleiros nacionais não será um problema e que a indústria naval é uma "vocação natural" do país. "Através de análises de mercado, percebemos que as condições estabelecidas no edital são naturais, vão favorecer a fabricação de barcos no Brasil", afirmou Travassos depois do evento.

No discurso, Prates disse que o país viveu um debate polarizado sobre políticas para indústria naval e conteúdo local e que qualquer país com uma indústria forte e que gere empregos deve debater tais temas "sem sentimento de culpa e criminalização". Aos jornalistas, Prates salientou que conteúdo local é estratégico para a Petrobras e ligado a políticas públicas que são estabelecidas pelo governo.

Prates acrescentou que a companhia discute com integrantes do governo, incluindo a Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia (MME), a elaboração de um programa de apoio à indústria naval, para ser lançado no primeiro semestre. A ideia, afirmou, é criar algo semelhante ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do mar, para toda a indústria naval. Defendeu a união de governo, instituições financeiras e do Fundo de Marinha Mercante (FMM) em torno de um programa "trilateral" de financiamento para a construção de embarcações dentro de uma retomada da indústria naval.

> "Editais serão lançados com prazos compatíveis com a capacidade da indústria"
> *Carlos Travassos*

A pauta de revitalização da indústria naval é considerada controversa por parte do mercado por causa do histórico de altos e baixos no setor em décadas. Nos anos 2010, vários estaleiros foram estruturados ou ampliaram instalações para atender a uma demanda da Petrobras para construção de sondas de perfuração, plataformas e barcos de apoio. Mas houve problemas com custos e prazos das encomendas, além de denúncias de corrupção investigadas pela operação Lava-Jato.

Joelson Sampaio, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), diz que a indústria naval brasileira está preparada para atender a uma boa parte da nova demanda. A retomada do setor pode suscitar, inclusive, financiamento para atender às encomendas. "Com baixa demanda nos últimos anos, muitos estaleiros foram fechados. Estamos preparados. É um setor que só precisa de demanda", disse Sampaio.

Pelo lado da indústria, a avaliação é que as condições previstas pela Petrobras no primeiro edital já divulgado são de difícil atingimento. Fontes afirmam que o prazo da operação, de oito a dez anos, e o índice de reajuste pelo IPCA não refletem a elevação dos custos dos armadores. "Somente cerca de meia dúzia de armadores teriam portfólio e estrutura suficientes para enfrentar um processo licitatório nessas condições", disse fonte. A Petrobras também está em fase de contratação de duas plataformas (P-84 e P-85). *(FC e KL)*

Revisão de acordos com Cade está parada

Guilherme Pimenta, Beatriz Olivon e Julia Lindner
De Brasília

As negociações da revisão de acordos entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobras esfriaram, segundo apurou o **Valor**. Dois motivos fizeram com que o órgão antitruste colocasse freio no assunto: a vacância na Superintendência-Geral do órgão, que conduzia o acordo, e a turbulência envolvendo o presidente da companhia, Jean Paul Prates. O tema é, hoje, o mais relevante para empresa e para o governo no órgão antitruste.

Alexandre Barreto não conduz mais a área técnica do Cade desde o último domingo (14), quando acabou seu mandato. Em março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou seu nome novamente para o comando da Superintendência-Geral, mas o Senado ainda não tem data para sabatiná-lo.

Ele vinha conduzindo a negociação com a Petrobras no âmbito do pedido da companhia de ficar liberada de vender refinarias e ativos restantes no mercado de distribuição e transporte de gás natural. O **Valor** apurou que os contatos com a empresa até podem continuar nesse período, mas que nenhuma decisão final será tomada sem o superintendente.

No Senado, Barreto precisará ser sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, na sequência, seu nome será apreciado pelo plenário. A indicação está com o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que ainda não a encaminhou para a comissão.

O presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-MG), diz não ter objeção ao nome de Barreto e está disposto a pautar a sabatina assim que a indicação chegar formalmente ao colegiado. Conforme noticiado pelo **Valor** em fevereiro, a recondução de Barreto seria um gesto do governo ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, um dos principais padrinhos de Barreto. Dantas foi preterido por Lula na disputa ao Supremo Tribunal Federal (STF), quando da escolha de Flávio Dino para a vaga.

No fim de 2023, a atual gestão da Petrobras pediu uma revisão dos dois Termos de Compromisso de Cessação (TCC) fechados no primeiro ano da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A estatal se comprometeu a vender oito refinarias para abrir o mercado de refino e três redes de gasoduto. Os desinvestimentos faziam parte de um amplo programa de governo que previa a desestatização da empresa.

Desde então, após sucessivos pedidos de adiamento com a alegação de não encontrar interessados nos ativos, a Petrobras vendeu quatro refinarias e dois gasodutos. Crítico dessa operação desde a época em que era senador, o atual presidente da estatal, Jean Paul Prates, que tem participado das negociações com o Cade, pediu a revisão no fim de 2023.

A situação envolvendo Prates também é acompanhada por membros do Cade. Ainda assim, esse não é o maior ponto de preocupação, já que a cúpula do órgão avalia que, mesmo que haja uma troca no comando da companhia, a orientação de continuar com a tentativa de desobrigação de vender os ativos seguirá.

A tendência no Cade é que essa medida estrutural de desinvestimento seja substituída, sem grandes divergências, por remédios comportamentais, que envolveriam, por exemplo, não discriminação de concorrentes, garantia de formação de preços de mercado e outras.

Setores do governo também avaliam que, com a maioria do tribunal recém-indicada por Lula, a tendência é que o caminho para a Petrobras seja mais fácil — quatro conselheiros tomaram posse no início deste ano — após a SG dar um parecer sobre a negociação, o processo vai ao Tribunal.

Procurada, a Petrobras não se manifestou.

Curta

Convênio reduz perdas

Os planos de saúde encerraram 2023 com prejuízo operacional de R$ 5,9 bilhões — uma melhora em relação a 2022, quando o resultado negativo foi de R$ 10,6 bilhões, segundo informações da ANS. O lucro líquido, que considera a receita financeira, somou R$ 1,9 bilhão contra prejuízo de R$ 529,8 milhões, em 2022. A receita das operadoras subiu 17,7% para R$ 311,4 bilhões. A sinistralidade, indicador que mensura a taxa de utilização do plano de saúde, ficou em 87%, 2,2 pontos percentuais abaixo do apurado no ano anterior. "Tal resultado, embora ainda superior ao observado nos anos pré-pandemia e fortemente impulsionado por algumas das maiores operadoras do país, é o melhor dos últimos três anos", informou a agência.

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	″
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	″
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	″
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	″
	Remuneração de direitos	9427*	″
	Previdência privada e Fapi	9466*	″
	Aluguel e arrendamento	9478*	″
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
19	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico	Março/2024
19	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Março/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979*	″
19	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Março/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960*	″
19	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Março/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987*	″
19	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta		
	Art. 7º da Lei 12.546/2011	2985*	Março/2024
	Art. 8º da Lei 12.546/2011	2991*	″
19	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Entidades financeiras e equiparadas	4574*	Março/2024
19	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Entidades financeiras e equiparadas	7987*	Março/2024
19	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208*	Março/2024
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556*	″
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579*	″
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540*	″
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565*	″
	Rendimentos do Trabalho		
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561*	Março/2024
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588*	″
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533*	″
	Participação nos Lucros ou Resultados – PLR	3562*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5936*	″
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1889*	″
	Outros Rendimentos		
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708*	Março/2024
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944*	″
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280*	″
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204*	″
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891*	″
	Indenização por danos morais	6904*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5928*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1895*	″
	Demais rendimentos	8045*	″
19	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI	2852**	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2879**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ	2950**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2976**	″

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Azul e holding Abra negociam troca de ações da Gol

Aviação

Cristian Favaro
De São Paulo

Os acionistas da Azul e da Abra, holding da Gol e da colombiana Avianca, deram novos passos nas conversas para um negócio envolvendo o futuro da aérea brasileira. Segundo fontes a par do assunto, diante das alternativas na mesa, as tratativas caminham na direção de troca de ações, o que resultaria na criação de uma nova empresa que também estaria ligada à Abra.

O avanço das negociações foi divulgado em reportagem pela agência "Bloomberg" e confirmado pelo **Valor**. Em março, a reportagem noticiou que o plano da Azul de avançar numa fusão ou aquisição da Gol poderia envolver a entrada da Azul na holding por meio da criação de uma nova empresa a ser dividida entre os acionistas dos dois lados.

Fontes ponderaram que as negociações entraram numa fase mais dura nas últimas semanas. Hoje, a Abra tem cerca de 53% da Gol. Já na Azul, David Neeleman detém 67% das ações ordinárias (com direito a voto) da empresa e 2,18% das preferenciais, o equivalente a uma participação econômica de 4,49% na companhia aérea.

R$ 21 bi
era a dívida da Gol em janeiro

No início das conversas, chegou a ser cogitada a aquisição da Gol por parte da Azul. Mas o cenário desenhado que ganhou mais consistência foi o que previa a junção de forças por meio de uma troca de ações. Isso porque a Azul avançou com uma renegociação com credores — sobretudo arrendadores — que lhe deu fôlego ao postergar suas dívidas, mas seu endividamento no fim é até maior do que o da Gol.

A grande dúvida agora é a forma como essa divisão vai ser feita e o que pesa é a definição de controle da empresa a ser criada.

Esta não é a primeira vez que a Azul se aproximou da Gol, mas a disposição para negociar agora encontra resistência menor por conta da crise da aérea fundada pela família Constantino, que entrou com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos ("Chapter 11") em 25 de janeiro.

Abra e Azul foram procuradas para comentar, mas não se manifestaram até o fechamento desta reportagem.

O **Valor** apurou que, em 2020, no início da pandemia, as três aéreas foram até o governo em busca de algum tipo de ajuda financeira, sem sucesso. A sinalização do Planalto àquela época foi de que teriam de encontrar uma solução entre elas.

Foi então que a Azul fez a primeira abordagem à Latam, quando a companhia estava em processo de recuperação judicial nos Estados Unidos, uma disputa que se tornou pública com troca de ofensas dos dois lados.

Após esse episódio, a Azul fez uma proposta à rival Gol, que não quis seguir adiante com as conversas. Fontes afirmaram que a abordagem entre Azul e Gol aconteceu entre 2021 e 2022, ainda durante a gestão de Paulo Kakinoff na Gol, para uma joint venture. Com a recusa, a Gol seguiu em negociações com a Avianca para a criação de uma holding, a Abra.

Em paralelo, a Gol tem avançado na sua recuperação judicial nos Estados Unidos. A companhia conseguiu o aval da corte de Nova York na semana passada para acessar a terceira e última parcela do empréstimo na modalidade DIP — uma espécie de linha de crédito garantido concedido a empresas em Chapter 11. No total, a empresa levantou US$ 1 bilhão com detentores de dívidas no exterior com vencimento em 2028 e 2026.

A Gol conseguiu ainda finalizar as negociações com arrendadores para definir a sua frota ao fim do processo, segundo fontes. A empresa tem hoje 141 aeronaves, número que deve cair para um intervalo entre 125 e 133, conforme fontes. Das aeronaves a serem devolvidas, pelo menos 7 e até 10 estão hoje fora de operação ante falta de motores.

Conforme dados prévios à Corte de Nova York, a dívida líquida da Gol ao fim de janeiro era de R$ 21,16 bilhões.

Imóveis MCVM impulsiona setor de baixa renda e demanda por médio e alto padrão surpreende

Incorporadoras têm 1º tri positivo em vendas e lançamentos

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

As prévias operacionais das incorporadoras, referentes ao primeiro trimestre, mostram o efeito das mudanças feitas no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no último ano e a empolgação dos clientes de média e alta renda com o ciclo de queda de juros — ainda que o cenário daqui para frente esteja incerto.

Dados de lançamentos e vendas líquidas de 17 incorporadoras que divulgaram prévias, das quais 15 são listadas, aponta aumento de 44% no valor geral de venda (VGV) dos lançamentos entre as companhias que atuam no MCMV, sobre o início de 2023, e de 49% para as empresas de média e alta renda. As vendas subiram 29% e 28% em VGV no mesmo intervalo (veja ao lado).

Um dos destaques no segmento econômico foi a Tenda, que elevou lançamentos em 55% e vendas em 58%. A empresa tem mais de 60% de sua produção na faixa 1 do MCMV, que recebeu mais incentivos nos últimos meses, como a aprovação do Regime Especial de Tributação (RET) 1%, com desconto de 3 pontos percentuais sobre o tradicional, e o FGTS Futuro, que eleva a capacidade de compra de clientes com renda de até R$ 2.640.

> "A expectativa de queda de juros já é gatilho para a venda acontecer"
> *Ygor Altero*

O desempenho levou a XP a elevar de "neutro" para "compra" a sua recomendação para a ação da Tenda. "Ela está muito bem encaixada no novo momento do MCMV, e depois do follow-on conseguiu arrumar bem o balanço", afirma o analista Ygor Altero.

A MRV subiu para 45% os lançamentos dentro do grupo 1 do MCMV, média que deve se manter nos próximos trimestres, segundo o diretor-financeiro Ricardo Paixão. Os resultados da companhia foram bem-recebidos, com ressalva para a queima de caixa de R$ 282 milhões, vinda principalmente da operação americana Resia.

Cury e Direcional, tiveram prévias celebradas pelos analistas. A equipe do Itaú BBA destacou a redução do estoque da Direcional, de 17 para 14 meses em um trimestre. "A companhia usou o primeiro trimestre para começar o ano com foco em seus objetivos principais para 2024: aumentar vendas e acelerar a velocidade de comercialização", escreveram em relatório.

Os analistas do Citi chamaram atenção para o "impressionante" compra de terrenos da Cury, que aumentou seu banco de áreas em 58% em VGV nos últimos 12 meses, no Rio e em São Paulo. "Ela está aproveitando ao máximo a grande janela de oportunidade trazida pelas revisões recentes de plano diretor nas duas cidades", escreveram.

A Plano&Plano teve os resultados vistos como "neutros", por lançar menos do que o previsto. Analistas destacaram ainda o aumento de cancelamento de vendas, que passou de 8% do total vendido para 19% em um ano. "Esse movimento segue a nova estratégia da Plano de expandir o número de clientes", escreveram os analistas do Itaú BBA. O BTG, que havia elevado suas estimativas para a companhia um dia antes da divulgação da prévia, manteve a visão positiva para as ações.

Os lançamentos cresceram tanto que pode faltar recurso para o MCMV. O orçamento de 2024 é de R$ 106 bilhões, mas R$ 30,6 bilhões já foram usados até março. Altero lembra que, em um cenário conservador de funding, que reduza o tamanho do programa, as incorporadoras maiores têm vantagem na disputa por market share.

O segmento de média e alta renda da teve um trimestre "impressionante" no lado operacional, segundo a analista da XP, mesmo com a Selic ainda alta e sem queda da taxa do financiamento imobiliário em vista. "Mostra que só a expectativa de queda de juros já é gatilho para a venda acontecer", diz.

A Cyrela foi o destaque positivo em mais um trimestre, com alta de 37% nos lançamentos, de 43% nas vendas e com 53% de comercialização nos projetos lançados entre janeiro e março. Os analistas do Citi destacam que a empresa surfa um momento comercial forte. "A velocidade de vendas é um fator que se autorreforça", escreveram. "À medida que os corretores ficam entusiasmados, migram para o pipeline da empresa e possibilitam o sucesso comercial de cada novo lançamento".

Altero também destaca os resultados da Lavvi, com altas de 322% e de 376% em lançamentos e vendas. A companhia também reforçou seu banco de terrenos na área econômica, lembra o Itaú BBA.

Incorporadoras vendem e lançam mais
Desempenho operacional no primeiro trimestre, em R$

Incorporadoras MCMV	Lançamentos 1T24	Vendas líquidas 1T24	Var. anual (lançamentos)	Variação anual (vendas)
MRV*	1.594,0	2.131,0	150,4%	18,4%
Cury	1.499,9	1.327,3	5,6%	25,1%
Direcional	653,5	1.004,2	7%	56,2%
Tenda	759,9	964,8	54,8%	57,9%
Plano&Plano	418,1	544,3	-5%	4,4%
Pacaembu*&	408,0	407,1	279,8%	42,0%
Total	5.333,4	6.378,7	43,9%	29,5%

Incorporadoras MAP[1]	Lançamentos 1T24	Vendas líquidas 1T24	Var. anual (lançamentos)	Variação anual (vendas)
Cyrela	1.195,0	1.577,0	37%	43,0%
Helbor	69,9	229,5	-13,8%	3,0%
Lavvi	784,5	694,3	322%	376,0%
Mitre	215,2	246,8	-22,8%	1,8%
Melnick	617,0	305,0	43%	-18,0%
Moura Dubeux	346,7	372,1	39,5%	14,0%
Gafisa	-	125,8	-	-55,9%
EZTEC	457,5	299,6	260,2%	-19,6%
Even	235,9	426,0	20%	40,0%
Trisul	-	306,8	-	11,0%
Tegra**	-	302,6	-	83,0%
Total	3.921,7	4.885,5	49,4%	28,0%

Fonte: prévias operacionais das companhias; valores consideram a participação das empresas nos projetos. Dados em R$ milhões . [1] Médio e alto padrão *Apenas segmento de incorporação nacional **Incorporadoras não-listadas

---

No conselho da Vibra, acionistas desfazem parceria e Previ emplaca nome

Governança

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A assembleia de acionistas da Vibra elegeu na quinta-feira (18) os dois conselheiros que provocaram manifestações de investidores nas últimas semanas: o acionista Ronaldo Cezar Coelho e o indicado da Previ, Claudio Gonçalves. Na votação à distância, Coelho já tinha recebido o segundo maior número de votos, atrás de Walter Schalka.

O menos votado no boletim foi Fabio Schvartsman, que estava no board, mas o executivo angariou votos na reunião presencial, sendo reeleito. Schvartsman é do "núcleo duro" do conselho, que na primeira eleição foi chapa indicada da Dynamo e desta vez indicação do board.

Com a eleição de Coelho, o acionista e a Dynamo vão encerrar o acordo de voto conjunto, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A medida estava alinhada antes do desfecho da assembleia, uma vez que as partes entendem que, a partir do momento que um dos signatários passa a compor a administração da empresa, a coisa muda de figura — estariam sujeitos a "liabilities".

Os dois acionistas, no entanto, têm um alinhamento de visão para a companhia — ambos eram favoráveis a uma potencial fusão com Eneva, mas também ambos não gostaram dos termos propostos.

Já Gonçalves, diretor de investimentos do fundo de pensão, teve votos não só da Previ como do BB DTVM e do investidor Luiz Barsi, além de votos à distância, uma vez que o nome foi recomendado pela ISS. A Previ ainda tentou emplacar um segundo nome, indicando seu presidente, João Luiz Fukunaga. Ele recebeu votos dos mesmos grupos mas, como não constava no boletim à distância, a fundação não conseguiu o suficiente para emplacá-lo.

Houve ruído na assembleia por conta disso, disseram fontes. O presidente da mesa havia estabelecido que, dado o voto múltiplo, a ordem de votação seria por ordem alfabética do nome de conselheiro indicado. A Previ não se opôs ao formato, mas chegou a reclamar depois do quarto candidato votado, antevendo que não sobrariam votos até chegar a vez de Fukunaga.

O **Valor** apurou que causou estranheza no fundo o formato de voto aberto na assembleia e o alto quórum. A Previ vem tentando influenciar os rumos da Vibra, da qual tem 7% e considera como investimento importante. Por isso, propôs o voto múltiplo na reunião para tentar eleger um ou dois conselheiros. A companhia tem controle pulverizado mas, na prática, tem características de controle de fato, disseram fontes próximas do fundo. A Previ chegou a pedir a suspensão temporária da AGO.

O fundo vem aumentando a fatia na Vibra, com investimento de R$ 1 bilhão para sair dos 3,3% que tinha na virada do ano. Enquanto um grupo de investidores temia o avanço da Previ no conselho por influência política, a fundação apontava problemas de governança na companhia. Em 2022, a Previ informou à Vibra que queria colocar um candidato na disputa do conselho, mas como a proposta de uma composição de chapa considerada forte, a fundação acabou recuando. Fontes próximas à empresa consideram que a entrada da Previ no board não é negativa, já que o perfil de investimento é de longo prazo e que o colegiado segue robusto em independência. *(Colaborou Francisco Góes, do Rio)*

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

---

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **G Carvalho Silva Ltda. -** CNPJ: 45.664.156/0001-05 - Endereço: Av. Dr. Jackson Kleper Lago, 05, Pavimento 01, Sala 04, Bairro Ponta D Areia - Requerente: G Carvalho Silva Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara de São Luís/MA - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Luana Elisa Pacheco Confecções e Acessórios Ltda. -** CNPJ: 21.942.972/0001-75 - Endereço: Av. Industrial, 1620, Distrito Industrial, José Bonifácio/sp - Requerente: Dfg Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 5a Vara de São José do Rio Preto/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Márcio Arantes Cassulino Ltda. ME -** CNPJ: 07.761.334/0001-27 - Endereço: Travessa Mariana, 61, Bairro Santa Felicidade - Administrador Judicial: Vacção Carvalho e Duck Administração Ltda., Representada Pelo Dr. Luiz Eduardo Vacção S. Carvalho - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Processos de Falência Extintos

Requerido: **V. L. Agro Industrial Ltda. -** CNPJ: 05.488.486/0001-72 - Requerente: Stars Group Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Apucarana/PR - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Supermercado Rodrigues & Lheti Ltda. -** CNPJ: 02.126.397/0001-98 - Endereço: Av. Vereador José Gomes Duda, 1132, Centro, Pacaembu/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Multipromoções Vendas e Lançamentos de Títulos Patrimoniais Ltda. Epp -** CNPJ: 87.925.590/0001-41 - Endereço: Av. Otávio Rocha, 161, 7º Andar, Centro - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Tiago Jaskulski Luz - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Multiserviços Informática e Lançamentos de Títulos Ltda. Epp -** CNPJ: 94.779.790/0001-07 - Endereço: Av. Otávio Rocha, 161, 7º Andar, Centro - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Tiago Jaskulski Luz - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Porto Alegre/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Cr Comercial Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 83.692.921/0001-90 - Endereço: Rodovia SC 469, S/nº, Km 02, Linha Bonito, Saudades/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Mover Veículos Ltda. -** CNPJ: 21.221.248/0001-52 - Endereço: Rua Victor Konder, 116, Centro, Xanxerê/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Navajo Veículos Ltda. -** CNPJ: 76.870.260/0001-80 - Endereço: Rua Victor Konder, 112, Centro, Xanxerê/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Oca Marketing Ltda. -** CNPJ: 09.371.588/0001-64 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3674, Letra D, Sala 03, Bairro Líder - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rüdiger Automóveis Ltda. -** CNPJ: 01.688.955/0001-46 - Endereço: Rua Waldemar Rangrab, 2100, Bairro Jardim Peperi Ou Rua Fernando Machado, 3118 D, Bairro Passo Dos Fortes - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rudiger Caminhões e Ônibus Ltda. -** CNPJ: 79.013.686/0001-05 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3118 D, Bairro Passo Dos Fortes Ou Av. Leopoldo Sander, 605 E, Sala 01, Bairro Cristo Rei - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rudiger Locações de Veículos Ltda. -** CNPJ: 12.020.899/0001-93 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3118 Ou 3674, Letra D, Sala 03, Bairro Líder - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rüdiger Multimarcas Ltda. -** CNPJ: 11.962.590/0001-50 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3674, Letra D, Sala 01, Bairro Líder - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rümar Automóveis Ltda. -** CNPJ: 05.412.120/0001-10 - Endereço: Rua Vinte e Um de Abril, 280, Bairro Passo Dos Fortes - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Tronic Indústria de Materiais Esportivos Ltda. -** CNPJ: 88.261.631/0001-05 - Endereço: Rua Leopoldo Sander, 4144 D, Bairro Cristo Rei - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Itá Organização Educacional Ltda. -** CNPJ: 71.092.043/0001-92 - Endereço: Rua Djalma Dutra, 07, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Tecnologia Aplicativo fundado em 2013 na Sibéria tem US$ 300 milhões para investir

Rival do Uber, InDrive estuda microcrédito e aquisições no Brasil

LEO PINHEIRO/VALOR

Arsen Tomsky, da fundador e CEO da plataforma de transporte de pessoas InDrive: "Trabalhamos com liberdade de escolha e estamos crescendo no boca a boca"

Daniela Braun
Do Rio

A oferta de microcrédito a motoristas de aplicativo e aquisições de startups estão nos planos do aplicativo de mobilidade InDrive, que tem como princípio a livre negociação de corridas e entregas entre motoristas e clientes.

"Trabalhamos com liberdade de escolha e estamos crescendo no boca a boca", disse o fundador e executivo-chefe (CEO) da plataforma, Arsen Tomsky, em entrevista ao **Valor**, durante o evento de tecnologia Web Summit Rio, que terminou quinta-feira (18).

Recentemente, a InDrive começou a oferecer crédito a motoristas no México e estuda estender o modelo ao Brasil. A América Latina representa 20% da receita gerada pela empresa fundada em 2013 no extremo nordeste da Rússia, e que hoje conta com 6 milhões de usuários ativos em 62 países.

A companhia está com caixa para aquisições. Em março, recebeu a segunda metade de um aporte de US$ 300 milhões do fundo de investimentos General Catalyst, que dará suporte à expansão. Segundo Tomsky, a ideia é ir além da mobilidade e buscar empresas com propósitos sociais.

"Nasci em um lugar remoto, com muita justiça ao meu redor, incluindo a injustiça do clima. Isso me motivou", disse o empresário, que iniciou seus negócios na era da internet discada em Yakutsk, cidade de 330 mil habitantes na Sibéria Oriental, onde a temperatura chega a 64ºC negativos.

O foco da empresa está em ganhar espaço de gigantes como Uber e 99 em países em desenvolvimento. "São empresas tipicamente capitalistas que têm que maximizar receita", diz Tomsky. "Nós trabalhamos com liberdade de escolha", diz ele.

A InDrive não atua na Inglaterra e na Espanha, mas começou a testar sua operação no país que é considerado, por alguns, sinônimo do capitalismo selvagem: Estados Unidos. A InDrive está em Miami, na Flórida. "É um mercado muito caro onde o Uber tem 60% de participação em alguns Estados", conta o empreendedor.

10%
é a margem da Indrive nas corridas

No Brasil, a plataforma mantém conversas com deputados federais sobre os impactos do projeto de lei complementar nº 12, de 2024, que regulamenta a natureza do trabalho de motoristas de aplicativo. "É importante encontrarmos um equilíbrio nas abordagens", comentou Tomsky. "Se ficar muito caro para o consumidor, as pessoas vão parar de usar".

Em entrevista recente ao **Valor**, Carlos Shigueo, gerente de relações governamentais da InDrive no Brasil, disse que a proposta de autonomia aos motoristas é positiva, mas que o modelo de recolhimento de INSS proposto pelo projeto tomaria 50% da receita da empresa no país. "Nossa margem sobre a corrida é de 10% fixos. Então, se o INSS representa 5% de uma corrida de R$ 100, a plataforma ficava com R$ 10, e [agora] teria de receber R$ 5", disse.

A retirada da urgência na tramitação do PL, solicitada pelo presidente Lula, na semana passada, dá algum fôlego para as empresas de aplicativos, como a InDrive, tentarem alterar a proposta do governo.

No início do mês, conforme apurou o **Valor**, a base aliada do governo pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para nomear um relator para o projeto de lei e estabelecer um calendário de discussão para aprovar a proposta ainda neste semestre.

A cobertura do Web Summit Rio 2024 na Editora Globo é apresentada pela Senac RJ e Itaú, com o apoio da Prefeitura do Rio | InvestRio.

A repórter viajou a convite do Web Summit.

Rappi fará entrega mais rápida a restaurantes

Do Rio

A colombiana Rappi vai expandir a oferta de seu serviço Turbo, de entrega ultrarrápida de produtos de supermercado, para o setor de restaurantes neste semestre.

A informação é de Felipe Criniti, executivo-chefe (CEO) da Rappi no Brasil. O executivo esteve no evento Web Summit Rio, nesta quinta-feira (18), e falou ao **Valor**.

Os testes de entrega ultrarrápida de refeições têm sido feitos com redes de fast food, incluindo sanduíches, pizza e comida chinesa. A ideia, segundo Criniti, é oferecer poucos itens do cardápio para a entrega ultrarrápida.

O Turbo, serviço de entrega em até 10 minutos, foi lançado em abril de 2020 e está presente em 12 cidades brasileiras, com foco em capitais. Com o lançamento do Turbo Restaurantes, a Rappi pretende elevar a participação da entrega ultrarrápida dos atuais 35% da receita para 50% do resultado da operação no Brasil, informou o executivo.

Atualmente, a Rappi conta com 62 pontos de abastecimento, ou "dark stores" para o serviço de entrega ultrarrápida. Atendem em um raio de 3 quilômetros, em média. ***(DB)***

Custo para desenvolver modelos de IA dispara

John Thornhill
Financial Times

Duas histórias aparentemente contraditórias estão sendo contadas sobre o impacto da inteligência artificial (IA). A primeira é que o setor será dominado por um punhado de grandes empresas de tecnologia, que possuem os dados, o poder de computação e a destreza para transformar nossas vidas. Essas ganharão mais dinheiro.

A segunda, é que a inteligência artificial é uma tecnologia extremamente perturbadora que vai derrubar o tabuleiro de xadrez em que a economia é hoje jogada, permitindo a insurgentes mais hábeis inventar novos jogos. A realidade é que as duas histórias podem ser simultaneamente verdadeiras.

A divulgação esta semana do Artificial Intelligence Index Report (Relatório do Índice de Inteligência Artificial), uma avaliação de 500 páginas da indústria global feita pela Universidade Stanford, fornece munição para os dois argumentos. Mas o mais impressionante é a onipresença atual das grandes empresas dos Estados Unidos — incluindo Google, Meta (dona do Facebook e Instagram, por exemplo) e Microsoft — em termos de pesquisas, investimentos e desenvolvimento de modelos de IA.

As empresas do setor privado certamente arregimentaram muitos dos mais inteligentes pesquisadores da IA. Em 2011, cerca de 41% dos pesquisadores recém-formados com doutorado em inteligência artificial nos EUA e no Canadá permaneceram no mundo acadêmico, com a mesma proporção indo para o setor corporativo. Em 2022, apenas 20% permaneceram no meio acadêmico, com 70% ingressando no setor corporativo.

Esses pesquisadores permitiram aos Estados Unidos criar 61 dos mais notáveis modelos de IA nos últimos 20 anos, comparado a 25 na União Europeia e no Reino Unido juntos, e 15 na China, segundo o relatório.

Mas o custo do desenvolvimento desses modelos disparou. A OpenAI, desenvolvedora da inteligência artificial generativa ChatGPT, gastou US$ 78 milhões em poder de computação para treinar seu modelo GPT-4, enquanto a Google gastou US$ 191 milhões no Gemini Ultra, segundo estima o relatório. No ano passado, os investimentos do setor privado em IA nos EUA somaram US$ 67,2 bilhões, montante significativamente maior que os dos dois países seguintes: China (US$ 7,8 bilhões) e Reino Unido (US$ 3,8 bilhões).

Quanto custa
Custos* para treinar modelos de IA (em US$ milhões)

Modelo	Custo
Transformer (2017)	0,001
Bert-Large (2018)	0,003
Roberta-Large (2019)	0,16
GPT-3 (2020)	4,325
Megaturin-Turing (2021)	6,406
Lamda (2022)	1,32
Palm (2022)	12,389
GPT-4 (2023)	78,352
Llama 2 (2023)	3,932
Gemini Ultra (2023)	191,4

Fonte: Artificial Intelligence Index Report, Stanford University ; * Estimados

Algumas pessoas afirmam que a IA será a nova via férrea, ou rede de telecomunicações, da economia do século XXI, sobre a qual todo o resto vai funcionar. Se assim for, as gigantes de tecnologia dos EUA podem estar usurpando algumas das funções tradicionais dos governos, empresas de investimentos e legisladores na construção e gestão da infraestrutura, ao mesmo tempo em que redigem e aplicam as regras.

"A principal conclusão é que a indústria domina", afirma Russel Wald, vice-diretor do Instituto Stanford para a Inteligência Artificial Centrada no Ser Humano, que produziu o relatório. "Precisamos encontrar uma maneira de o setor público ainda ter um lugar à mesa."

Mas embora os gigantes tecnológicos dos EUA possam produzir os modelos de IA mais poderosos, eles não podem controlar todas as formas como eles são aplicados. Nesse aspecto, há grandes oportunidades para outros países e empresas menores competirem. Um dos aspectos mais intrigantes do relatório de Stanford é a forma como as pesquisas sobre percepção pública mostram que as pessoas nos países emergentes parecem mais entusiasmadas com as possibilidades da IA do que as do Ocidente desenvolvido.

Mais de 70% dos indonésios, tailandeses e mexicanos acreditam que a IA será mais benéfica do que prejudicial, segundo uma pesquisa feita pela Ipsos no ano passado. Isso se compara com apenas 37% nos EUA e França. Uma proporção maior de entrevistados disse ser usuária ativa diária do ChatGPT no Paquistão, Quênia, Índia e Brasil, do que nos EUA e Reino Unido, segundo outra pesquisa feita pelo Schwartz Reisman Institute.

A China vem sendo rápida na aplicação da IA em utilizações no mundo real, respondendo por 61% das patentes mundiais de IA, comparado a 21% dos EUA. Ela também está se afastando da manada quando se trata de robôs industriais, tendo já instalado 21% do total global.

> "Precisamos de uma maneira para o setor público ter um lugar à mesa"
> *Russel Wald*

A demografia desempenha um grande papel ao moldar atitudes. Cerca de 90% dos jovens do mundo vivem fora do Ocidente desenvolvido e têm interesse em se envolver com a economia digital, segundo afirma Payal Arora, um acadêmico indiano e autor de um livro a ser publicado intitulado "From Pessimism do Promise". Para muitos deles, a tecnologia representa oportunidades.

"O pessimismo é privilégio daqueles que podem se dar ao luxo de viver desencantados", disse Arora esta semana na conferência do Minderoo Centre for Technology and Democracy em Cambridge, no Reino Unido. "Precisamos estourar a bolha do pessimismo."

Conforme responderam outros na conferência, o domínio das companhias americanas de IA poderá criar novas formas de tecno-feudalismo ou colonialismo de dados, como acontece com as redes sociais. Nessa nova ordem mundial, as economias emergentes serão aquelas que vão acatar as regras, e não elaborá-las, ficando ainda mais despojadas de soberania. Mas alguns pensam que isso reflete apenas a realidade do momento. A IA poderá dar a elas a oportunidade de reescrever o roteiro.

Itaú BBA triplica carteira de clientes e especializa o atendimento para startups

Área do banco voltada a empresas de tecnologia desponta como uma das instituições financeiras mais presentes no segmento ao adaptar-se às necessidades do setor

Quando começou a desenvolver sua estrutura exclusiva para empresas de tecnologia, o Itaú BBA não previa a enxurrada de captações que viria pela frente no Brasil, tampouco uma pandemia de coronavírus e a crise que enxugou o setor logo em seguida. Mas entendia que precisava de um olhar cuidadoso para dar a elas um tratamento específico — afinal, startups crescem em cinco anos o que uma companhia tradicional leva décadas para alcançar.

O bom resultado foi tão rápido quanto o desempenho das startups. O Nicho Tech, voltado para essa indústria, saiu do papel e começou a funcionar no começo de 2021, com cerca de 550 empresas — que em sua maioria já era de clientes do banco.

Hoje, três anos depois, são mais de 1.500 empresas. O Itaú BBA quase triplicou suas bases no segmento de tecnologia mesmo com a crise de liquidez e a pandemia no meio do caminho. E o número de colaboradores cuidando do Nicho dobrou no mesmo período, de cerca de 60 para aproximadamente 120 pessoas.

"Observando especialmente mercados mais desenvolvidos, com o advento das empresas de tecnologia e seu impacto nas outras companhias, e avaliando que bancos tinham papel relevante no desenvolvimento delas, nós entendemos que o Itaú deveria ter um olhar mais cuidadoso no cenário nacional", afirmou o head of tech & related companies, Gabriel Brabo, em entrevista no Web Summit 2024, que ocorreu entre 15 e 18 de abril no Rio Centro, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro.

A participação em uma das mais importantes feiras de tecnologia e inovação do mundo consolida o Itaú BBA como uma das instituições financeiras mais presentes na vida das startups, sobretudo as mais desenvolvidas, atuando como líder em advisor nas operações de IPO do setor. "Nos estruturamos em diversos grupos de trabalho para debater como deveríamos servir essas empresas: startups pequenas, médias e grandes", completou.

Um dos ingredientes da receita que deu certo foi compreender a dinâmica das startups. Para, a partir disso, lhes oferecer serviços com a agilidade que demandam. "Times não especializados não entendem como elas crescem de forma acelerada, como dobram de faturamento em um mês mesmo com uma estrutura física pequena", pontuou Brabo.

O executivo contou o caso de uma startup que possuía mais de 100 funcionários, a grande maioria trabalhando em home office, mas mal conseguia abrir uma conta no banco porque tinha um escritório pequeno. "Para atender bem esse segmento, era preciso readequar limites de crédito, falar a mesma língua, entender seu ecossistema", lembrou.

Outro diferencial da instituição, segundo o head de tecnologia do investment banking do BBA, Thiago Maceira, é o DNA de relacionamento de longo prazo. "O banco tem histórico de apoiar seus clientes durante os ciclos e de ajudar desde o começo grupos que se tornaram grandes conglomerados. Então usamos a mesma cultura e filosofia para empresas de tecnologia", afirmou o executivo.

Maceira revelou que, quando o Itaú se estruturou para receber as companhias desse segmento, sabia que seria "um jogo de longo prazo, contínuo, mas com uma visão um pouco mais moderna de compreender já que essas empresas mudam num piscar de olhos".

"Em três meses uma startup pequena pode passar a ter demandas de serviços mais estruturados. Então criamos times mais ágeis e flexíveis, para que pudéssemos responder às demandas delas de maneira mais rápida", explicou.

Uma importante proposta de valor do Itaú BBA, como destacaram seus executivos, é se tornar advisor dos clientes, inclusive das startups mais desenvolvidas. A instituição está inserida nesse ecossistema, não só enquanto banking, mas também como agente conector.

Gabriel Brabo, head comercial das empresas de tecnologia do Itaú BBA

Ian Beacraft durante sua palestra sobre IA e o futuro do trabalho no estande do Itaú BBA do Web Summit 2024

Felipe Rama, gerente de estratégia do cliente do Itaú BBA

Julia De Luca, responsável pela cobertura global de fundos de growth e venture capital no Itaú BBA, e Thiago Maceira, head de tecnologia no investment banking do Itaú BBA

© FOTOS: DIVULGAÇÃO

CASOS DE SUCESSO

O Cubo Itaú é uma organização sem fins lucrativos que, desde 2015, agrega startups em fase de tração e com alto potencial de escalabilidade para impulsionar os negócios e a economia. Dentro disso, o Itaú BBA atua junto ao Cubo atendendo boa parte das empresas de tecnologia que atuam dentro desse ecossistema.

Gabriel Brabo lembrou que várias outras startups devem se desenvolver mais fortemente nos próximos anos, passada a crise que fechou as torneiras de financiamento para o setor nos últimos dois anos — momento precedido por um boom que abriu portas para startups do país e levou o Itaú BBA a liderar o assessoramento a IPOs no Brasil.

"Tivemos um ciclo muito forte no setor de tecnologia, um período de muita pujança entre 2019 e 2021, com muita gente buscando investir no segmento", recordou Thiago Maceira.

Passadas a bonança e a crise, os tempos são de boas perspectivas, como analisou Julia De Luca, que atua na cobertura de tecnologia e de fundos de venture capital no investment banking do Itaú BBA. "A gente já vê um melhor cenário quando olha o primeiro trimestre: US$ 1,36 bilhão na região, com 135 rounds, um montante investido 24% maior que no mesmo período do ano anterior", disse ela.

Inteligência artificial poderá alertar sobre calote em banco

Levantar discussões, conectar players, gerar negócios e apresentar inovações. Foi com esse foco que o Itaú BBA montou a programação de sua arena durante o Web Summit 2024, um dos maiores eventos de tecnologia e inovação do mundo, que ocorreu entre 15 e 18 de abril no Rio de Janeiro.

O destaque entre as palestras ficou com **Ian Beacraft**, fundador e CEO da Signal and Cipher e um dos maiores especialistas norte-americanos em inteligência artificial e o mundo do trabalho. Ele afirmou que a tecnologia do amanhã está em rota de colisão com os modelos de pensamento do passado que persistem no mercado — e salientou que é essa a razão da dificuldade em atuarmos de forma assertiva.

Na sequência, o palestrante abordou a ameaça representada pela inteligência artificial aos empregos, sendo categórico ao afirmar que lideranças fracas, aderência cega a modelos antigos e um pensamento tecnológico antiquado são mais prejudiciais aos trabalhos do que a IA. E que no futuro não teremos mais especialistas, mas grupos formados por pessoas com habilidades complementares que atuam conectadas pela IA.

Já o gerente de estratégia do cliente do Itaú BBA, **Felipe Rama**, levantou que a inteligência artificial pode ter um papel definitivo na assessoria a clientes. Como, por exemplo, alertar para a possibilidade de tomar um calote e se programar tomando um empréstimo. "A IA consegue entender padrão de recorrência, padrão de reconhecimento com um nível de personalização tamanho que pode ser preditivo", afirmou.

Em outro exemplo de como a inovação pode mudar a oferta de produtos está na "tokenização", fragmentação de um ativo em frações digitais, transferindo-o para o mundo virtual. Um caso concreto do Itaú BBA ocorreu em parceria com a Liqi, fintech fomentada no Cubo que lançou debêntures tokenizadas. O mecanismo, segundo Rama, pode oferecer mais segurança aos investidores e ainda consegue reduzir os custos de transação em mais de 50%.

Rio de Janeiro

Iniciativas do mercado imobiliário levam beleza, funcionalidade, sustentabilidade, arte e cultura a ruas e outros espaços da cidade

Gentilezas urbanas dão um novo significado a áreas degradadas

FOTOS DE PEDRO MASCARO/MOZAK/DIVULGAÇÃO

No Essência, com fachada ativa, o Largo do Piva é uma galeria a céu aberto que reúne obras de artistas renomados

A adoção das chamadas "gentilezas urbanas" pelo setor de construção e incorporação no Rio de Janeiro está promovendo um verdadeiro resgate da cidade. Mais que embelezar e melhorar a funcionalidade no entorno, a restauração de praças e calçadas, a doação de equipamentos urbanos ou a criação de parques e espaços culturais têm contribuído para ressignificar áreas degradadas — até mesmo no sofisticado Leblon.

No bairro da Zona Sul, a Mozak Empreendimentos inaugurou recentemente o Largo do Piva, uma galeria a céu aberto reunindo obras de renomados expoentes do cenário das artes carioca. A rua artística foi instalada ao longo das extensas calçadas do Essência, o mais novo projeto de alto luxo lançado pela construtora.

O residencial será erguido em uma área que corresponde a quase um quarteirão, onde ficavam as instalações da Comlurb, a empresa de limpeza pública da cidade.

"A ideia é presentear moradores e frequentadores da cidade com um novo polo artístico e cultural. Queremos que o Essência se transforme em referência para o bairro, um lugar de encontros e admiração", afirma o presidente da Mozak, Isaac Elehep.

A Performance Empreendimentos e o Opportunity Imobiliário também promoveram uma intervenção urbanística que trouxe mais movimento a um trecho na Lagoa: a Calçada da Fama, instalada na tradicional escola de teatro O Tablado, considerada patrimônio cultural e imaterial do Estado do Rio.

No local, estão estampados em granito os nomes de 108 peças encenadas no teatro criado por Maria Clara Machado. "Buscamos projetos que contribuam para o enriquecimento educacional e cultural da sociedade. Estamos comprometidos em transformar a calçada em frente ao Tablado em algo do qual todos os cariocas possam se orgulhar", diz o CEO da Performance, Luís Oswaldo Leite.

PERFORMANCE/DIVULGAÇÃO

No Teatro O Tablado, a "calçada da fama" estampa os nomes das 108 peças encenadas nos últimos 72 anos no espaço criado por Maria Clara Machado

OPPORTUNITY/DIVULGAÇÃO

Na Glória, a recuperação da Praça Juarez Távora foi uma das ações que representaram o resgate do entorno do antigo Hotel Glória, transformado em residencial de luxo

Para o Opportunity Imobiliário, a cultura e o mercado formam uma parceria especial, que permite desenvolver, sempre que possível, projetos que levem a arte para os empreendimentos e as ruas, beneficiando e inspirando os moradores e as pessoas que transitam por esses locais.

Além de benefícios sociais e ambientais, as gentilezas urbanas também têm impacto econômico positivo. Como ocorreu na Glória, bairro em que a transformação do emblemático Hotel Glória em residencial de luxo pelo Opportunity representou o resgate de todo o entorno, depois de décadas de abandono.

Em parceria com a Sig Engenharia, o fundo promoveu a revitalização da Praça Juarez Távora, recuperando o projeto original com novos canteiros de paisagismo, calçada com piso em pedra portuguesa e postes de iluminação. O resultado foi a valorização dos imóveis do bairro e aumento do comércio local.

Para as construtoras e incorporadoras, o investimento em projetos de gentileza urbana traz retornos de imagem, mas também tem se mostrado uma necessidade do mercado. "Pesquisas feitas com os investidores mostram que tais iniciativas são reconhecidas como diferenciais importantes para a decisão de compra", afirma o CEO da Calper, Ricardo Ranauro.

"Os benefícios trazidos por essas práticas são desfrutados pelos moradores cotidianamente e contribuem para a valorização dos imóveis", diz. A Calper é responsável pelo desenvolvimento do Cidade Arte, na Barra, que ocupa mais de 130 mil metros quadrados de área com paisagismo.

"São 70 mil metros quadrados de áreas verdes e arborizadas, com o plantio de mais de 1,2 mil árvores com espécies da Mata Atlântica, gerando um microclima diferenciado e mais fresco na região. O projeto prevê ainda a instalação de obras de arte nas ruas, transformando o ambiente urbano em uma galeria a céu aberto", informa Ranauro.

Entrevista

THIAGO RODRIGUES, ANTONIO CARLOS FIGUEIRA DE MELLO E LULA GOUVEIA, SÓCIOS DO ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA SUPERLIMÃO STUDIO

SUPERLIMÃO/DIVULGAÇÃO

Três amigos "de balada" — Thiago Rodrigues, Antonio Carlos Figueira de Mello e Lula Gouveia — comandam há 22 anos um dos escritórios de arquitetura mais criativos do Brasil: o estúdio Superlimão, que tem como clientes incorporadoras, "big techs" globais e multinacionais do varejo. No começo, o desafio era criar produtos usáveis pelas pessoas: cadeiras, mesas, sofás. Depois, levar essa visão a interiores e áreas comuns dos projetos imobiliários. Agora, eles começam a repensar espaços urbanos degradados em São Paulo, sob a mesma ótica: a do respeito à escala humana.

Vocês são vistos como experts em interiores integrados e eficientes. Qual o ponto de partida para um projeto ser bem-sucedido?

Thiago Rodrigues — Considerar a escala humana nos ambientes é fundamental, porque é o que as pessoas percebem no final: o acesso ao prédio ou sentar-se no salão de festas. Atualizar a usabilidade desses espaços é importante para que sejam funcionais, além de bonitos.

Antonio Figueira de Mello — É importante entender que, se não priorizam as pessoas, os projetos ficam sem alma. Por trás de toda marca, existem pessoas. E, sem elas, tudo fica meio vazio e tende a não dar certo.

Vocês acabam de entregar o projeto Lapi, que ressignificou o espaço urbano na capital. Faltam arquitetos propondo melhorias na cidade?

Antonio — Faltam arquitetos e investidores para identificar oportunidades em outras áreas com a mesma demanda, próximas a fluxo de carros e pessoas, mas que estão largadas. ▶▶▶

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM:
valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | **CONTATO COMERCIAL RJ:** Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | **DEMAIS REGIÕES:** ana.lima@edglobo.com.br | **SUGESTÕES DE PAUTA:** imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Entrevista
Para Zema, CEO do Morgan Stanley, sustentabilidade da dívida é tema crítico para o investidor C6

Política monetária
Fed reforça mensagem de que corte no juro pode ficar para o fim do ano C2

Regulação
Regra para influenciador vai levar em conta vulnerabilidade do público C4

Bancos
De volta ao país, HSBC 'começa a incomodar players locais', diz CEO C3

Mercados Incerteza fiscal, desvalorização de empresas relevantes, tentativas de interferência do governo e juros nos EUA prejudicam papéis

Brasil sofre mais que outros emergentes na bolsa em 2024

Augusto Decker
De São Paulo

As ações brasileiras sofrem mais que as dos principais pares emergentes neste ano, num sinal de que, além dos fatores que têm prejudicado as bolsas na maior parte do mundo, os desafios domésticos têm peso importante no desempenho ruim da renda variável local.

Usando como referência os índices de ações MSCI, que servem para comparar o desempenho das bolsas em diferentes países e regiões, o do Brasil acumula queda de 14,89% em 2024, enquanto a média dos emergentes é de recuo de 0,50% e a média global registra crescimento de 3,50%, conforme levantamento do Valor Data A comparação entre MSCIs é feita em dólares, portanto, o fortalecimento recente da moeda americana frente à brasileira contribui para atrapalhar a performance do índice doméstico.

Entre as questões econômicas que ajudam a separar o Brasil dos pares, estão a incerteza fiscal após revisão da meta para o ano que vem, a dificuldade de determinadas ações com peso na bolsa local — especialmente a Vale — e a volatilidade causada por tentativas do governo de influenciar empresas domésticas.

A macroeconomia global, com a expectativa de uma política monetária mais cautelosa para os Estados Unidos, pesa sobre a renda variável em todo o mundo, com um possível peso maior sobre o Brasil porque o capital estrangeiro estava com posicionamento forte no país antes da revisão nas perspectivas americanas e, portanto, a saída de recursos daqui também foi mais intensa.

O banco americano J.P. Morgan afirma que os principais motivos para a performance inferior da renda variável no Brasil neste ano são a queda expressiva das ações da Vale, os juros ainda altos e a forte desvalorização do real.

O boletim destaca que a mineradora representa uma parcela expressiva das perdas do Ibovespa em 2024. "Se a Vale estivesse estável no ano, a performance do Brasil em moeda local ficaria só 1% abaixo do Mexbol", afirma a nota assinada pela equipe de estratégia de ações para Brasil e América Latina do banco, liderada por Emy Shayo Cherman, referindo-se à bolsa mexicana.

As ações ordinárias da Vale, que representam 14,16% do Ibovespa e 10,99% do MSCI brasileiro, têm queda de 15,65% neste ano, pressionadas principalmente pela desvalorização global do minério de ferro — embora tenha ensaiado uma recuperação nos últimos dias, a commodity recuou durante a maior parte de 2024. A tentativa do governo de indicar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para o comando da companhia também é citada por gestores locais como um fator de volatilidade.

"A dinâmica de preços do minério de ferro até a semana passada estava bem ruim, e isso pesa sobre a Vale. Houve várias questões que pesaram sobre a empresa, entre elas, a discussão de presidente e a interferência do governo", diz Thalles Franco, sócio e gestor da RPS Capital. "Dada a relevância da Vale sobre o índice, a performance da ação explica boa parte da performance brasileira."

Gestores também citam o desafio fiscal, que voltou a ser destaque nos últimos dias após o governo mudar a meta para o ano que vem de superávit primário de 0,5% do PIB para resultado zero. "A questão fiscal sempre foi a parte mais frágil da discussão para o Brasil. Ela é retomada de tempos em tempos, com mais ou menos fragilidade, em todos os governos. Isso é um diferenciador", diz Eduardo Carlier, codiretor de gestão da Azimut Brasil Wealth Management.

Nos últimos dias, a revisão da meta contribuiu para uma disparada dos juros futuros, que também pesa negativamente sobre a bolsa — tanto por pressionar para baixo ações mais voltadas ao consumo local e de companhias endividadas quanto por tornar a renda fixa no país mais atrativa do que a variável. "Ainda existe um balanço favorável para renda fixa versus ativos de maior risco. O Brasil ainda precisa fazer a transferência de fluxo local, de um convencimento de que a bolsa está atraente. E ficar discutindo a parte fiscal de tempos em tempos atrapalha, não dá uma trajetória com muita visibilidade", diz Carlier.

Além do fluxo local, os estrangeiros têm deixado a bolsa brasileira. Conforme dados da B3, as vendas de ações entre os não residentes este ano superam as compras em R$ 27,39 bilhões. A mudança nas expectativas para o Federal Reserve (Fed, banco central americano), conforme dados fortes de atividade dos Estados Unidos atrasam a perspectiva para o início da queda de juros no país, tem sido um obstáculo para as ações em todo o mundo, inclusive no Brasil — uma das exceções é a própria bolsa americana, apoiada pelos papéis de tecnologia.

> "A questão fiscal sempre foi a parte frágil da discussão para o Brasil. Ela é retomada de tempos em tempos"
> *Eduardo Carlier*

"O mercado esperava um cenário de desinflação nos Estados Unidos sem grandes sacrifícios. E estamos caminhando para um cenário em que isso não acontece mais. Parece que vai acontecer o que está no livro-texto, que diz que precisa haver sacrifícios", afirma Welliam Wang, chefe de renda variável da AZ Quest. A precificação implícita nos futuros dos Fed funds, que na virada do ano indicava início da flexibilização monetária em março, agora sugere a expectativa de que os juros americanos só começarão a cair em setembro.

"E em setembro teremos período de eleição nos Estados Unidos, então dependendo de quem for o favorito, pode nem haver cortes. Temos total falta de visibilidade, com chances de não haver cortes de juros neste ano", aponta Wang. Ele diz que o mercado vê o ex-presidente Donald Trump, que tenta voltar à Casa Branca, como mais inflacionário pelas promessas de aumentar tarifas sobre a China e de reduzir a mão de obra disponível nos EUA por meio de restrições à imigração.

Franco, da RPS, destaca que, como os estrangeiros haviam aumentado expressivamente o posicionamento na bolsa brasileira no final do ano passado em razão dos patamares de preço atrativos, o país também sofreu mais quando os juros americanos afastaram esse fluxo dos emergentes. "Na virada do ano, o estrangeiro já estava bastante alocado em Brasil baseado no fluxo de entrada em novembro e dezembro, então quando esse investidor decide voltar com o dinheiro para os EUA, os países que tinham maior alocação de investimento sofrem mais. Essa é uma das explicações principais para o desempenho pior do Brasil."

Em novembro e dezembro de 2023, os não residentes fizeram aportes líquidos de R$ 38,49 bilhões nas ações brasileiras. A maior parte dos R$ 44,85 bilhões líquidos que entraram nas ações do país em todo o ano passado, portanto, veio no último bimestre.

Para o J.P. Morgan, as expectativas cautelosas para o Fed podem evitar uma entrada mais forte de recursos na bolsa brasileira mesmo quando os juros americanos começarem a cair. "A questão é: um movimento mais modesto do Fed será suficiente para permitir que 'trades' com 'beta' elevados [maior potencial de retorno], como o Brasil, funcionem? Eventualmente, mas o nível de 'upside' vindo desse ângulo é muito menos interessante do que era antes da moderação do Fed", afirma o relatório.

SILVIA COSTANTI/VALOR

Thalles Franco, da RPS Capital: Performance da Vale explica boa parte da baixa dos índices brasileiros de ações

Brasil é destaque negativo
MSCI do país no ano* é superado por pares emergentes

País	Variação %
Taiwan	10,71
Índia	5,12
Global	3,50
Emergentes	-0,50
China	-2,62
México	-4,92
Coreia	-5,09
Brasil	-14,89

Fonte: MSCI. Elaboração: Valor Data * variação % até o dia 18/04/24

BC mostra coesão interna e alinhamento com o Tesouro

Análise

Alex Ribeiro
São Paulo

O Banco Central (BC) demonstrou coesão interna na mudança de sua comunicação de política monetária, além de um alinhamento com o Ministério da Fazenda na estratégia para lidar com as turbulências no mercado financeiro. Isso reduz uma das fontes de pressão sobre o dólar, embora não resolva o grosso do problema, que tem a ver com a política fiscal e o ambiente internacional.

O pronunciamento do presidente do BC, Roberto Campos Neto, em Washington, na quarta-feira, foi importante não apenas pela mensagem que passou para a política monetária e cambial, mas também pela forma.

O recado principal é que o BC vai fazer o que for necessário para evitar a deterioração das expectativas de inflação e para cumprir a própria meta de inflação. Ele estabeleceu uma gradação da resposta de política monetária, que vai de corte de 0,5 ponto a até mesmo alta de juros, num caso mais extremo, de acordo com evolução do cenário internacional e fiscal até a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre em três semanas.

Campos Neto leu fichas previamente preparadas e falou na primeira pessoa do plural. Ao seu lado, estava o diretor de assuntos internacionais, Paulo Picchetti, indicado ao cargo pelo governo Lula. Toda a cena demonstra certa coesão do Copom em torno da mensagem mais dura para a política de juros.

O pronunciamento de Campos Neto como representante do comitê, e não apenas a visão de um membro, é importante para dissipar um pouco do risco do lado monetário que vinha contaminando o mercado.

O adiamento do corte de juros nos Estados Unidos, os riscos geopolíticos no Oriente Médio, a mudança das metas fiscais e as pautas-bomba que surgiram no Congresso são os principais determinantes da deterioração de preços de ativos, como alta do dólar, pressão nos juros futuros e queda da bolsa.

Mas havia uma preocupação do lado monetário. A promessa de cortar o juro em 0,5 ponto percentual em maio já havia se tornado obsoleta, e participantes do mercado cobravam uma revisão do posicionamento do Copom. A mudança da mensagem ajuda a dissipar essa parte das dúvidas.

Também há no mercado dúvidas sobre a disposição de o BC seguir na cruzada de combate à inflação nos próximos anos, quando o comitê será dominado por membros indicados pelo governo Lula. O mandato de Campos Neto termina em 31 de dezembro. A mensagem mais coesa do Copom procura responder a esses questionamentos, embora apenas a ação consistente seja capaz de eliminá-los.

Campos Neto levou também uma mensagem sobre a política cambial. O BC tem assistido apenas como espectador à alta do dólar, sem fazer intervenções, como a venda de parte das reservas internacionais. Deixou inclusive de vender instrumentos vinculados à moeda americana no mercado futuro para repor integralmente papéis do Tesouro que vencem neste mês.

Campos Neto foi questionado pelo ex-diretor de política econômica do BC Fabio Kanczuk, que é chefe de macroeconomia da ASA Investments, se a ausência de intervenção tinha a intenção de deixar o real se desvalorizar para dar um recado ao mundo político, que ultimamente vem dificultando o ajuste nas contas públicas.

A resposta de Campos Neto foi na linha técnica. Intervenções cambiais para segurar a cotação do dólar apenas fariam com que o risco internacional e fiscal aparecesse nos preços de outros ativos. Faria "explodir" os juros futuros.

A estratégia do BC está em linha com o Tesouro Nacional, que tem aceitado taxas mais altas nos seus leilões de venda de títulos públicos, como ocorreu na colocação de NTN-Bs na terça-feira. Em tese, o Tesouro poderia deixar de vender títulos e até recomprar parcela dos papéis em circulação no mercado.

Também há certa similaridade no discurso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu na segunda-feira o impacto das incertezas fiscais na alta da cotação do dólar, embora ele acredite que sua influência seja de apenas um terço. Campos Neto também disse que a influência do fiscal no dólar foi minoritária em relação ao impacto do cenário internacional.

Ontem, em entrevista à "GloboNews", o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, deu um passo além na cadeia do impacto das incertezas fiscais, dizendo que afetam primeiro o dólar e depois chegam na inflação.

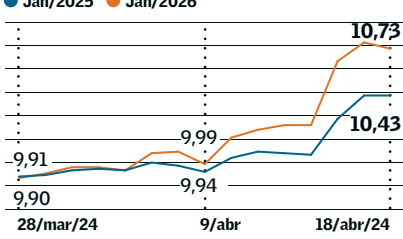
Nada disso resolve o problema central, que é o aumento do risco fiscal, mas ajuda a aliviar a pressão sobre o dólar, na medida que sinaliza que há coesão dentro do BC na política de combate à inflação e que a área econômica não procura reprimir artificialmente o aumento de risco que pressiona juros e câmbio.

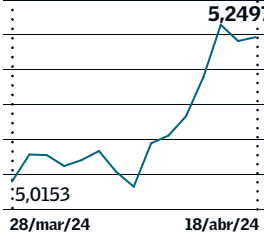
Ibovespa
Em pontos

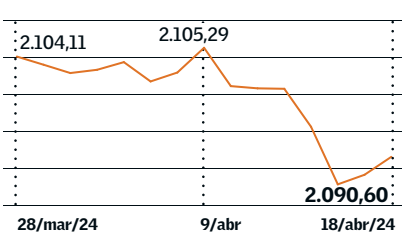
alta de **0,02%**

Bolsas internacionais
Variações no dia 18/abr/24 - em %

Bolsa	%
Dow Jones	0,06
S&P 500	-0,22
Euronext 100	0,41
DAX	0,38
CAC-40	0,52
Nikkei-225	0,31
SSE Composite	0,09

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

alta de **0,12%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Dólar sobe 0,12%, a R$ 5,25, e Ibovespa termina estável, com alta de 0,02%, a 124.196 pontos

Juros seguem pressionados com revisão de cenário

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

Diante da crescente possibilidade de ajustes no plano de voo de política monetária do Banco Central (BC), como indicaram falas recentes de membros da autarquia, os ativos domésticos ampliaram ontem a dinâmica de ajustes vista nos últimos dias. No mercado de juros, as taxas de contratos com vencimentos mais curtos se mantiveram ancoradas, enquanto as de longo prazo recuaram. E, no câmbio, apesar da força global do dólar, o real teve performance melhor que a de pares, com a perspectiva de que um diferencial de juros maior por mais tempo podendo, em relação aos Estados Unidos, proteja a divisa local.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 oscilou de 10,43% do ajuste anterior para 10,42%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,475% para 11,345%. O dólar comercial subiu 0,12%, cotado a R$ 5,2497, e o Ibovespa teve leve alta de 0,02%, aos 124.196 pontos.

Os sinais de que o BC buscou se desfazer de sua orientação para um corte de juros de 0,5 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dispararam uma onda de revisões nas projeções dos agentes para o próximo passo da Selic. No mercado de opções digitais de Copom, a chance de um corte de 0,25 ponto percentual em maio é agora de 52%, contra 25% de uma redução de 0,5 ponto. A precificação de Selic no fim do ciclo de ajuste se encontra na casa dos 10,5%.

O mercado local ainda repercute o discurso do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no qual sinalizou que as incertezas globais podem alterar a condução da política monetária, apontam analistas do Banco Pine. "Além dos fatores externos, o presidente do BC citou a piora da percepção da trajetória fiscal doméstica como um fator relevante para a mudança do 'forward guidance' [prescrição futura] da política monetária", afirma o economista-chefe da instituição, Cristiano Oliveira.

Com isso, o Pine passou a esperar um corte de 0,25 ponto percentual na decisão de maio do Copom. "E ajustamos nossa estimativa para a taxa Selic no final de 2024 de 9% para 9,75%. Neste cenário, está incorporada a expectativa de redução gradual das incertezas no segundo semestre", aponta.

52%
é a probabilidade de corte de 0,25 ponto da Selic em maio

Um fator que pode influenciar a atual precificação, segundo analistas, é a performance do real, que se mostrou mais resiliência que pares na sessão após a forte desvalorização recente.

Cristiane Quartaroli, economista do Ouribank, entende que, ainda que os juros mais altos beneficiem o câmbio no curto prazo, no médio e longo essas taxas mais elevadas podem atrapalhar a divisa local. "Juros mais altos acabam sendo ruins para a economia, se pensarmos na macroeconomia de um país. Ainda que seja um ajuste pequeno sobre a taxa final, não deixa de ser ruim para a economia", diz, fazendo referência ao fato de que um crescimento mais limitado pode não atrair capital de fora para o país.

Apesar da recente valorização do dólar, Quartaroli diz que, se o cenário local continuar positivo, com inflação mais baixa e crescimento resiliente, e lá fora houver menos surpresas negativas, o câmbio local tende a melhorar. "O pano de fundo positivo do Brasil, com esses dados melhores e com o fluxo comercial também mais forte nesses próximos meses, deve ser positivo para câmbio", afirma. "Ao meu ver, tivemos uma tempestade, mas passou e, tudo mais constante, a tendência é melhorar."

Já Lucca Silva, analista de renda variável da Persevera Asset, diz que fatores locais, como a mudança da meta fiscal de 2025, e falas conservadoras de Campos Neto afetaram os ativos nos últimos dias. Porém, ele afirma que a piora do ambiente externo pesou muito na performance dos mercados nos últimos dias. "A volatilidade estava muito baixa antes, destoando do cenário de incertezas geopolíticas e em relação à política monetária de países desenvolvidos", diz.

O executivo opina que o fator "momentum" tende a seguir pressionando os negócios, na medida em que o fluxo comprador para ativos de risco tem arrefecido. "O macro tende a continuar se sobressaindo e o recurso estrangeiro, que tem mais força para mover o mercado local, está muito alinhado com o cenário de juros lá fora. Enquanto não tivermos uma mudança nesse sentido, e por mais que gostemos de alguns ativos, pode fazer mais sentido reduzir exposição pensando em possíveis quedas adicionais."

Fed reitera indicações de redução de taxa no fim do ano

Eduardo Magossi
De São Paulo

Dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) se uniram ontem em um movimento para reforçar a narrativa do presidente do banco central americano, Jerome Powell, de que a inflação dos EUA ainda é resiliente e que os cortes nos juros podem não acontecer este ano. Até uma nova alta não foi totalmente descartada.

O resultado foi uma forte recuperação nos rendimentos dos Treasuries e do dólar, além de um movimento de maior aversão ao risco que acabou respingando em Wall Street.

Embora todos os comentários enfatizam que um corte de juros está distante, o momento projetado do início do afrouxamento monetário difere. Para o presidente da distrital do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, os cortes nos juros serão possíveis apenas no fim do ano diante de uma inflação que vai demorar mais tempo que o esperado inicialmente para voltar para meta. Em um evento na Flórida, Bostic disse que estima que a inflação deve continuar recuando gradualmente para a meta de 2% pelos próximos dois anos.

Neil Kashkari, da distrital de Mineápolis, acredita que os cortes serão ainda mais distantes, apenas em 2025, e que para controlar a inflação o Fed deverá manter os juros inalterados no patamar de 5,25% a 5,50% até o fim de 2024.

Em entrevista à Fox News após o fechamento dos mercados, Kashkari disse ainda que o Fed precisa ter confiança de que a inflação está caindo em direção à meta de forma sustentável. Para ele, é preciso ter cautela diante das recentes leituras inflacionárias maiores que o esperado.

Em linha com Kashkari, o presidente do Fed de Nova York, John Williams, disse que não vê urgência em cortar os juros e que a política monetária está em um bom lugar. Porém, em um tom mais "hawkish" [favorável ao aperto], Williams não descartou uma nova alta nos juros se os dados da economia indicarem que mais um aperto é necessário.

O mesmo tom foi adotado pela diretora do Fed, Michelle Bowman, na noite de quarta-feira. Segundo ela, embora os juros estejam em terreno restritivo, é incerto se eles se encontram em terreno restritivo "o suficiente". "O tempo dirá se estão suficientemente restritivas", disse.

ELIJAH NOUVELAGE/BLOOMBERG

Bostic, do Fed de Atlanta: cortes nos juros serão possíveis só no fim do ano

Já Loretta Mester, do Fed de Cleveland, reiterou que não há pressa para cortar os juros porque a economia está em um bom lugar mas lembrou que devolver a inflação para a meta de 2% ficou mais difícil, com os primeiros três meses de 2024 sendo um obstáculo na luta contra a inflação.

"À medida que 2024 se desenrola, o progresso de desinflação parece insuficiente para o gosto do Fed e é precisamente essa a mensagem atual dos decisores de política monetária. É um exercício de reflexão interessante imaginar o que seria necessário para levá-los a estarem abertos de verdade a outra alta", avalia o economista da BMO Markets, Ian Lygen.

"Progresso de desinflação parece insuficiente para o gosto do Fed e é essa a mensagem dos decisores"
Ian Lygen

Os comentários que sugerem juros mais elevado por muito mais tempo elevaram os rendimentos dos Treasuries, com o rendimento da T-Note de 2 anos chegando perto dos 5% novamente. No fechamento, o "yield" do papel de 2 anos ficou na máxima do dia a 4,999%, ante 4,945% do fechamento anterior. O retorno do papel de 10 anos avançou a 4,631%, de 4,593%, e o do título de 30 anos subiu a 4,734%, de 4,705% anteriormente. Já o índice DXY — que mede a relação da moeda americana com uma cesta de moedas — avançou 0,20% a 106,16 pontos.

Para Padhraic Garvey, economista do ING, só um índice de preços de gastos com consumo (PCE) de março — a ser divulgado na próxima sexta — de 0,2% poderá evitar que os rendimentos dos papéis atinjam 5% em um movimento de recomposição do "term premium" (prêmio exigido pelos investidores para carregar os papéis mais longos). "Se o PCE ficar em 0,3% ou mais, a jornada para os 5% continuará."

Guillen reforça sinalização sobre chance de corte menor

Victor Rezende
De São Paulo

Após a mudança clara na comunicação do Banco Central feita na quarta-feira, o diretor de política econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, também mostrou preocupação com a evolução do cenário e reforçou a possibilidade de uma desaceleração no ritmo de flexibilização da política monetária em eventos privados ontem em Washington.

Fontes ouvidas pelo **Valor** relatam que Guillen também abordou os quatro cenários que já haviam sido citados pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, no dia anterior. Ele, porém, fez ligação com um dos pontos elencados pela ata da decisão de março do Copom, no parágrafo 23, que relatou que alguns membros do colegiado argumentaram que um ritmo mais lento de distensão monetária pode ser apropriado se a incerteza permanecer elevada.

Essa colocação foi feita nos dois eventos privados em que Guillen esteve ontem, um organizado pelo Barclays e outro, pelo Itaú BBA.

A ligação com a ata levou alguns participantes do mercado ouvidos pelo **Valor** a interpretarem o discurso do dirigente como um pouco menos "hawkish" (conservadora) que o de Campos Neto no dia anterior, já que estaria dentro da comunicação oficial desde antes e que, assim, um corte de 0,5 ponto ainda estaria sobre a mesa. No entanto, a percepção dominante entre agentes que estão em Washington foi de que, se a reunião do Copom fosse hoje, o cenário mais provável seria o de uma redução de 0,25 ponto na Selic.

Em um dos eventos, Guillen pareceu preocupado com a conjuntura econômica e inclusive revelou ter sido um dos membros do Copom a questionar se um "soft landing" (pouso suave da economia) ocorreria nos EUA — uma preocupação que tem se materializado recentemente.

Segundo um dos presentes em uma das reuniões com o diretor do BC, Guillen ainda abordou a possibilidade de revisitar as contas de juro neutro da autoridade monetária uma vez por ano, e indicou que isso poderia acontecer no Relatório de Inflação (RI) de junho.

Câmbio flutuante é bom absorvedor de choques, diz presidente do BC

Gabriel Shinohara e Alexandra Bicca*
De Brasília e
*para o Valor, de Washington

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçou que a autoridade monetária apenas intervém no mercado de câmbio para corrigir mau funcionamento e não para atuar contra alguma "mudança estrutural, que tem um fundamento como o caso em que taxas de juros nos Estados Unidos tenham que ficar mais altas por mais tempo".

Em evento realizado em Washington na quarta-feira, Campos Neto já havia dito o que o Banco Central não reage a reprecificações do prêmio de risco. Ontem, em entrevista coletiva do G20 também em Washington, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Campos Neto fez o mesmo esclarecimento.

"Nós achamos que, se você intervir contra algo que é estrutural, o que você faz é criar distorção em outras variáveis macroeconômicas. O câmbio flutuante serve um bom propósito porque é um absorvedor de choques", disse o presidente do BC.

Na mesma oportunidade, Campos Neto ressaltou que o Brasil tem reservas internacionais grandes que funcionam automaticamente como um absorvedor de choques. Em março, as reservas internacionais estavam em US$ 355 bilhões, de acordo com dados da autoridade.

O presidente do BC também disse, como havia feito na quarta-feira, que as contas externas brasileiras são fortes e citou, entre outros pontos, a alta na balança comercial. "O dólar forte é sempre um problema e pode gerar uma reação de decisores de políticas públicas ao redor do mundo, mas no caso do Brasil vemos uma situação melhor".

Na coletiva, Campos Neto ainda voltou a falar sobre o risco no processo de desinflação. Disse que houve uma reprecificação e agora passa a uma fase "onde existe uma probabilidade maior de tornar a taxa de juros mais alta por mais tempo".

Nesse cenário, o presidente do BC comentou também sobre a condução da política monetária e ressaltou que, quanto mais transparência nesse processo, menor o ruído e maior a eficiência do canal de transmissão.

Sobre o tema, Campos Neto fez um pequeno histórico do uso do "forward guidance" (ou orientação futura) na comunicação da política monetária. Segundo ele, em algum momento, havia uma visibilidade maior e era possível fazer o forward guidance. Em outro momento, "a gente começou a achar, e até de certa forma antecipamos, que poderia haver um problema, tanto na dúvida em relação ao processo de desinflação, que agora se mostra verdade, como também uma dúvida, uma cautela, em relação ao processo inflacionário que a gente via principalmente na parte de serviços".

Nesse ponto, a decisão foi por não usar mais o "forward guidance", contou o presidente do BC, não porque o cenário tinha mudado substancialmente, mas porque a visibilidade é menor. "Quando eu faço um 'forward guidance', eu dou uma visibilidade na frente, e essa visibilidade faz com que os mercados tenham um caminho mais tranquilo. Isso tem uma vantagem que é melhorar o canal de transmissão, mas também tem uma desvantagem, que se eu tiver que mudar, se eu não tiver muita certeza do meu guidance, você tem uma perda de credibilidade que gera um custo também na política monetária", disse.

Campos Neto afirmou que há uma reprecificação mundial grande causada principalmente pelo movimento externo. Diante da incerteza adicional, não se sabe ainda como a reprecificação vai se dar, disse, ressaltando que não há visibilidade. "A gente vê alguns caminhos", disse. O primeiro seria voltar para um cenário de normalidade, o outro é ter incerteza mais prolongada, e outro é uma incerteza mais prolongada que possa gerar "ruptura no mercado que significa uma reprecificação mais forte e, dependendo do caminho, a gente vai ter a função reação".

O presidente do BC ainda comentou sobre a alta na dívida do mundo desenvolvido. Segundo ele, os juros mais altos poderiam gerar um custo de rolagem alto e, por consequência, afetar a liquidez mundial e impactar o mundo emergente, os países de baixa renda e também afetar o crédito privado.

Entrevista Para Alessandro Zema, presidente do Morgan Stanley no Brasil, fiscal é relevante para atração de recursos quando juros caírem nos EUA

‘Sustentabilidade da dívida é tema crítico para o investidor’

Talita Moreira
De São Paulo

O investidor estrangeiro tem interesse no Brasil, que ficou evidente no começo deste ano com o aumento da participação relativa do país na alocação de recursos de fundos emergentes. Mas o dinheiro só virá mesmo quando as taxas de juros nos Estados Unidos começarem a cair, diz Alessandro Zema, presidente do Morgan Stanley no Brasil. Tanto é que o fluxo de recursos secou à medida que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) foi sinalizando que esse movimento não começará tão cedo.

Zema alerta, no entanto, que o Brasil precisa atacar duas frentes se quiser continuar ganhando espaço no bolso dos estrangeiros: melhorar a produtividade e ter uma trajetória fiscal adequada. “O tema da sustentabilidade da dívida é crítico para o investidor”, afirma, em entrevista ao **Valor**. Leia os principais trechos:

Valor: *O governo mudou a meta fiscal para 2025, e o mercado reagiu negativamente. Que impacto a mudança pode ter para o fluxo de recursosaoBrasil?*

Alessandro Zema: O tema da sustentabilidade da dívida é crítico para o investidor quando olha para o Brasil. Embora existisse a expectativa de que o governo seria obrigado a revisar a meta, havia esperança de que isso aconteceria no decorrer do ano. Tendo sido realizada já no início do segundo trimestre, temos a indicação de que a situação fiscal levará mais tempo para entrar no eixo. A mudança também coincidiu com um momento ruim no mercado de juros americano, que fez com que a reação negativa nos preços dos ativos fosse magnificada.

Valor: *O Brasil ganhou participação relativa entre os fundos de emergentes neste ano. Esse movimento vai continuar?*

Zema: O resultado fiscal até recentemente veio mais benigno do que se esperava, o crescimento do PIB deve ser melhor do que o mercado esperava, e isso fez com que numa base relativa o Brasil tenha ganhado uma alocação maior dentro de mercados emergentes. A gente viu uma redução de alocação em China, e Brasil e México se beneficiando. Dito isso, ao longo dos últimos dez anos o percentual para mercados emergentes diminuiu. A taxa de juros americana tem correlação direta com nossa capacidade de atrair investimento. Quando você olha a perspectiva que o mercado tinha para cortes de juros pelo Fed no fim do ano passado e quanto dinheiro entrou no Brasil, e aí quando essa perspectiva diminui de seis ou sete cortes para muito menos, vê como esse volume de recursos para o Brasil diminuiu. Os dados de inflação americana [da semana passada] continuaram a reduzir ainda mais as expectativas do mercado em relação ao início do ciclo de cortes de juros e a extensão que ele terá, e isso gera um impacto no fluxo para emergentes. Para a gente atrair volume numa base consistente, tem que enfrentar dois temas cruciais.

Valor: *Quais?*

Zema: Para o Brasil aumentar mais sua atratividade em bases relativas, vai ter de continuar a fazer reformas estruturantes, micro e macro, para conseguir endereçar os dois grandes problemas estruturais. Um é a produtividade. A gente cresce 0,6% nos últimos 40 anos em média, um dos crescimentos mais baixos do mundo. É o famoso custo-Brasil. Temos custo de logística alto, carga tributária muito alta, diversas ineficiências. O segundo tema é o fiscal de médio e longo prazo, e é o que preocupa. O que preocupa o mercado é que tivemos algumas medidas “one-off” [sem recorrência], que têm resultado num cenário um pouco mais benigno no começo deste ano, mas como é que fica de 2025 para frente?

Valor: *Falta visibilidade?*

Zema: Falta visibilidade. Só para te dar um dado específico. A participação que o governo tem nos dividendos que eventualmente seriam pagos pela Petrobras é 0,15% do PIB. O mercado projeta um déficit de 0,7% [em 2024]. Só com o dividendo, já reduziria para 0,55% do PIB.

> “Para o Brasil aumentar mais sua atratividade em bases relativas, vai ter de continuar a fazer reformas estruturantes”

Valor: *Nas últimas semanas, ficou evidente a tentativa de intervenção do governo em empresas como Vale e Petrobras. O estrangeiro manifesta preocupação com isso?*

Zema: Os investidores querem entender o racional de o governo estar agindo dessa forma. Essa preocupação com relação a intervenção nas empresas, não só na Petrobras, mas também na Vale, que é uma empresa privada, e na Eletrobras, que foi privatizada, existe e vai continuar existindo até as coisas se esclarecerem de novo. O fluxo para o Brasil virá quando o Fed começar a cortar juros, mas esse ruído não ajuda em nada.

Valor: *Não é esse ruído que está impedindo o fluxo, mas talvez, quando ele vier, reduza o potencial do Brasil de atrair recursos, é isso?*

Zema: Sem dúvida.

Valor: *Como vê o cenário para operações no mercado de capitais?*

Zema: O mercado de dívida voltou mais rápido que o de equity [ações]. Neste ano, já saíram dez emissões no mercado de “bonds” e o mercado local continua ativo. Houve dois IPOs de empresas latino-americanas no último mês e meio, um mercado que ficou fechado desde dezembro de 2021. Saiu o de uma empresa mexicana de consumo doméstico, e saiu muito bem. Saiu também uma empresa peruana do setor de saúde. São dados que dizem que não é um problema de demanda. A razão pela qual não saíram operações brasileiras, primeiro é que, para haver uma transação hoje, precisa ter um volume mínimo porque o investidor está muito preocupado com liquidez. Dificilmente você consegue viabilizar um IPO de menos de US$ 400 milhões de emissão, por exemplo. E a gente está com problema de oferta. As empresas brasileiras estão esperando essa contínua melhora para que consigam precificar suas operações em “valuations” [avaliações de mercado] que considerem interessantes. Não tem nenhuma empresa que eu conheça das candidatas óbvias para vir a mercado no Brasil que precisa porque precisa fazer IPO. Elas têm o luxo de poder esperar.

Valor: *Com o Fed adiando os cortes de juros e o cenário fiscal pior no Brasil, ainda há espaço para retomada deIPOsnesteano?*

Zema: A janela para reabertura sem dúvida também foi postergada. Ainda é possível termos um IPO de uma empresa brasileira neste ano, mas, quanto mais a expectativa do início de cortes de juros nos Estados Unidos se posterga, mais diminui a probabilidade de o mercado de IPO voltar mais cedo. Os “follow-ons” [ofertas subsequentes] têm acontecido. Nada de um volume muito significativo, mas têm acontecido. Sabesp vai ser o grande, como foi Eletrobras em 2022, e o mercado está com uma expectativa boa em relação a isso.

Valor: *Qual a estratégia do banco neste momento para o Brasil?*

Zema: O banco em 2008 recebeu uma injeção de capital do Banco de Tokyo Mitsubishi e desde então o modelo de negócios mudou muito. Deixamos de ter posições proprietárias para fazer só posição de clientes. A gestão de recursos, que correspondia por volta de 15% da receita por volta de 2009, hoje é mais que 50%, e é um negócio com previsibilidade maior. Hoje, o banco administra, entre a gestão e a asset, US$ 6 trilhões. No Brasil, estamos há 27 anos e somos direcionados a banco de atacado. Nossos grandes negócios aqui são as mesas de negociação de renda variável e renda fixa, a assessoria de mercado de capitais e estratégico. Quando você olha volume institucional na bolsa, a corretora do Morgan é primeira, segunda ou terceira maior de qualquer dia da semana. Estamos muito no “flow” [fluxo] do que acontece de entrada de recursos no Brasil, mas também temos um “share” de mercado muito grande com os grandes institucionais locais. Uma coisa em que a gente tem focado e quer continuar é aumentar o número de contrapartes na negociação de derivativos. Outra vertente são financiamentos estruturados, que fogem um pouco da linha tradicional do banco comercial e têm algum tipo de contingência. Nos mercados de capitais, das dez emissões externas de renda fixa neste ano, participamos de sete. Atuamos nos dois IPOs da América Latina e esperamos participar quando voltarem no Brasil. Em M&A [fusões e aquisições, na sigla em inglês], terminamos o ano passado em segundo lugar em volume. Tentamos aproveitar nossa conectividade global para capturar uma participação importante do fluxo “crossborder” [transfronteiriço] e também participar de consolidações locais.

Valor: *Que áreas o banco vê como prioritárias no Brasil?*

Zema: As prioridades são continuar tendo participação relevante nos mercados de capitais de renda fixa e equity. Continuar assessorando nossos clientes. Crescer em financiamento estruturado, em derivativo de câmbio e de commodities. E, apesar de a gente não fazer gestão de patrimônio local, queremos aumentar os ativos de brasileiros lá fora. Em média, 77% do patrimônio das pessoas está investido localmente, mas a gente tem visto isso migrar aos poucos para fora. Queremos capturar uma parte maior desses ativos. É onde a gente gasta boa parte do tempo. Não fazemos gestão local e não vamos fazer. Mas o banco tem uma área de gestão de patrimônio muito forte e um banco de atacado muito forte. O que queremos fazer é essa integração entre as áreas. É uma prioridade global e local. Quando assessoramos um cliente para fazer uma emissão, se ele vai deixar o dinheiro lá fora, minha asset consegue oferecer produtos. Se está procurando fazer um o movimento estratégico, minha área de M&A consegue atender. Se vai trazer o dinheiro para o Brasil, consigo capturar no câmbio. Queremos que esse ecossistema se fertilize de forma que gere mais receita.

> “A taxa de juros americana tem correlação direta com nossa capacidade de atrair investimento”

Valor: *O mercado de M&A está mais aquecido neste ano e com muitas operações crossborder. Como está o interesse dos investidores?*

Zema: Quando você olha M&A na América Latina acima de US$ 100 milhões, 55% das transações são crossborder. A gente tem visto esse interesse aumentar. E esse interesse, que antes era mais limitado a recursos naturais, agora é mais amplo. Falando de Brasil, tem consolidações locais em discussão e acontecendo, mas também tem esse fluxo crossborder, com estrangeiros querendo vir e brasileiros querendo ir para fora.

Valor: *A pauta de fusões e aquisições no Brasil também está menos focada em recursos naturais?*

Zema: Teve muito investimento no Brasil em óleo e gás e setor elétrico. Agora, essa pauta é mais diversificada. Tem muito interesse em agro, segurança alimentar, renováveis. Antigamente, você via interesse chinês só nesses dois setores, agora não mais, o que é bom. O setor de tecnologia também atrai mais atenção.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Zema: quanto mais demoram os cortes de juros nos EUA, mais diminui a chance de os IPOs serem retomados logo

---

Autorregulação contra a corrupção?

Palavra do gestor

Marcelo Trindade

Não foi a lei que criou o Novo Mercado ou estabeleceu os padrões das ofertas públicas e de adequação dos investimentos aos clientes (“suitability”). Quem fez essas regras foram B3 e Anbima, respectivamente, e é a essa autorregulação que se deve boa parte do sucesso do mercado de capitais brasileiro — hoje dezenas de vezes maior e mais eficiente do que era há cerca de 25 anos, quando elas não existiam.

A autorregulação voluntária existe porque tanto a elaboração quanto a alteração de normas legais são lentas e o resultado muitas vezes é defeituoso. E, para piorar, o Judiciário frequentemente falha, tanto em qualidade quanto em presteza, quando é chamado a aplicar a lei.

Esses mesmos problemas existem em outras áreas, e o combate à corrupção é a mais evidente. Por que, então, não cogitar que os agentes privados mais uma vez tomem as rédeas do processo, e se organizem para contribuir de maneira mais a efetiva no combate à corrupção?

O setor privado é o maior interessado em combater a corrupção. Ela substitui a eficiência e a competição pelo benefício a uns poucos empresários — escolhidos por governos corruptos ou simplesmente mais agressivos nas ofertas ou menos resistentes aos pedidos. E isso para não falar dos pequenos e médios empresários, muitas vezes achacados por demandas ilícitas, para quem resta a alternativa entre corromper ou fechar as portas.

Usar a autorregulação no combate à corrupção não é uma ideia original. Corrupção é uma via de mão dupla, e em todo o mundo as leis sobre o tema incentivam a atuação preventiva ou corretiva das empresas, com redução ou afastamento das penas, se os controles internos funcionarem.

Internacionalmente também tem havido grande pressão para que o setor privado atue coletivamente no combate à corrupção. É o que vem buscando, por exemplo, o B-20, que congrega empresas dos países integrantes do G20, e criou um centro global dedicado à ação coletiva contra a corrupção.

A OCDE, por sua vez, reconheceu em 2021 o papel essencial das “organizações empresariais e associações profissionais” na prevenção da corrupção, auxiliando “as empresas, particularmente as pequenas e médias, no desenvolvimento de controles internos eficazes, ética e programas ou medidas de conformidade”.

No Brasil, a Lava-Jato resultou em dezenas de acordos de leniência e delação premiada, e na restituição de bilhões de reais ao poder público e às empresas estatais. Em paralelo, houve grande avanço nas estruturas de compliance das empresas e um aumento significativo na expertise do setor privado quanto às técnicas de recebimento, tratamento e apuração interna de denúncias.

Algo semelhante aconteceu com as empresas estatais. Depois de bilhões de reais desviados e da aprovação, pelo Congresso, da Lei das Estatais (Lei 13.303/15), foram implementadas melhorias significativas de governança e controles (e também nos seus fundos de pensão).

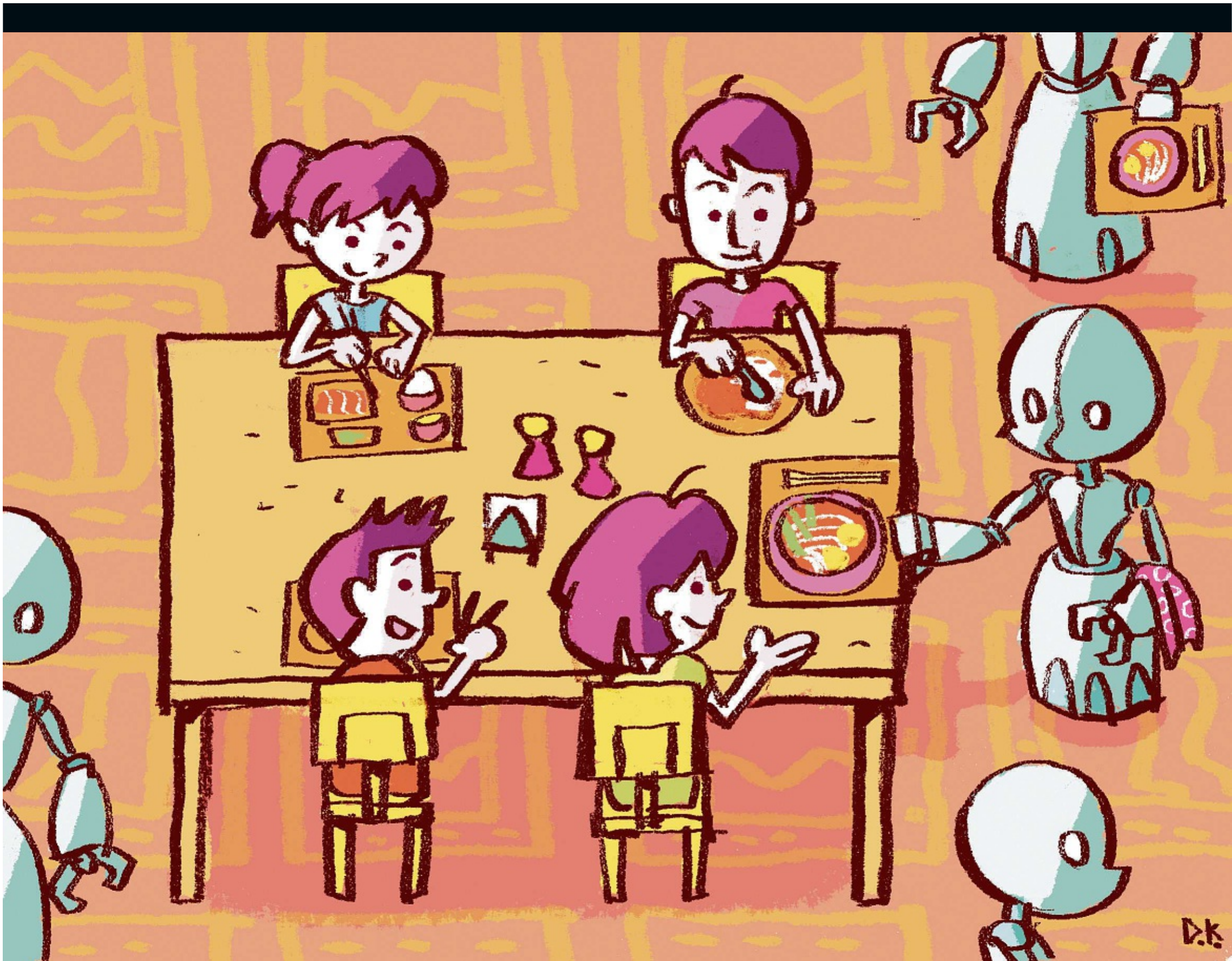
Entretanto, o combate à corrupção tem perdido força no Brasil. A Lei das Estatais está hoje mutilada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). E a limitação do financiamento privado de campanhas e partidos desaguou em um financiamento público abusivo, em que os congressistas atribuem a si próprios enormes e crescentes quantias.

Condenações e agora até mesmo acordos de leniência — mas não a extinção da punibilidade — foram anulados, em muitos casos apenas pela prevalência da narrativa de perseguição política e “lawfare”, estimulada pela transição das principais figuras da Lava-Jato para carreiras políticas. E a polarização política, sempre ela, também enfraquece o combate à corrupção. Se falar sobre corrupção é bom para o meu adversário, então é assunto proibido.

Por tudo isso, é preciso que o setor privado reaja e preserve as conquistas e os avanços no combate à corrupção no Brasil. Há muito o que fazer na autorregulação nessa área. Um exemplo: modelos de políticas mínimas de conduta a serem observadas pelas companhias — inclusive na disciplina e na documentação das atividades de lobby, enquanto o Congresso continuar a se omitir nesse tema.

Também o desenho de estruturas de governança para o tratamento de denúncias, variável segundo a dimensão dos negócios, e verificação da auditoria sobre a efetividade dos controles contra a corrupção e a lavagem de dinheiro. E para as pequenas e médias empresas, a criação de órgãos nas entidades de classe, que recebam sigilosamente denúncias de achaque e as enderecem institucionalmente, reduzindo o risco de retaliação.

A preservação do legado positivo da Lava-Jato é fundamental para as empresas brasileiras. Não há bala de prata no combate à corrupção, mas estamos diante de uma oportunidade histórica para que o setor privado brasileiro, sob a liderança de suas instituições, contribua com a parte que lhe cabe nessa importante missão.

Marcelo Trindade é advogado e professor da PUC-Rio. Foi diretor e presidente da CVM

Um país em busca de mão de obra

Mundo Encolhimento da população torna os imigrantes, brasileiros entre eles, cada vez mais importantes para a economia japonesa. Por *Shinichiro Nakaba*, para o Valor, de Tóquio

O dia começa bem cedo no Homi Danchi, na cidade de Toyota, província de Aichi, a 350 km a oeste da capital do Japão, Tóquio. O conjunto habitacional com milhares de moradores tem mais estrangeiros do que nacionais. Ainda de madrugada, centenas de brasileiros se preparam para encarar mais um turno de trabalho na forte indústria automotiva da região, que começa por volta das 6h.

Com a queda da população japonesa, as fábricas do Japão dependem cada vez mais de trabalhadores de outros países. A escassez de mão de obra já faz com que tenham dificuldade para atender à demanda. Para comprar um carro novo é preciso reservar. Dependendo do modelo, o interessado só consegue fechar o negócio depois de um ano.

O aumento de trabalhadores de outros países para preencher as vagas deixadas pelos japoneses no mercado de trabalho é a única solução possível neste momento. O índice de oferta de novos empregos de janeiro revela que existe, em média, apenas um candidato para cada dois empregos criados. Para uma pessoa em busca de trabalho, são 3,17 vagas de motoristas, 5,6 postos de cuidadores de idosos e 11,2 empregos na construção civil.

Como a presença de imigrantes vai aumentar, o convívio multicultural do Homi Danchi projeta o futuro de um Japão adaptado para receber cada vez mais pessoas e costumes de fora. A economia de alguns bairros da cidade, sede da montadora Toyota, depende das famílias dos cerca de 5 mil brasileiros do conjunto habitacional, não apenas como operários de fábricas, mas também como consumidores que sustentam serviços básicos como escolas e transportes públicos.

O residencial, construído na década de 1970 para trabalhadores da indústria de autopeças, é praticamente uma cidade à parte. Os administradores não revelam o número de moradores, mas comerciantes, organizações sem fins lucrativos e voluntários estimam que 9 mil pessoas morem no Homi Danchi. Desse total, 70% seriam brasileiros e 20% japoneses. Outras nacionalidades sul-americanas e asiáticas representariam os 10% restantes.

Os estragos causados pela queda da população são visíveis no interior do país. Dados do Ministério da Educação revelam que a falta de alunos forçou, em média, o fechamento de 476 escolas públicas dos ensinos fundamental e básico, por ano, entre 2002 e 2020. O bairro onde se localiza o Homi Danchi é bastante popular entre as famílias brasileiras, o que ajuda a garantir o funcionamento de duas instituições próximas que recebem cerca de 4 mil estrangeiros para os seis primeiros anos da escolaridade japonesa.

Na Escola Municipal Higashi Homi, quase metade dos alunos são brasileiros. Como a localidade não oferece escola a partir do ensino médio, crianças e adolescentes recorrem ao transporte público para continuar os estudos. Isso também fomenta as companhias de ônibus. Nas áreas mais afastadas do país, a falta de passageiros e também de motoristas resultou na eliminação de uma média anual de mais de 1 mil km em rotas de ônibus entre 2010 e 2018.

> Imigrantes permitem que segmentos de mercado ameaçados pela falta de público continuem a existir

Economistas alertam para o risco de segmentos significativos do mercado simplesmente desaparecerem. Empresas de pequeno e médio porte administradas por idosos sem filhos estão fechando as portas por não terem para quem deixar o negócio. Se a taxa de natalidade continuar a cair, o consumo de produtos e serviços que atendem, por exemplo, às crianças de 0 a 6 anos deixará de existir. Um mercado que movimenta bilhões de dólares sumirá e sobrará somente um rastro de falências e desemprego. É uma realidade que não pode ser descartada.

O Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social informou no fim de fevereiro que o número de nascimentos recuou pelo oitavo ano consecutivo em 2023. O total de 758.631 bebês representou uma queda de 5,1%. Como o registro de casamentos caiu 5,9%, ficando abaixo do patamar de meio milhão de matrimônios pela primeira vez em 90 anos, espera-se uma retração ainda maior de nascimentos em 2024.

Os jovens japoneses estão preferindo permanecer solteiros ou optando por não ter filhos devido aos altos custos. Mulheres que priorizam a carreira e não possuem parceiros buscam serviços de congelamento de óvulos, que custam cerca de US$ 6 mil. O governo metropolitano de Tóquio anunciou ajuda de US$ 2 mil para as interessadas no processo. Apesar dos esforços, existe a certeza de que o país dificilmente voltará a registrar o nascimento de mais de 2 milhões de bebês como em alguns anos do pós-guerra até a década de 1970.

As mortes aumentaram pelo terceiro ano consecutivo e atingiram o recorde de 1,59 milhão. O saldo negativo entre os que nasceram e morreram foi de 831.872, a maior retração populacional, em termos gerais. A diferença não para de crescer há 17 anos. A queda do número de habitantes foi amenizada pela chegada de estrangeiros. Segundo dados do Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações, a população do país encolheu 511 mil habitantes, totalizando 124,3 milhões, em 2023.

A região metropolitana da capital ainda tem conseguido registrar crescimento populacional com a ajuda de imigrantes, que foram responsáveis por quase 70% do aumento de habitantes em algumas cidades da grande Tóquio, entre os anos de 2016 e 2018, antes da pandemia. No mesmo período, na província de Aichi, que concentra muitos brasileiros, os estrangeiros responderam por 79,6% do aumento da população.

De acordo com o diretor-gerente do Centro de Intercâmbio Cultural do Japão (JCIE), Toshihiro Menju, a sociedade japonesa não vai funcionar sem a

presença de estrangeiros. A tendência de queda da taxa de natalidade deve se manter porque a população de mulheres na faixa de idade para formar família e criar filhos vai cair ainda mais nos próximos 10, 20 anos. No sentido contrário, o número de imigrantes vem aumentando de forma consistente mesmo sem um programa oficial do governo nacional.

Menju, que há anos ressalta a importância da integração dos trabalhadores estrangeiros à sociedade japonesa, afirma que a falta de uma política de imigração oficial é uma das principais falhas do governo. Os municípios que desejam receber mais trabalhadores de fora não podem implementar medidas sem um posicionamento concreto da administração central.

Algumas iniciativas são positivas, como a obrigação de empresas e administrações regionais oferecerem aulas de idioma japonês, que começou em novembro de 2022. Mas ele acredita que ainda é pouco e que o foco não deveria se limitar ao trabalhador, mas também incluir crianças e idosos.

Em entrevista ao **Valor**, Menju ressalta que o Japão precisa acolher os estrangeiros como imigrantes de fato e não como dekasseguis (trabalhadores temporários que deixam suas famílias para buscar emprego em outras localidades durante curto período do ano) sob a condição de que vão se estabelecer no país, porque a situação de falta de mão de obra causada pela queda da população é um problema permanente.

Uma pesquisa do JCIE, coordenada por Menju, revela que os debates relacionados a projetos de imigração estão paralisados no Parlamento há mais de uma década. A necessidade de mão de obra estrangeira está incluída nas diretrizes para o Japão do século XXI apresentadas pelo gabinete do primeiro-ministro, em 1999. As conversas chegaram a incluir o direito de voto dos imigrantes, mas caíram no esquecimento devido à tensão causada por disputas territoriais com a China e a Coreia do Sul, por volta dos anos 2010. O Parlamento pisou no freio com o temor de interferência externa na política japonesa.

Os cerca de 790 mil chineses e 410 mil sul-coreanos que vivem no Japão seriam o suficiente para eleger vários políticos para as câmaras nacional, provinciais e municipais. De acordo com os últimos dados divulgados pela Agência de Imigração, o número de residentes estrangeiros atingiu o recorde de 3,2 milhões em junho do ano passado. O Brasil, com 210 mil pessoas, tem a quinta maior comunidade, atrás da China, Vietnã, Coreia do Sul e Filipinas.

De acordo com Paulo Okochi, 60 anos, da agência de empregos San3, muitos brasileiros desejam vir ao Japão, mas encontram dificuldades para obter o visto de trabalho. O governo impõe restrições para descendentes de japoneses da quarta geração. Precisa ter certo domínio do idioma, o período máximo de permanência é de cinco anos e não pode trazer a família. Em 2022, segundo fontes diplomáticas, apenas 128 brasileiros conseguiram o visto dentro dessa categoria.

Enquanto o debate sobre imigração não avança, a falta de trabalhadores sobrecarregou os que estão empregados com horas extras intermináveis ao ponto de resultar em acidentes de trabalho fatais no setor de construção civil e até suicídio em agência de publicidade. As péssimas condições de trabalho forçaram mudanças na lei trabalhista que limita as horas extras a partir deste mês. E isso aumentou ainda mais a necessidade de novos trabalhadores no mercado. A carga horária dos que estão empregados foi reduzida e mais contratações são necessárias para manter a produção.

A logística promete ser um grande desafio. Motoristas de caminhão podem fazer, em média, um máximo de três horas extras por dia. Algumas empresas reservam vagões no trem-bala japonês para distribuir os produtos. Governos regionais aprovaram legislação para permitir que táxis também passem a atuar no transporte de cargas.

Mas as companhias de táxi não têm o número suficiente de motoristas. A Hinomaru Koutsu, uma das maiores do ramo na capital, passou a contratar mão de obra de outros países para trabalhar durante a Olimpíada de Tóquio 2020. Atualmente conta com 100 estrangeiros, que correspondem a 5% do quadro de motoristas. E pretende continuar contratando de três a cinco imigrantes por mês.

Homi Danchi projeta o futuro de um Japão adaptado para receber cada vez mais pessoas de fora

Nas grandes cidades, jovens estudantes que vêm ao país para estudar o idioma japonês são responsáveis por boa parte da força de trabalho de entregas de comida e de itens de primeira necessidade. De acordo com Menju, empresas e sindicatos de entregadores sofrem picos de crise nas datas dos exames de proficiência da língua. A prova acontece duas vezes por ano e nesses períodos não há número suficiente de entregadores porque muitos estão concentrados nos estudos.

As lojas de conveniência também dependem dos estudantes, inclusive japoneses, para funcionar. Alguns estabelecimentos que ficavam abertos 24 horas por dia passaram a não atender mais durante as madrugadas por falta de mão de obra. A maior rede japonesa, Seven-Eleven, planeja implantar lojas sem atendentes a partir do segundo trimestre. O consumidor vai usar o próprio celular para escanear o código de barras dos produtos e pagar com cartão de crédito, sem a necessidade de passar pelo caixa. O modelo de negócios, que requer apenas um funcionário para controlar o estoque, possibilitará a abertura de novas lojas em locais considerados até então inviáveis, como fábricas, condomínios residenciais e escolas.

As concorrentes da Seven-Eleven também buscam alternativas para expandir os negócios com menos funcionários. A rede Lawson introduziu telas com avatares para que um funcionário possa atender a várias lojas através de um terminal. A FamilyMart realiza testes com um sistema de pagamento automático. A Ministop desenvolveu lojas de 3 m² que podem funcionar sozinhas. Não é fácil se adaptar às novidades. Clientes pouco familiarizados com smartphones e cartões de fidelidade demoram minutos para realizar uma compra.

A introdução da automação, que aumenta a produtividade por funcionário, já resulta em lucros que permitem melhores salários no setor de restaurantes. A rede de restaurantes Skylark, por exemplo, conseguiu se reerguer dos prejuízos causados pela pandemia de covid-19. Com cerca de 3 mil restaurantes e 90 mil funcionários, montou projeto de introdução de 3 mil robôs em cerca de 2.100 lojas. A empresa ainda não divulgou o resultado financeiro, mas já anunciou aumento salarial de 6% para parte dos empregados.

A iniciativa da Skylark indica que os consumidores estão se familiarizando com as novas tecnologias adotadas pelo setor de restaurantes japonês. O uso de tablets para realizar pedidos e robôs para transportar comida até os clientes é cada vez mais comuns nos restaurantes do país.

DIVULGAÇÃO

Cena do filme "Família", em que Koji Yakusho (esq.) contracena com brasileiros em Homi Danchi

ACERVO PESSOAL

Admilson Santos é coordenador geral de estrangeiros na Takagi Kogyo, que terceiriza mão de obra brasileira

É algo que causa estranhamento a quem não está acostumado. O mundo ainda guarda na memória os problemas causados pela pandemia de covid-19 e fazer o pedido numa tela de computador utilizada por várias pessoas é pouco higiênico. A música tocada pelos robôs durante o transporte dos pratos pode não agradar e causar incômodo durante as refeições. A imagem de uma máquina trazendo os pedidos também não é animadora. É quase como receber um prato frio.

O setor de serviços segue a tendência de automação que já se encontra num estágio sem retorno na indústria. Na Takagi Kogyo, uma importante agência que terceiriza mão de obra brasileira no Japão, um cliente adotou a automação e reduziu, em pouco mais de uma década, o número de funcionários de 7.200 para 3.200. O trabalho humano, que era responsável por 60% do processo de produção, representa agora 40% das operações

A solda e o torno funcionavam com 30 pessoas, mas agora podem ser tocados por apenas 3. Antigamente a calibração das máquinas era feita manualmente. Mesmo o torno digital precisava de alguém para ajustá-lo. Depois outros conferiam e faziam a limpeza. Hoje, o torno é todo calibrado e funciona com memória. Um programa mostra as opções de calibração, localização dos produtos e a situação das reposições, afirma Admilson Santos, 48 anos, coordenador geral de estrangeiros da empreiteira.

A automação da indústria automotiva é positiva para as famílias dos trabalhadores do conjunto habitacional Homi Danchi. As fábricas instalam robôs e conseguem expandir a produção com o mesmo número de funcionários. O lucro das empresas aumenta e os salários sobem na sequência. Reinaldo Cárceres, 62 anos, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, está no Japão desde 2001 e sente de perto os benefícios. Ele trabalha há 11 anos na linha de produção de trilhos para bancos de carros numa fábrica que conta com 900 funcionários e opera 24 horas por dia.

Em sua seção, a automação resultou no corte de 80% do trabalho manual. Mesmo assim, a empresa conseguiu evitar demissões. A fábrica investiu em robôs para atender à crescente demanda e os que ficaram sem função foram realocados para serviços que não são executados pelas máquinas. A produtividade por trabalhador deu um salto. O salário começou a subir pouco antes da pandemia e acumula, desde então, ganho de 20%.

REPRODUÇÃO / YOUTUBE

Japão precisa acolher os estrangeiros como imigrantes de fato, diz Toshihiro Menju

Cárceres é o exemplo de um operário valorizado pela automação, com ofícios mais tranquilos e menos perigosos, que o empregador deseja ver nas fábricas mesmo com mais de 60 anos. Ele pretende trabalhar por pelo menos mais três anos, quando completará 65 e poderá solicitar a aposentadoria no Japão. Ressalta que gostaria de seguir até a idade máxima permitida de 70 anos. E isso é possível porque as fábricas encontram dificuldades para contratar jovens, que preferem inclusive sair do Japão em busca de salários mais atraentes. Um assistente de cozinha japonesa, por exemplo, recebe três vezes mais nos Estados Unidos do que no Japão.

Cárceres leva uma vida confortável. A esposa também trabalha e o filho de 13 anos é bilíngue, fala português em casa e japonês na escola. A família possui dois carros e viaja nos feriados prolongados para a praia ou estações de esqui. No fim de semana, gosta de visitar templos. Lamenta ter perdido uma viagem marcada para a Tailândia por causa da pandemia.

O sucesso dele retrata o presente dos brasileiros no Homi Danchi, que vivem em harmonia com os japoneses. Ainda acontecem pequenos problemas, mas nada que lembre as discussões tensas ocorridas na década de 1990, causadas por diferenças culturais. Nas artes, essa mistura de costumes e dificuldades enfrentadas por imigrantes inspirou o longa "Família", filmado no conjunto habitacional e lançado no Japão no ano passado. O filme conta com a atuação do renomado ator Koji Yakusho, visto recentemente em "Dias Perfeitos", e de jovens brasileiros que moram na região.

Bairros dominados por imigrantes como Homi Danchi podem ser um celeiro de profissionais para o Japão, formando uma geração multicultural, poliglota e aberta a novas ideias — algo de que o país tanto precisa. ■

JEREMY SUTTON-HIBBERT/ALAMY

Estima-se que 70% dos habitantes do conjunto habitacional Homi Danchi, em Toyota, perto de Nagoia, sejam brasileiros

Um fenômeno linguístico

Sociedade A difícil tarefa de documentar línguas e culturas dos povos originários do Brasil. Por *Vivian Oswald*, para o Valor, de Brasília

A despeito de seus mais de 215 milhões de falantes do português (cerca de 99% da população), o Brasil mantém-se fenômeno linguístico destacado no mundo. Há pelo menos 160 línguas indígenas identificadas no país, algumas delas tão distintas entre si como o português e o mandarim, diz a pesquisadora titular do Museu Paraense Emilio Goeldi, Ana Vilacy, em entrevista ao **Valor**. Só em Rondônia falam-se mais idiomas do que na Europa Ocidental.

Bisneta de indígenas, a linguista se dedica à difícil tarefa de documentar línguas e culturas dos povos originários do Brasil; mais de 80% desapareceram desde o descobrimento. O que ela chama de silenciamento forçado das línguas apagou qualquer vestígio de histórias de tribos e famílias, a dela inclusive: não tem ideia da língua que falava a bisavó, levada de sua tribo pelo bisavô não indígena.

Graduada em língua e literatura portuguesa e francesa pela Universidade Federal do Pará, com mestrado e doutorado em linguística pela Universidade de Chicago, Vilacy afirma que preservar a diversidade linguística passa por criar alternativas economicamente sustentáveis para as comunidades indígenas.

Valor: *Cerca de 80% das línguas indígenas foram eliminadas ao longo dos séculos no Brasil. Qual é o panorama atual?*

Ana Vilacy: Essa é a estimativa. A gente nunca vai saber exatamente. Tampouco se sabe exatamente quantas línguas temos hoje. Imagine quantas haveria por volta de 1500. A estimativa tem por base o conhecimento de que dispomos a partir de documentos históricos, dados de relatos dos viajantes, que reportavam conglomerados sociais de grandes dimensões. O Brasil hoje é um país multidiverso linguisticamente e se destaca no mundo não só pelo número de línguas, mas também pela diversidade entre elas. Estudos linguísticos apontam que, consideradas as línguas faladas no país hoje de que se tem conhecimento, sem contar variações ou dialetos, línguas faladas por povos distintos de fato, temos um número entre 155 e 160. Mas pode ser mais do que isso.

Ainda temos um número considerável de povos em recente contato ou sem contato com a sociedade envolvente, que podem falar línguas distintas. É possível que tenha grupos que falem uma língua que a gente já conhece, por se tratar de grupo que já era conhecido ou que se distanciou ou se isolou nas florestas. Mas pode ser que falem línguas ainda não identificadas. Há também o fato de as cerca de 160 línguas não pertencerem a um único agrupamento. Quando falamos da família latina, por exemplo, que conhecemos melhor, temos o espanhol, francês, português etc. São línguas relacionadas, pertencem a uma mesma família linguística. As línguas do Brasil pertencem a diferentes famílias, têm diferentes origens. Ou seja, há uma diversidade também nos seus agrupamentos.

Valor: *Como proteger essa diversidade?*

Vilacy: Com esse processo enorme de silenciamento forçado dessas línguas, a grande maioria das línguas dos povos originários do Brasil está ameaçada, porque há um número reduzido de falantes. Elas não estão sendo ensinadas às gerações mais novas. É preciso justamente fortalecê-las. A língua precisa ser valorizada e reconhecida como fator importante para a comunidade. E aí precisa ter espaços de uso para que se possa querer aprender. Uma política de Estado passaria por valorizar essas línguas, identificá-las como importantes, como representativas da cultura brasileira, do país, do Estado. Não são coisas exóticas. Fazem parte do corpo que constitui o patrimônio cultural do país. Para valorizar, é preciso conhecer.

Existe uma política instituída desde 2010, que é o inventário nacional da diversidade linguística do Brasil, que é justamente conhecer a situação dessas línguas de forma objetiva para que se possam determinar políticas para cada região. A realidade de Roraima é diferente da de Rondônia. Outra coisa que não pode estar dissociada: estamos falando de povos que vivem em determinadas regiões, que precisam ter alternativas sustentáveis que os permitam viver bem sem cair na armadilha das atividades ilegais, de mineração, de exploração de madeira. Política de Estado têm que garantir a essas populações alternativas sustentáveis de economia.

Valor: *Para que não percam seus vínculos com suas origens?*

Vilacy: Exato. Economia é futuro. A gente precisa, a sociedade toda precisa viver, explorar os recursos de forma sustentável. Mas é preciso alternativas. Sobre a Amazônia como um todo, há uma grande força predatória dos recursos naturais na região. E as populações indígenas acabam sendo foco. Ao sobrevoar de avião, nem precisa de satélite, Rondônia, você vê a disparidade da cobertura vegetal na região. Há umas ilhas de florestas nas áreas protegidas, sejam áreas indígenas, sejam de conservação ambiental. Há uma grande ganância. 'Olha, aqui é uma ilha que eu ainda posso explorar.' A população precisa ter alternativas sustentáveis e isso é função do Estado: prover possibilidades para que eles possam manter a sua vida do jeito que queiram, dentro da floresta. E isso também vai servir para fortalecimento da cultura.

Valor: *No Reino Unido, onde os falantes de galês (do País de Gales) e o gaélico (da Escócia) estão sumindo, há políticas e escolas subsidiados pelo Estado, placas bilíngues nas ruas. Isso ajuda?*

Vilacy: Tem que estabelecer espaços de uso da língua. Aí entra um pouco do meu trabalho, que é a documentação de língua e cultura, inclusive de conhecimentos extralinguísticos. É uma das medidas que a gente tem visto que ajudam na manutenção, na preservação do patrimônio cultural. Estou trabalhando agora em Rondônia num projeto de documentação das línguas e de aspectos da cultura dos povos Makurap e Wajuru/Wayoro, documentando eventos comunicativos relacionados à cultura tradicional material e não material, como o conhecimento da cosmologia ou como se fazem determinados tipos de itens, como a tipoia, o sling para carregar bebês. Isso é feito com uma casca de uma árvore. Tira-se a casca da árvore, que tem que sair inteira. Bate, seca e costura. Esse é um conhecimento que estamos documentando pela questão linguística e cultural, mas que é um conhecimento da biodiversidade, do uso, da importância de você ter esse tipo específico de instrumento.

Há evidências de que a documentação linguístico-cultural traz motivação para os jovens, para quererem conhecer mais. Você revela a importância de vários itens associados ao ambiente, desperta também a consciência da relação das gerações jovens com a cultura, do tradicional com o novo, e com a conservação do ambiente. Isso tem um efeito poderoso. Nesse mesmo projeto, a gente tem trabalhado com jovens que nos dizem: 'olha, não é só que eu queira gravar [a minha língua] para as pessoas conhecerem a minha cultura. Quando gravo com o meu tio, meu avô, aprendo mais. Tem muita coisa que não sei'.

Valor: *A senhora identifica um movimento de valorização das culturas indígenas? Ou ainda não?*

Vilacy: Tem um novo olhar. Não é ruim se me chamam de índia. Eu sou. A minha bisavó, a minha avó. Já foi ofensa chamar alguém de índio em Belém. Participei de um evento municipal 20 anos atrás, já como linguista, que incluía os povos da região. Eu ia falar sobre isso. Uma das pessoas queria saber quantos indígenas iam participar. Quando você chegava, a pessoa na entrada perguntava se você era indígena. Lembro que me perguntou com muito cuidado. Era para não me ofender. Quando falei meu nome, ela disse: 'Ah, me desculpe, por favor, não se ofenda comigo, mas gostaria de lhe perguntar, porque estou pedindo para todos: a senhora por acaso é indígena?'. Não era só para não ofender, mas para não ser agredida de volta, né? Porque também tinha isso. Hoje já não é assim. Hoje, é mais natural. Eu mesma venho de família de caso clássico de escravização de uma mulher indígena, de terceira geração, a minha bisavó materna. Ela foi sequestrada pelo meu bisavô, que a levou para ser sua mulher. Na minha família, isso era tabu, né? Ninguém falava muito. Uma das coisas que tenho ouvido das pessoas, dos povos que estão recuperando a identidade indígena e brigando por isso formalmente, como os Arapiuns, os Tapajós, é que até isso foi roubado da gente. Quer dizer, a gente não pode, não sabe dizer: 'ah, eu sou do povo tal'.

> “Essas línguas não são coisas exóticas. Fazem parte do patrimônio cultural do país”

DIVULGAÇÃO

> “Há evidências de que a documentação linguístico-cultural traz motivação para os jovens”

Valor: *A pessoa perde a sua história?*

Vilacy: Não. Essa informação eu não tenho porque nesse processo de apagamento, de silenciamento, isso também nos foi retirado. Sei parte da história da minha família, mas não sei tudo. Sou linguista, trabalho com línguas indígenas. Adoraria saber a que povo [pertencia], que língua minha bisavó falou. Não sei.

Valor: *Existe um movimento de os indígenas assumirem a sua própria narrativa, não é?*

Vilacy: Isso é muito recente no Brasil, mas também é muito forte. Está acontecendo em vários lugares. Por exemplo, em termos de revitalização de línguas, quem está tomando a iniciativa são os próprios povos indígenas. Cada um na sua região, na sua comunidade. Não tem uma política de Estado para revitalizar línguas. Mas tem 'n' iniciativas no Brasil. Posso citar alguns exemplos de revitalização com os Paumari e Kokama, no Amazonas, Puruborá, em Rondônia. São as próprias comunidades que estão dizendo: 'olha, essa é a língua do meu povo, é a minha língua'. As pessoas têm identidade com a língua, ainda que não falem a língua. A professora Silvana Guaratira Sakyrabiar, do povo Sakurabiat, em Rondônia, com quem trabalho, me disse: 'Quero aprender porque não aprendi a falar a língua, mas é a minha língua materna, é a língua do meu pai, o Sakurabiat. Ou seja, a língua de identidade. Quero aprender e vou ensinar. Essa é a língua em que eu me reconheço. Essa é a minha língua materna, de uma pessoa que nasceu falando português'. São essas pessoas que estão fazendo esse trabalho. Estão experimentando, aprendendo. E tem um movimento muito bonito hoje no Brasil, que é, por conta da década internacional das línguas indígenas, com chancela da Unesco… Tem um grupo de trabalho nacional, da década da língua no Brasil, coordenado por mulheres indígenas, com uma programação muito bacana. Há pessoas indígenas, não indígenas, universidades, outras organizações. Estão tentando trabalhar juntos, justamente no fortalecimento e valorização dessas línguas. A união da academia com a prática das comunidades é essencial para se chegar em soluções, possibilidades que deem futuro.

Valor: *Os tempos são outros. Temos pela primeira vez um indígena na Academia Brasileira de Letras. A discussão está sendo levada a foros como o G20 ou COP30 de maneira correta?*

Vilacy: Acho que sim. A COP em Belém vai trazer necessariamente todos esses grupos sociais para as salas de reuniões para conversar. A gente tem vários grupos indígenas no Pará, tem uma Secretaria dos Povos Indígenas. O movimento está sendo feito também nas bases. Não sei até que ponto. Não posso falar sobre o governo do estado. Sou bastante crítica da atuação do nosso governador. Porque vai pra todos os lados. Como diz a minha mãe: serve a todos os senhores ao mesmo tempo. A sociedade organizada, os grupos indígenas, associações de classe, a academia, os pesquisadoras, está todo mundo atento para que a COP traga para a mesa de discussões quem realmente vive na Amazônia. Que faz que isso aqui aconteça do jeito que é. Assim você vai abrir várias possibilidades, ter o olhar para cá. Isso é fundamental.

Valor: *Qual o tamanho do acervo de gravações do Goeldi?*

Vilacy: Temos de 83 a 85 línguas representadas, o que é mais ou menos 50% das línguas conhecidas no país hoje. Para algumas temos mais material, para outras, menos.

Valor: *As suas pesquisas agora são em Rondônia. Quais as peculiaridades do estado?*

Vilacy: Você tem ali mais línguas faladas do que na Europa Ocidental. São de 25 a 26 línguas faladas em Rondônia, de várias famílias distintas. Quando falamos da diversidade linguística no Brasil, não estamos falando só em número de línguas. As línguas indígenas originárias do país são diversificadas entre si. Claro que algumas são próximas, semelhantes por pertencerem à mesma família. Mas como temos várias famílias diferentes, temos línguas que são totalmente distintas, tão distintas quanto português e o mandarim!

Valor: *Quais são as suas origens?*

Vilacy: Não há comprovação de terem relação com nenhuma outra língua do mundo. Nem nenhuma outra família do mundo.

Valor: *Pode-se dizer que é a região é a mais diversa do mundo?*

Vilacy: É uma das. A questão no Brasil é justamente o número de famílias linguísticas diferentes. O número de 155 a 160 é bastante grande. Mas tem regiões do mundo, como Papua-Nova Guiné, que têm 700, 800 línguas. O que diferencia mesmo é o número de famílias distintas. No Brasil, temos 15 famílias e 7 línguas isoladas. Então, essa variedade de famílias é que é interessante. A família tupi, que é uma das maiores, tem várias subfamílias. Tem a família guarani, que é a mais conhecida, tem a tupari, tem a munduruku, do Pará. A família tupi-guarani está espalhada no país todo, até o Paraguai.

Valor: *Rondônia é um fenômeno linguístico à parte.*

Vilacy: No conhecimento de linguística, a gente entende que a região que hoje é Rondônia, ali no Madeira, Mamoré, deve ter sido o local de origem dos grupos tupi. Por quê? Onde tem mais diversidade, tem-se a ideia de que tem mais antiguidade. Ou seja, onde uma população ficou mais tempo, teve tempo de se diversificar. Então, a família tupi tem dez subfamílias, sub-ramos. Se você pensar numa árvore, você tem dez galhos. E cada galho, cada ponta, vai ter outras línguas. Desses dez, cinco, ou seja, a metade, são encontrados exclusivamente na região atual de Rondônia. Os cinco outros estão espalhados em lugares distintos. [O ramo] tupi-guarani está em várias partes do país e até no Paraguai; [o ramo] mundurucu está aqui no Pará, [o ramo] juruna, na fronteira Pará-Mato Grosso, aweti, no Xingu, mawé, no Amazonas. Qual é a lógica? Você tem uma diversidade muito maior num lugar só. Ou seja, ali deve ter sido um lugar onde esse povo esteve localizado por mais tempo, até porque permitiu as variações. Quando a gente fala em mais tempo, estamos falando de milhares de anos. É muito mais provável que, dos dez, cinco grupos tenham saído dali para lugares distintos do que cinco tenham resolvido ir para lá de maneira independente. Essa região de Rondônia é muito diversa, possivelmente, o ponto de origem da família Tupi, que é um das mais importantes no mundo.

Valor: *São sete línguas isoladas só em Rondônia?*

Vilacy: Não, são sete no Brasil, mas três estão em Rondônia: a kanoé, a aikanã e a kwaza. Um exemplo de língua isolada é basco, é uma das mais isoladas do mundo. Não há comprovação de que tenha qualquer relação com qualquer outra língua conhecida. No Brasil, a gente não sabe se elas são isoladas hoje porque realmente não tinham nenhuma relação com outra ou porque se perdeu a informação sobre os povos que possivelmente falassem línguas relacionadas. Se eles desapareceram nos últimos séculos, sem que ficasse informação sobre isso. Então, infelizmente, hoje, esse número de línguas isoladas, não é difícil imaginar que seja resultado desse processo que dizimou grande parte da população indígena no país. ■

INÊS249

Bizarrice autoritária

História Ariel Palacios relembra em livro casos reais, por mais que não pareçam, de ditadores da América Latina. Por *Célia de Gouvêa Franco*, para o Valor, de São Paulo

José López Rega, apelidado de “El Brujo”, que tinha sido mordomo e astrólogo de Juan Domingo Perón no exílio do caudilho, foi nomeado ministro quando Perón voltou a ser presidente da Argentina na década de 1970. No dia 1º de junho de 1974, Perón, então com 78 anos, começou a passar mal, com dificuldades para respirar, e teve um ataque cardíaco. Quando os médicos chegaram para o socorrer já era tarde — o presidente estava morto.

A cena trágica virou farsa quando El Brujo entrou no quarto da residência presidencial, gritando: “O general já morreu uma vez, e eu o ressuscitei!”. Puxando o corpo pelas canelas, ele continuou: “Meu faraó, não vá embora!”, enquanto sacudia o cadáver diante dos olhares estupefatos dos presentes. “Acorda, meu faraó!”, insistia.

Obviamente, ele não conseguiu ressuscitar o faraó, aliás Perón. López Rega culpou os médicos que estavam na sala de terem atrapalhado sua concentração. Provavelmente se um roteirista incluísse uma cena dantesca num filme ou novela, seria “censurado” pelo diretor.

Essa e muitas outras histórias estapafúrdias, muitas delas desconhecidas do leitor brasileiro, recheiam o livro “América Latina lado B”, do jornalista Ariel Palacios (Globo Livros, 448 págs., R$ 64,90). O subtítulo da obra entrega o jogo: “O cringe, o bizarro e o esdrúxulo de presidentes, ditadores e monarcas dos vizinhos do Brasil”. São tantos casos dessa ordem que se gasta todos os adjetivos possíveis para descrevê-los: excêntricos, singulares, adoidados, surrealistas, extravagantes.

ACERVO PESSOAL

Promover trapalhadas não é privilégio de um ou outro espectro, diz Ariel Palacios

Com sua longa experiência como correspondente de jornais, televisão e rádio brasileiros em Buenos Aires — ele trabalha na GloboNews, na CBN e no SporTV —, além de uma memória prodigiosa para detalhes, Palacios colecionou casos que parecem saídos dos livros de Gabriel García Márquez, envolvendo figuras de destaque em países da América Latina — são, porém, todos verdadeiros.

São contadas histórias mirabolantes ocorridas em 16 países, cada um com seu capítulo. Há ainda um capítulo dedicado aos países menores da América Central e outro que reúne ações e políticas adotadas na região durante a pandemia de covid.

Palacios também dedicou um capítulo ao papa Francisco, mas o tom e os causos são de outra ordem. Ele relembra que enquanto ainda vivia em Buenos Aires, o então cardeal Bergoglio recebia todos os dias o jornal “La Nación” na sua casa (menos aos domingos, quando ele mesmo ia buscá-lo na banca). Logo depois de eleito papa, Francisco telefonou para a casa do jornaleiro para dizer que tinha deixado de ser freguês por causa das suas novas funções, mas que pagaria o mês que estava devendo.

O capítulo mais extenso do livro é o que trata dos governantes argentinos — como se poderia esperar, já que Palacios, nascido no Brasil de pais argentinos, vive no país vizinho há 28 anos. As histórias passadas na Argentina parecem mais rocambolescas do que as de outros países. Os próprios argentinos se perguntam por que a nação convive há décadas com esses personagens tão peculiares — e continuam elegendo figuras como a de Javier Milei, escolhido presidente do país em dezembro.

Talvez uma explicação para esse fenômeno seja o culto ao líder, mais forte e entranhado na vida argentina do que em outros países, diz Palacios em entrevista por Zoom, a começar por Perón e suas duas mulheres, Evita e Isabelita, que protagonizaram ou foram alvos de episódios amalucados.

Na Argentina, os políticos têm tamanha fome de poder que, quando eleitos, mandam e desmandam sem considerar ou negociar com outras forças políticas — não existe no país nada parecido com o Centrão brasileiro, lembra Palacios. Outras nações da região também passaram por fases em que se cultuou e elegeu homens fortes, como no Paraguai e no Uruguai, para citar dois exemplos do Cone Sul, mas esses períodos foram superados.

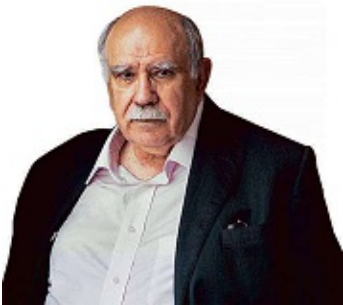
Algumas das histórias mais parecem piadas, mas são reveladoras das dificuldades da região em conviver com a democracia e, muitas vezes, acabaram provocando tragédias para a população do país. Muitos fatos narrados se referem a golpes de Estado ou tentativas frustradas de derrubar o governo, mesmo em países que são considerados menos propensos a esse tipo de “aventura”, como o Uruguai.

Palacios diz que contar casos como os retratados no seu livro ajuda o leitor a entender como são os outros países. Brasileiros, de forma geral, acham que o Brasil é o mais corrupto ou mais esdrúxulo de todos, mas, afirma Palacios, sua coletânea de casos mostra que não é o mais bizarro, de forma alguma. E promover trapalhadas monumentais não é privilégio de um ou outro espectro da política: ditadores ou presidentes legitimamente eleitos, da direita ou da esquerda, mostram-se capazes de políticas e decisões amalucadas.

Palacios considera que o tratamento dispensado à imprensa por governos — e outros partícipes das sociedades — está piorando. Em parte porque governantes preferem agora usar as redes sociais e fazer longos discursos, transmitidos por televisão ou pela mídia digital, sem correr o risco de ter que responder a perguntas incômodas de jornalistas. No caso específico da Argentina, segundo Palacios, tornou-se muito difícil conseguir que um político ou um empresário concorde em dar uma entrevista em que ele apareça como fonte da informação. “A imprensa argentina vive do ‘off the record’” — quando o nome da pessoa que foi consultado não é divulgado.

Um levantamento recente do site americano Vox listou perseguições a jornalistas e crimes cometidos contra eles na América Latina em parte por causa da leniência de governos na área de segurança — há problemas dessa ordem no México, no Haiti, na Guatemala e no Brasil, onde foi assassinado em 2022 o jornalista inglês Dom Phillips por causa de suas reportagens sobre a destruição de áreas na Amazônia. ■

Coluna Social

A conspiração

José de Souza Martins

A ação antidemocrática basicamente nos indica um consistente ativismo para desmobilizar a vigilância crítica dos partidários da democracia e dos que se recusam a ser tratados como tolos e politicamente imaturos

Não passa um dia sem que a agitação extremista antidemocrática deixe de comparecer à pauta da nossa paciência, como entrelinha invasora das informações e debates sobre os acontecimentos significativos da vida cotidiana das pessoas comuns. Os resíduos do golpe de Estado de 1964 ainda conspiram contra a democracia e os direitos sociais. Indicam-no evidências, como as de 8 de janeiro de 2023 , de tratamento do povo brasileiro como um povo carneiril.

De tanto repetir-se, a agitação subversiva contra as instituições se naturaliza pela teimosia de sua reiteração. A sociedade brasileira vai ficando sem alternativas para situar o que de fato é relevante e o que é irrelevante na vida do país. Sobretudo o que é intencionalmente produzido para deturpar e minimizar o nosso penoso retorno à ordem.

Os mais desprovidos de discernimento e mais vulneráveis à manipulação ideológica e autoritária vão sendo induzidos a aceitar a banalização de nossa identidade de povo que a duras penas se formou numa história social de adversidades e desafios.

A ação antidemocrática basicamente nos indica um consistente ativismo para desmobilizar a vigilância crítica dos partidários da democracia e dos que se recusam a ser tratados como tolos e politicamente imaturos.

Agitadores e suspeitos de autoria e promoção da baderna, no entanto, têm sido contidos pela vitalidade das instituições e do protagonismo cívico dos defensores da Constituição e das leis. Os cansativos atores do circo da ilegalidade querem convencer os expectadores, no entanto, de que são vítimas de uma ditadura de esquerda.

A temida democracia que, ao enquadrá-los na lei, estaria se opondo ao anarcoliberalismo e à liberdade de alguns de tramarem contra o direito de todos. Associaram-se a agitadores internacionais que defendem como legitimamente democrática a difusão de valores negativos e princípios reacionários, antissociais e nazistas, caso da proclamação do direito ao ódio.

CARVALL

Estão em peregrinação por diferentes cantos do mundo para denunciar o governo brasileiro como uma ditadura de esquerda que lhes tolhe o direito de expressar, defender e praticar sua opção supostamente conservadora pelo ódio, pela tirania, pelo autoritarismo e pela morte, como se viu no modo criminoso e irresponsável de lidar com a pandemia.

Na verdade, nem os bolsonaristas, nem os seus simpatizantes e cúmplices, civis, religiosos e militares, são conservadores. Eles não têm o menor conhecimento do que é isso. São reacionários de forte inclinação fascista, despistados, vítimas não das instituições, mas de si mesmos e dos seus mentores e manipuladores.

O Brasil já conheceu, no Império, a grande tradição conservadora, no equilibrado balanço de gestão política alternativa do país pelos conservadores e liberais. Os liberais propondo inovações políticas e sociais e os conservadores realizando-as no marco do consenso negociado, como observou Euclides da Cunha na aguda compreensão que desenvolveu a respeito da realidade brasileira.

Entre nós esse balanço se expressou na ação política e econômica de grandes figuras como a de Antonio da Silva Prado, de família de grandes empresários originada no século XVIII. Ele foi o grande arquiteto da abolição da escravatura, cujo humanismo convergia com o de Joaquim Nabuco, quem melhor viu a extensão dos danos antissociais da escravidão relacionados com seus danos econômicos. Os fundamentos do atraso brasileiro, que residualmente persistem em anomalias como a onda autoritária do presente e o anticapitalismo da direita.

Um dos episódios desse delírio foi o da manifestação de bilionário sul-africano, empresário, dono de conhecida rede social, que, contrariado na sua insólita economia da manipulação das necessidades ideológicas dos toscos e irresponsáveis, prometeu desobedecer as ações e normas emanadas do TSE e do ministro Alexandre de Moraes. Com o reforço do presidente argentino, que, na falta de problemas em seu país, dispôs-se a colaborar com o empresário sul-africano no “conflito” com o STF.

O embaralhamento de temas irrelevantes com temas fundamentais da cidadania tem permitido aqui sobrerrepresentação de agitadores no Congresso. Base política de ações contra a ordem convencionada na Constituição de 1988. Como a dos que foram, sem êxito, à Câmara dos Deputados dos EUA pleitear medidas contra o Brasil por ser o nosso país suposta ditadura de esquerda. À custa do dinheiro público, esses grupos estão na Europa pleiteando o seu reconhecimento como vítimas dessa ditadura.

Atuam como agentes estrangeiros infiltrados na democracia brasileira, para defender um liberalismo superficial e interesseiro, contrário ao nosso direito de povo livre e soberano.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. É autor de, entre outros livros, “Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista” (Editora Unesp, São Paulo, 2023). ■

Res Publica

Atacar crime organizado é estratégico

Fernando Luiz Abrucio

A profissionalização e a adoção de modelos de gestão consistentes, como em boa medida ocorreu no SUS, são fundamentais para que a cooperação federativa na segurança pública não seja mero discurso

A relação do crime organizado com o Estado brasileiro se tornou um tema estratégico para o presente e o futuro do país. A prisão dos mandantes da morte de Marielle, a fuga de dois membros do Comando Vermelho de presídio federal de segurança máxima e a investigação sobre os tentáculos do PCC na administração pública em São Paulo revelam que as facções criminosas só são fortes porque seu negócio, o crime, está cada vez mais interligado com ação ou inação do aparelho estatal. Essa deveria ser a agenda prioritária da segurança pública do país, em vez de projetos aporofóbicos e sem embasamento em evidências, como a "Lei da Saidinha" e a PEC sobre as drogas.

É estarrecedor como os políticos e parcela da sociedade compraram um modelo demagógico para combater a criminalidade e a sensação crescente de insegurança. Há uma miopia enorme que gera decisões que, ao fim e ao cabo, somente vão fortalecer o crime organizado. Fim da "saidinha" e criminalização da posse e porte de drogas em qualquer quantidade terão como principal resultado o crescimento da população prisional, especialmente de pessoas pobres e negras. Isso só fortalece ainda mais as facções criminosas, que precisam de um exército de gente sem direitos nem esperança, produzindo assim uma máquina do crime cada vez mais poderosa.

O foco não deveria ser leis penais mais rígidas desenhadas para atingir basicamente os mais pobres. Da classe média para cima ninguém será preso por porte de drogas. Basta visitar as festas de jovens abastados ou da alta sociedade paulistana, carioca ou brasiliense para saber como o ilícito usado por seus participantes é invisível para as forças policiais. Assim, a descriminalização mais importante a ser discutida no país é a da pobreza.

Tampouco o endurecimento da ação policial resolverá a questão da criminalidade. A polícia paulista matou a torto e a direito a população vulnerável da Baixada Santista, e o PCC continua exportando suas drogas pelo porto de Santos. A política do "bandido bom é bandido morto" defendida pelo secretário Derrite não reduziu os crimes contra o patrimônio que ocorrem em São Paulo, que cresceram até no icônico bairro de Higienópolis. Há clamores morais em prol do punitivismo e da mão forte — muitas vezes ilegal — das polícias. Mas, ao final, produz-se incompetência em acabar com as raízes da criminalidade e imoralidade de ampliar o fosso da desigualdade.

Estrategicamente, só há uma saída para reduzir o peso da criminalidade sobre a sociedade brasileira: criar um projeto estrutural e de longo prazo para combater o crime organizado, que é capaz de afetar negativamente, e de forma ampla, o exercício da cidadania, a qualidade da democracia e o desenvolvimento econômico sustentável do país. Tudo isso acontece porque o Estado foi atingido em cheio por esse fenômeno.

Há duas formas de intromissão do crime organizado na atividade estatal: enfraquecendo as políticas públicas e gerando um relacionamento promíscuo com a política. Atuando nos dois campos, as facções criminosas reduzem a capacidade governamental de enfrentá-las. De um lado, amedrontando ou aliciando pessoas para servir ou comprar serviços de suas organizações e, de outro, corrompendo policiais e políticos para garantir salvo-conduto na prática diária de seus crimes.

NELSON PROVAZI

Mais especificamente, o crime organizado afeta as políticas públicas de quatro modos. O primeiro é interferindo na provisão de serviços básicos à população, como fazem as milícias no Rio de Janeiro, prática que está se expandindo para várias partes do país. Em determinados territórios, o Estado e/ou concessionárias estão perdendo a batalha para as facções. Esses grupos mafiosos amedrontam a população para que ela seja obrigada a gastar boa parte de sua renda para pagar fornecedores ilegais de internet, água, gás, energia elétrica e tudo o que for possível de extorquir dos mais pobres. Cidadãos de áreas periféricas têm seus direitos vilipendiados sem que nenhuma força republicana consiga estancar essa enorme violência.

O segundo modo realiza-se pelo fortalecimento de atividades econômicas ilícitas para alavancar mais riqueza e, sobretudo, lavar dinheiro. O crime organizado é uma máquina de fazer negócios ilegais travestidos de legalidade. Mais uma vez as políticas públicas estão perdendo a batalha. Neste caso, estão sendo ineficazes para garantir e estimular o crescimento das empresas e do empreendedorismo sobre bases concorrenciais justas. O quanto o crime organizado está infiltrado do pequeno ao grande negócio no Brasil? Ninguém sabe o tamanho exato, mas quando facções dominam empresas de ônibus que ganham bilhões de subsídios da Prefeitura de São Paulo ou então se expandem em diversas atividades econômicas do mundo virtual, o sinal é assustador para o capitalismo brasileiro.

As políticas públicas têm um terceiro front de fragilidade frente ao crime organizado: a questão socioambiental. O Brasil tem nesse tema um dos seus ativos econômicos e geopolíticos mais importantes. Porém, atividades ilícitas extremamente violentas, como o tráfico de drogas, o garimpo ilegal e o desmatamento, são um empecilho gigantesco, se não o maior, a uma boa política ambiental. Mas não é só a natureza que sofre aqui. A população desses locais degradados por facções criminosas é refém de uma lógica equivocada de desenvolvimento, e enquanto o crime organizado dominar o pedaço, dificilmente haverá apoio a modelos mais sustentáveis.

O ciclo de impactos do crime organizado nas políticas públicas completa-se com um quarto elemento, o mais diretamente ligado a esse processo. As facções são o principal veículo da violência e insegurança que assolam o Brasil. Há crimes individualizados ou cometidos por pequenos grupos autônomos, mas isso é bem residual no conjunto do fenômeno. Obviamente que a organização cada vez mais efetiva dessas máfias, sua capacidade em adquirir armas e usá-las, a força que têm nas prisões, além dos negócios cada vez mais rentáveis, são aspectos que ampliam o seu poder.

Esse poderio, no entanto, só foi consolidado porque parcela das forças policiais foi conquistada pela corrupção. Assim, é cada vez mais difícil, em certos territórios, saber quem é polícia e quem é bandido, para lembrar da dicotomia básica que aprendi na rua quando cresci na periferia de São Paulo. Vale reforçar que policiais não só são comprados, como também estabelecem "tributos" para pagamento dos criminosos — o "arrego" no Rio de Janeiro e a "recolha" em São Paulo.

O impacto sobre as políticas públicas ampliou-se demais nos últimos anos por uma razão mais perversa: a entrada do crime organizado na política brasileira. Os recentes episódios envolvendo a morte de Marielle e as prisões de empresários e políticos envolvidos com o PCC mostram que essa temática poderá ter nos próximos anos o mesmo lugar central na agenda pública que teve a Operação Lava-Jato na década passada. Mesmo tendo cometido uma série de erros e ilegalidades, todas para favorecer politicamente agentes do sistema de Justiça, a Lava-Jato teve como maior legado a mudança na forma de financiamento eleitoral baseada nas trocas de dinheiro privado por benefícios públicos.

Há um novo cenário hoje: o crime organizado, junto com o golpismo de lideranças bolsonaristas, constitui um grande risco à democracia brasileira. No início, esse fenômeno se circunscrevia a algumas elites políticas locais e estaduais, especialmente no Rio de Janeiro, onde políticos apoiaram as milícias em nome da ordem — gente do bolsonarismo faz parte dessa história. A capacidade de se infiltrar na política cresceu vertiginosamente nos últimos anos, inclusive substituindo com dinheiro ilícito parte do financiamento privado que a classe política detinha no passado.

Vencer o crime organizado vai exigir um grande esforço nacional, um dos maiores de nossa história. Tal como ocorreu na maior frente ampla da política brasileira, que há 40 anos, completados nesta semana, organizou a campanha das Diretas Já para acabar com a ditadura militar. Líderes sociais, empresariais, religiosos e políticos vão ter de atuar conjuntamente e publicamente gritar contra o crime organizado. Para tanto, será necessário mudar estruturalmente a política de segurança pública, o que só será possível implementando efetivamente, e não com medidas fragmentadas e esporádicas, o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP, um modelo que pode integrar o governo federal aos estados por meio de pactos institucionalizados e de longo prazo.

Como lembra Renato Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a profissionalização e a adoção de modelos de gestão consistentes, como em boa medida ocorreu no SUS, são fundamentais para que a cooperação federativa na segurança pública não seja mero discurso. Por essa linha, abandona-se o discurso demagógico que tem alimentado a discussão no Congresso Nacional. A saída para combater o crime organizado não é acabar com a "saidinha", mas sim, um pacto amplo em torno de um SUSP efetivo. A pergunta incômoda é saber se a sociedade, policiais e políticos estão preparados para assumir essa bandeira. O medo maior é que parte do problema esteja no fato de que haja mais gente importante ligada às facções criminosas do que imaginaríamos nos nossos piores sonhos.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

Sentimento de dono

À Mesa com o Valor
Fernando Marques Oliveira

Sócio e presidente do braço latino-americano do H.I.G. Capital, que já injetou quase US$ 1 bilhão em empresas brasileiras e não abre mão de participar da gestão delas, o carioca revela que irá montar mais um fundo de private equity. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

Quando estourou a pandemia, o carioca Fernando Marques Oliveira, presidente do braço latino-americano do HIG Capital, tomou duas atitudes que considera decisivas para a situação — para lá de positiva — na qual o fundo de private equity se encontra. A primeira delas: impor o regime de trabalho remoto, uma semana antes do início da quarentena, para todos os funcionários.

"Trouxe um astral muito positivo para o trabalho, pois permitiu que todo mundo se programasse para o lockdown", recorda ele. A medida, dentro do possível, foi estendida para todas as empresas nas quais o fundo tem participação. "Quem trabalhava em linhas de produção não pôde aderir ao home office", explica.

Ato contínuo, convocou seus diretores para que todos descobrissem quanto cada empresa que integra o portfólio do fundo tinha de crédito com os bancos. Quando descobriu o que queria, decretou: "vamos pegar tudo". No início deste "À Mesa com o Valor", marcado para uma terça-feira abafada do outono paulistano, Oliveira comemora os reflexos da medida, outra que considera decisiva para o atual patamar do braço latino-americano do HIG.

"Contraímos cerca de R$ 2 bilhões de dívida em três dias", recorda. "Não precisávamos desse dinheiro. E algumas empresas nem chegaram a usá-lo. Para outras, porém, foi questão de vida ou morte. Fiz uma espécie de seguro, que saiu um pouquinho caro, mas valeu a pena. Uma semana depois da quarentena, os bancos não estavam mais emprestando."

A história espelha o "sentimento de dono" que Oliveira parece nutrir pelas empresas nas quais injetou capital. "Há fundos de private equity que investem de maneira passiva", afirma. "Elegem um setor com potencial de crescimento, compram uns 20% de uma grande empresa bem gerenciada e vão uma vez por mês na reunião do conselho de administração. Não há nada de errado nisso. Mas não acredito que dê para obter retornos financeiros substanciais dessa forma. Pode acontecer um caso ou outro? Sim, mas não de maneira consistente."

A fórmula adotada por Oliveira? "Colocar a mão na massa para ajudar as empresas a melhorar processos e aumentar suas margens de lucro", resume. "Nosso ganho está todo aí."

Acrescenta que o fundo não tem o hábito de comprar companhias a preço de banana. "Nosso negócio não é fazer 'turnaround'", esclarece. "Adquirimos empresas boas, mas que, na nossa visão, podem crescer ainda mais com algumas mudanças."

O maior risco da estratégia traçada pelo fundo, explica, está atrelado à execução. É um risco que Oliveira classifica como moderado — diferentemente daquele ao qual os fundos de venture capital, por exemplo, costumam se expor.

"Tirando as empresas que adquirimos há menos de 12 meses, pois ainda não temos como afirmar algo do tipo sobre elas, triplicamos o Ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] de todas as outras, na média", gaba-se. "Nossa visão é muito mais empresarial do que a do mercado financeiro."

Não por acaso, o fundo só costuma abrir a carteira se virar controlador. "Não queremos o controle só pelo controle", argumenta. "Enxergamos mais como uma forma de acelerar a criação de valor. O controle tira muitas amarras do meio do caminho."

Acrescenta que o fundo tende a jogar no mesmo time dos demais sócios, e que os fundadores e os antigos controladores, volta e meia, continuam no negócio. A Eletromidia serve de exemplo. Em 2013, o fundo abocanhou 80% da empresa, líder no segmento de mídia "out of home". Os fundadores, Paulo Racy Badra e Ricardo Otero, ficaram com os 20% restantes, chegaram a atuar como coCEOs depois da aquisição e seguem no negócio até hoje.

Ana Paula Paiva/Valor

Cardápio
Emiliano, São Paulo

Couvert (ciabatta e focaccia de fermentação natural, manteiga, mussarela de búfala e molho de azeitona)	3	78
Mix de folhas verdes	1	23
Pescada ao forno com limão siciliano, manteiga de sálvia e legumes	2	304
Água com gás	5	45
Coca-cola zero	2	22
Frutas variadas*	3	
Subtotal	-	**472**
Serviço	-	**79,80**
Total	-	**542,80**

* sobremesa inclusa no valor do prato principal

Em 2021, o capital da Eletromidia foi aberto. O controle continua nas mãos do HIG latino-americano, que detém perto de 50% das ações, e o grupo Globo é dono de 27%. Rede de serviços de saúde voltados para pacientes com câncer, a Amo foi adquirida em 2018 e vendida para a Dasa três anos depois — por R$ 750 milhões. Nesse caso, o que motivou a venda foi a percepção de que o setor de hospitais, que forneciam muitos dos pacientes para a rede, estava decidido a se encarregar, ele mesmo, de serviços e exames oncológicos. "Nosso plano não era vender em três anos, mas esse mercado mudou e agimos rápido", festeja.

Das companhias que receberam aporte do fundo, três já abriram o capital, incluindo a Eletromidia — a Desktop, que atua no segmento de internet banda larga, e a Kora Saúde, a quinta maior rede hospitalar privada do país, são as outras duas. Em nenhum dos três IPOs, no entanto, o HIG deixou de ser acionista. "Todas as vendas de empresas que fizemos foram para outras companhias", informa. "Não vejo o IPO como uma saída para os nossos investimentos."

O foco do HIG latino-americano é o chamado "middle market", composto por empresas de médio porte. Na prática, isso significa que o fundo só investe em companhias que faturaram, no ano anterior ao do aporte, algo entre R$ 100 milhões e R$ 1 bilhão. "Não é uma regra escrita em pedra", Oliveira apressa-se em dizer.

"Se uma empresa é muito interessante e faturou R$ 90 milhões ou R$ 1,2 bilhão não vamos deixar de olhar para ela." O valuation varia muito. "Uma empresa de software que cresce 50% ao ano, por exemplo, vale muito mais do que uma indústria que cresce 5% e tem muita despesa de manutenção", prossegue Oliveira.

Instituído em 2015, o fundo se opõe, portanto, aos tradicionais, que apostam todas as fichas em grandes companhias. "O mercado no qual esses fundos atuam é muito restrito", afirma Oliveira, justificando a preferência pelas empresas de médio porte. Cita, em seguida, o "Valor 1000", ranking do **Valor** que apresenta as maiores empresas do país — as que figuram na edição de 2023 atingiram receita líquida conjunta de R$ 7,4 trilhões no ano anterior. "As últimas empresas que constam no ranking nem são tão grandes assim", acredita o entrevistado.

O HIG estima que o middle market no país é composto por 65 mil empresas. "Os fundos de private equity brasileiros que apostam em grandes companhias passaram a enfrentar a concorrência de players internacionais", lembra o investidor. "Com mais gente olhando para um grupo restrito de empresas, os valuations tendem a aumentar. E esses fundos, os bem-sucedidos, dão retorno de cerca de 15% aos cotistas. Já o meu entrega 30%."

Outra diferença tem a ver com o número de companhias que os fundos tradicionais costumam abocanhar — via de regra, entre 7 e 10. O braço latino-americano do HIG, por sua vez, está com 14 e já teve participação em mais 8.

Ele evita ao máximo, como já ficou claro, colocar os ovos na mesma cesta. "Acredito na diversificação de portfólio porque nunca dá para saber que setor poderá ser afetado no futuro e de que forma", argumenta. "Não dá para prever uma pandemia, nem o início de guerras, o aumento da inflação ou alterações abruptas no preço de commodities. Com um portfólio genuinamente variado fica mais fácil enfrentar tudo isso."

A Selfit, a LG e a FVO, três das companhias nas quais o fundo tem participações, servem de prova. A primeira é uma rede de academias surgida no Recife; a segunda, de Goiânia, é tida como a maior HR Tech do país; e a última produz alimentos para cães e gatos.

Em defesa de sua preferência por companhias de médio porte, ele costuma dizer o seguinte: "empresas

EU&

grandes, multibilionárias, já tiveram, em geral, 5 CEOs e contrataram a McKinsey 7 vezes. Seremos nós que, como investidores, vamos aumentar a margem delas em 10%? Por melhor que sejamos, isso é difícil. Com empresas de médio porte é outra história. Elas se encontram, afinal, em etapas anteriores de desenvolvimento".

O restaurante escolhido por Oliveira é o do hotel Emiliano de São Paulo, no qual estava hospedado. Ele mora no Leblon, onde fica a sede do fundo, mas vem para a capital paulista com frequência — a maior filial fica aqui. Quinze minutos depois do meio-dia, o horário combinado, ele irrompe numa das salas da área de eventos do hotel vestindo calça social azul-escura, camisa da mesma cor, mais clara, e tênis preto.

Com pé-direito alto e paredes revestidas de madeira, o cômodo disponibilizado foi montado com uma única mesa — o almoço não foi no restaurante propriamente dito porque o hotel, receoso de deixar os demais frequentadores melindrados, não permitiu fotos lá.

Oliveira começou a colecionar obras de arte contemporânea por volta de 2010, a princípio para decorar um apartamento, e não parou mais. "Tenho algumas centenas de obras", informa, para se corrigir em seguida: "Muitas centenas". Também se converteu em uma espécie de mecenas do setor, ajudando jovens artistas a deslanchar. É patrono da Pinacoteca de São Paulo e do Inhotim e ainda integra o conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e da Orquestra Sinfônica Brasileira.

Quando o garçom aparece, pede uma água com gás e, sem consultar o cardápio, informa que só vai comer uma simples salada composta de folhas verdes e nada mais. "Tomo sempre um café da manhã super-reforçado e não muito cedo e janto bem e não muito tarde", justifica. "Daí almoço pouco." André Moragas, assessor de imprensa escalado para presenciar o encontro, acata a sugestão do garçom assim como este repórter: pescada ao forno com limão siciliano, legumes e manteiga de sálvia.

No couvert, composto de ciabatta e focaccia de fermentação natural, manteiga, mussarela de búfala e molho de azeitona, Oliveira nem trisca. Quando o garçom volta para oferecer uma taça de vinho, recusa sem pensar duas vezes. "Se eu tomar, não funciono na parte da tarde", justifica. Desnecessário dizer qual sobremesa ele escolheu entre as opções do dia: trilogia de chocolate, strudel e frutas variadas. Registre-se, porém, que ele pediu para lhe trazerem só frutos silvestres vermelhos. "É uma escolha antioxidante", diz em seguida, divertindo-se com a própria idiossincrasia. "Eu sou maluco."

Depois conta que redobrou a atenção com a própria saúde de uns dez anos para cá — está com 48 anos. "Minha teoria é a de que ninguém chega aos 100 anos sendo obeso", diz, ao comentar os esforços para comer pouco e praticar exercícios físicos.

"Durante muito tempo, ao longo da minha carreira, não encontrava tempo para isso." Seu esporte preferido é o vôlei de praia. "Mas não é 'vovôlei' que eu jogo", afirma Oliveira. "Por isso, se não estou bem, evito, para não me machucar." Ele também pratica ioga, corre e malha.

Primogênito de uma prole de três, viveu em três regiões bem distintas no estado do Rio de Janeiro — Tijuca, na capital; Friburgo, na serra fluminense; e Niterói — até os 6 anos de idade. Em seguida, mudou-se para São Paulo, onde passou o resto da infância, a adolescência e o início da vida adulta (por aqui, morou em Moema e no Morumbi). O pai dele ganhou a vida como engenheiro civil — ajudou a tirar pontes e túneis do papel — e a mãe, já falecida, trabalhou como secretária executiva e com alfabetização de adultos.

Oliveira começou a cursar engenharia na Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo (USP), e deu início a mais uma graduação em seguida, de administração, na Fundação Getulio Vargas (FGV). A única formação que concluiu foi esta última — e como primeiro colocado do início ao fim do curso. Explica-se: a cada semestre, a FGV publica um ranking com os cinco melhores alunos no hall da faculdade. "Achava isso meio constrangedor, mas interessante para chamar a atenção das empresas", recorda.

Sobre o alto rendimento no ensino superior, diz o seguinte: "me dediquei muito aos estudos a partir dos 18 anos porque foi ficando claro para mim que eles iriam permitir que eu construísse o que quisesse". Naquela época, diz a seguir, começou a acreditar que "dedicação é muito mais importante do que capacidade intelectual". "Para mim já é quase uma verdade absoluta: pessoas superdedicadas tendem a obter muito mais sucesso do que aquelas que são brilhantes, porém não determinadas", defende. "Tenho facilidade para muitas coisas, mas foi a dedicação que realmente fez a diferença na minha vida."

O interesse pelo private equity ele credita à leitura, na época da faculdade, de "Barbarians at the Gate". Escrito por Bryan Burrough e John Helyar, o livro detalha a compra da fabricante de biscoitos RJR Nabisco pelo fundo de private equity Kohlberg Kravis Roberts em 1988. "Achei muito louca essa história", lembra. "Os fundos do tipo estavam começando a adquirir grandes empresas e a transformá-las. Comecei a atuar nesse mercado quando ele ainda estava nascendo."

Naquela época, o banco Icatu, fundado por Antônio Carlos de Almeida Braga (1926-2021) e seus filhos, estava montando sua área de private equity e buscava formandos para ela. Oliveira se candidatou e foi um dos quatro selecionados para a fase de entrevistas — até que o banco se deu conta de que ele ainda não havia se formado. Decidido a contratá-lo, o Icatu lhe deu um cargo que não estava previsto, de estagiário.

O Icatu era uma referência no mercado financeiro brasileiro. Ombreava com três outros bancos, o Garantia, o Pactual e o Matrix — o quarteto era conhecido como "IGPM". O Icatu se fundiu ao BBA (hoje Itaú BBA), o Garantia foi incorporado pelo Credit Suisse, o Matrix não existe mais e o Pactual deu origem ao BTG Pactual.

A ascensão do entrevistado no banco de Almeida Braga, mais conhecido como Braguinha, foi meteórica. Quase seis anos depois de entrar como estagiário, Oliveira saiu de lá, à beira dos 30 anos, como sócio e diretor da área de private equity. A primeira aquisição que ele costurou nesse banco, do início ao fim, foi a da Mabel, outra célebre fabricante de biscoitos. "Nunca havia relacionado esse fato à leitura de 'Barbarians at the Gate'", admite ele, depois de rememorar o início de sua trajetória no mundo de private equity.

Ficou a par da Mabel por intermédio de Mauro Miranda Soares, que foi senador por Goiás de 1995 a 2003. Pai de um colega dele na faculdade, o político encasquetou de contratar Oliveira como assessor. Avesso à ideia, o entrevistado pediu para ele lhe apresentar o empresariado de Goiás. Uma das figuras que acabou conhecendo por causa disso é o ex-deputado federal Sandro Antonio Scodro. Mais conhecido como Sandro Mabel, ele é filho de um dos dois fundadores da marca de biscoitos, Nestore Scodro.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Fernando Marques Oliveira diz que os ganhos do H.I.G. vêm de "colocar a mão na massa"

ACERVO PESSOAL

Oliveira com a equipe do braço latino-americano do H.I.G.

ACERVO PESSOAL

O jovem Fernando (ele é o do meio) com os primos

O outro é Udélio Scodro (1929-2001). Este e o próprio filho morreram em um acidente de avião quando a venda do controle para a Icatu já estava acertada. "É uma história supertriste", resume Oliveira. Em 2011, o banco repassou a marca para a PepsiCo por cerca de R$ 800 milhões. "Ganhamos mais de 10 vezes o que investimentos com a compra", acrescenta a seguir. Hoje ela está nas mãos da Camil Alimentos.

À frente da divisão latino-americana da General Atlantic, onde trabalhou ao sair do Icatu, ele coordenou investimentos em grandes empresas, a exemplo da Qualicorp e da Linx. Sua vontade de apostar no middle market o levou a dar adeus a este fundo de private equity, que não se interessava pelo segmento. Quis o destino que ele fosse procurado, quando ainda dava expediente na General Atlantic e não havia decidido os próximos passos, por Sami Mnaymneh e Tony Tamer. São os dois fundadores da HIG Capital, que tem cerca de US$ 60 bilhões sob gestão. Conversa vai, conversa vem, Oliveira foi encarregado de tirar do papel a versão latino-americana do fundo — ele também exerce o papel de presidente no Brasil.

De saída, Mnaymneh e Tamer disponibilizaram US$ 200 milhões. O braço latino-americano do fundo pertence a cerca de 40 estrangeiros e também ao entrevistado e a alguns de seus funcionários, promovidos a sócios. Desde a fundação, o HIG Capital daqui já injetou US$ 1,1 bilhão em 22 companhias — 90% desse total foi direcionado para o Brasil e o restante para Colômbia, Peru e Chile. Oliveira montou um escritório em Bogotá e mais três no Brasil, tirando o de São Paulo e a matriz — ficam em Recife, Goiânia e Porto Alegre.

Essas três filiais ajudam o fundo, cujo valor de mercado é de quase US$ 4 bilhões, a arrematar companhias que dificilmente entram no radar do circuito da Faria Lima. "Com esses escritórios regionais, os empresários locais se convencem mais facilmente do nosso senso de pertencimento", divaga. Em cada um deles atua um business developer, que tem a função de coordenar uma rede formada por quase mil advisors independentes. "Muitas vezes, nessas regiões, é um corretor de seguros ou um contador que nos traz oportunidades de negócios", explica.

Depois diz que as pessoas que trabalham para ele precisam ter um perfil bem diferente de quem costuma dar expediente nos principais fundos de private equity. "Para nós, não adianta ficar sentado na Faria Lima, grudado no computador", critica. "Estamos com o pé na estrada o tempo todo em direção ao 'interiorzão'." Anualmente, o fundo analisa de 1.000 a 1.500 companhias.

Ele não revela quanto o fundo ainda dispõe para investir. "Certamente temos o suficiente para mais um ano", desconversa, ao ser indagado sobre o assunto. Quando o garçom recolhe os pratos de sobremesa, Oliveira revela que irá captar recursos para montar mais um fundo dedicado à América Latina. "É um assunto, provavelmente, para o final do ano", acrescenta, antes de pedir licença para se dirigir a outro compromisso. ■

> "Dedicação é muito mais importante do que capacidade intelectual"
> *Fernando Marques Oliveira*

INÊS249

As redes e o ‘Dataísmo’

Exposição Físico húngaro-americano transforma dados como de fake news em arte. Por *Claudia Penteado*, para o Valor, do Rio

DIANA SANDES/DIVULGAÇÃO

O físico Albert-László Barabási e uma de suas criações artísticas

Albert-László Barabási é um físico nuclear húngaro-americano nascido na Transilvânia, na Romênia, que lidera o Centro de Pesquisa em Redes Complexas na Universidade Northeastern em Boston, nos Estados Unidos. Seu interesse pelo estudo das redes e big data acabou ganhando o mundo de maneira inusitada: através da arte.

Desde muito jovem, dividido entre o desejo de ser escultor e a área de exatas, Barabási acabou optando pela carreira na ciência, mas retomou a conexão com o mundo das artes de um jeito inesperado, levando a representação visual e concreta das redes de dados que estuda no seu trabalho para galerias de exposição em Nova York, Budapeste, Berlim e, mais recentemente, Rio de Janeiro, onde se encontram até junho alguns de seus trabalhos, na exposição “Existências Numéricas - Emergências”, no centro cultural Futuros.

Um dos destaques da exposição, “Fake News”, é uma animação 3D generativa da rede de conexões que se formou a partir dos dados do Observatório de Notícias Falsas do Network Science Institute, em Boston, que revelou os 12 perfis entre 200 mil que desempenharam papel crucial na disseminação das notícias falsas durante o lançamento da vacina contra a covid-19 na plataforma X (ex-Twitter).

“Emergências” é um linho bordado inspirado no rastreamento de ligações telefônicas feitas em situações de emergência e mostra de que maneira informações sobre quedas de aviões e terremotos se espalham.

Outra obra, “150 Anos de Nature”, é uma homenagem à mais antiga e importante revista de ciência do mundo: a imagem é resultado de um complexo mapeamento de dados e a representação da imensa rede que conecta 88 mil artigos publicados na revista desde 1900, usando como base citações comuns entre eles.

A ideia foi mostrar como na ciência os temas e os assuntos invariavelmente se conectam de alguma forma — conexões muitas vezes difíceis de entender sem visualizar.

Esse é o argumento por trás de algumas das obras criadas a partir de dados: a visualização pode facilitar seu entendimento e ampliar seu impacto a ponto de emocionar. E é na emoção que os dados encontram a arte.

Em conversa com o **Valor**, o cientista e artista diz que um dos motivos do seu interesse pelas redes, de uma maneira geral, é o fato de que elas contam histórias, tanto na ciência quanto na arte.

“Histórias são uma característica fundamental da existência humana, pois através delas damos sentido ao mundo do qual fazemos parte e, através delas, compreendemos o nosso papel nele. Não se pode divorciar as histórias da arte, nem separar as histórias da ciência”, diz.

E como o trabalho como artista ajuda o cientista? Barabási diz que a troca é constante, mas que estar envolvido com arte lhe dá novas perspectivas sobre a ciência, continuamente. Tira o cientista dos ciclos diários do cálculo, da coleta de dados e o leva a se perguntar: por que estou fazendo tudo isso? Qual o final desejado? Se eu obtiver sucesso, aonde isso nos levará?

“Estar ativamente no mundo da arte me obriga a abordar essas questões de maneira diferente. Acredito profundamente que o meu trabalho na arte me ajuda como cientista”, afirma.

Quanto aos dados e seu potencial para o mal, ele diz que, como qualquer ferramenta, depende do uso responsável. Seu papel como cientista é alertar a humanidade quando alguns limites forem atingidos, e nisso a arte pode ajudar, servindo para chamar a atenção para problemas que os próprios dados podem causar.

“Mas não podemos jogar fora o bebê junto com a água do banho, ofuscando os aspectos positivos dos dados com os negativos, que podem e devem ser mitigados”, observa.

Ao estudar as redes, Barabási aprendeu a buscar padrões e a amá-los. Ele costuma dizer que padrões são a nossa maneira de dar sentido ao mundo que nos rodeia. Se tudo for aleatório, não poderemos encontrar nosso lugar. Precisamos dos padrões para nos mantermos firmes, entender o que somos e a que lugar pertencemos.

Sobre inteligência artificial, Barabási diz: “A IA não substituirá cientistas ou artistas. Porque, em ambas, não se trata de encontrar uma resposta a uma questão bem colocada. A verdadeira ciência e a verdadeira arte tratam da identificação de novas questões”.

Ele gosta de chamar a arte que vem dos dados de “Dataísmo”, como um movimento artístico que, segundo ele, é o “fenômeno do momento” e não poderia ter existido em nenhuma outra época histórica. E que ele acredita que será integrado ao “corpo maior” da arte e à história da arte com o passar do tempo. ■

Vinho

A renovada imagem dos vinhos do Tejo

Jorge Lucki

Região antes conhecida pela produção voltada à quantidade dispunha de condições naturais para se investir em qualidade. Era só questão de mudar a mentalidade

Depois de muito batalhar, os vinhos portugueses conseguiram notório reconhecimento internacional nos últimos tempos. Alguns de seus rótulos têm recebido elogios e altas pontuações das mais conceituadas publicações do setor. Algumas regiões saíram na frente, ganhando projeção, caso do Douro e do Alentejo, vindo a seguir, em termos de exportações, a D.O. Vinhos Verdes, que lidera o ranking (dados da Viniportugal referentes a dezembro de 2022).

Nessa ascensão, vale ressaltar a evolução da comercialização dos vinhos do Dão, que apresentou o maior crescimento em valor no período — 19,3% —, mas essa escalada também colocou a Bairrada na linha de frente, assim como está dando mais visibilidade à Lisboa e suas sub-regiões, caso de Colares, Bucelas e Carcavelos, que corriam o risco de sumir do mapa, engolidas pela expansão imobiliária da capital do país.

Nesse aspecto, é interessante voltar um pouco no tempo, a meados da década de 2000, em que a região vitivinícola de Lisboa se chamava Estremadura e tentava sair do ostracismo. Parte porque não era fácil de pronunciar em outras línguas, mas igualmente por ter uma homônima na Espanha. No sentido de lhe dar mais visibilidade, a denominação foi modificada em 2008 para Vinhos de Lisboa. O mesmo foi feito no Ribatejo, desde então abreviada apenas Tejo, reforçando a sua ligação com o rio, a volta do qual a região é formada.

Antes de vingar a tese de mudar seus nomes, surgiu a ideia de fundir as duas, já que, além de vizinhas, mantinham relações estreitas. Lá pelo século XVIII, boa parte da margem sul do Tejo fora incorporada pela Estremadura. A proposta não foi em frente; seguiram independentes, mantendo fronteiras e mudaram as denominações. Ainda que mudanças fossem importantes para ambas, quem mais precisava demonstrar isso era o Ribatejo, cujo histórico vitivinícola, associado a vinhos a granel, não era fácil de ser desvinculado.

A região ofertava o que lhe era fácil de produzir e havia demanda: a quase totalidade de seus vinhedos estava nas margens férteis do Tejo, rio que corta a província e contorna Lisboa, em condição propícia para produzir quantidade e não qualidade.

Com o consumo de vinhos caindo em Portugal e concorrentes chegando, não era recomendável continuar nessa toada. Condições naturais para investir em qualidade existiam, já que logo ali, um pouco mais afastado do rio, havia solos pobres adequados para desenvolver projetos vitivinícolas de qualidade. Sob o aspecto climático contava também com condições favoráveis — a cadeia montanhosa Monte Junto, que separa Estremadura e Ribatejo, bloqueia a influência do Atlântico, ensejando clima propício. Era apenas questão de mudar a mentalidade.

JORGE LUCKI

A enóloga Antonina Barbosa ajudou a dar ainda mais expressão à vinícola Falua

A região vitivinícola do Tejo tem três áreas de características bem distintas: o Campo, zona plana mais fértil, habitualmente inundada pelas águas do rio em ambas as margens com vinhas implantadas em solos de aluvião, condições que favorecem grandes volumes, adequadas à época em que se pretendia altas produções que enchiam as enormes adegas da região, voltadas à quantidade.

Mais recentemente, tem-se recuado as vinhas, deixando esses terrenos para outras culturas. A segunda zona, o Bairro, ocupa a margem direita do Tejo, tem um relevo um pouco mais acentuado onde predominam solos argilo-calcários e as vinhas têm condições melhores para se expressar. Por fim, há a Charneca localizada na margem esquerda do rio e dominada por solos arenosos, a menos da zona de Almeirim, em que existe uma faixa importante de seixo rolado, resquício de um período, cerca de 20 milhões de anos atrás, em que o mar banhava a área — a paisagem é idêntica à de Châteauneuf du Pape e de onde é possível produzir grandes vinhos.

Das castas plantadas na região do Tejo, 53% são tintas e 47% brancas, numa enorme diversidade, com variedades regionais, nacionais e internacionais. As preferências nas novas plantações inclinam-se para as castas brancas fernão pires e arinto, e as tintas syrah, touriga nacional e alicante bouschet. A variedade tinta mais plantada ainda é a clássica castelão, que representa quase 25% das castas tintas do Tejo. Dela, espera-se o melhor e o pior. É uma variedade vigorosa em termos de rendimento e tem que ser bem trabalhada, tendo bons resultados nos terrenos pobres e arenosos e nos solos pedregosos de Almeirim.

As castas estrangeiras, como cabernet sauvignon, chardonnay, merlot, foram trazidas para a região pelas gerações anteriores com o objetivo de melhorar a qualidade. Isto numa altura em que as castas nacionais eram pouco estudadas e as internacionais tinham resultados comprovados. Quando se percebeu melhor o potencial qualitativo de certas uvas portuguesas, também estas começaram a ganhar terreno. Em nível internacional não vale a pena competir com os cabernet sauvignon e pinot noir. Nesta linha, é melhor apostar nas castas nacionais ou com forte ligação com Portugal. Nos topos de gama tintos, mesmo que as castas internacionais integrem o lote, não são predominantes.

Nas lojas especializadas em Portugal, onde se vendem rótulos mais ambiciosos, os vinhos do Tejo representam cerca de 5% da oferta, ainda que a sua presença esteja crescendo — a procura espontânea pelos vinhos do Tejo ainda é baixa. O que tem mais saída são os vinhos de vinícolas que já têm nome e se destacam por si só, não levando junto o nome da região, caso da Casal Branco, Casa Cadaval e Lagoalva de Cima (importada pela Mistral).

Entre os nomes de destaque está a lendária Quinta da Alorna (importada pela Adega Alentejana), que comemora 300 anos de história. Para celebrar a data, a vinícola lançou um livro em edição luxuosa contando sua trajetória e um tinto especial, o Quinta da Alorna 1723 Grande Reserva 2019, com produção limitada a 712 garrafas numeradas.

A Quinta ocupa uma área de 2.800 hectares de propriedade, sendo 160 hectares dedicados às vinhas. Além de ter angariado fama pela produção de vinhos de qualidade, a vinícola se destaca também por suas práticas agrícolas, florestais e por seus espaços naturais. A sustentabilidade é algo central para a Quinta da Alorna, expressa nos quase 2.000 hectares de florestas na propriedade.

Um lugar especial entre as vinícolas de ponta do Tejo está reservado para a Falua (importado pela Decanter), projeto iniciado em 1994 por João Portugal Ramos, um dos mais reconhecidos enólogos portugueses, com o objetivo de se afirmar como referência na produção de vinhos da região. Em 2017 a vinícola foi comprada pelo grupo francês Roullier, ganhando ainda mais expressão com a entrada da enóloga Antonina Barbosa como diretora geral dois anos depois. Antonina já dominava o assunto Falua, pois havia trabalhado com João Portugal Ramos durante mais de 15 anos, tendo sido deslocada para seu projeto no Tejo em 2004 por ocasião da construção da adega em Almeirim.

O ponto alto da Falua são os vinhos que têm origem na emblemática Vinha do Convento, uma área de 40 hectares situada no alto de uma suave colina, muito longe do Tejo. Em termos geológicos, esta elevação fez parte do antigo leito do rio e que desde então os seixos ali permaneceram, formando uma camada com vários metros de espessura, entrecortada por alguma areia. Das melhores uvas desse vinhedo saem, apenas em anos excepcionais, em torno de 4 mil garrafas de tinto e pouco mais de mil de brancos, que levam o nome da vinha, além de compor outros vinhos da gama Conde Vimioso, linha nobre.

Antonina Barbosa esteve em São Paulo na semana passada para apresentar alguns de seus vinhos e propor a um grupo de sommeliers a elaboração de um blend que servirá para moldar o Conde Vimioso Sommelier Edition, que será engarrafado exclusivamente para o mercado brasileiro.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

Os Brasis em Veneza

Arte A primeira Bienal comandada por um brasileiro inclui participação recorde do país, com nomes do modernismo e contemporâneos.

Por *Nina Rahe*, para o Valor, de São Paulo

PAULO REZENDE/DIVULGAÇÃO

Nã Agotimé é uma das personagens "que vieram da diáspora africana" retratadas por Dalton Paula

Em uma conversa via Zoom diretamente da Itália, o curador brasileiro Adriano Pedrosa — o primeiro latino-americano a comandar a Bienal de Veneza, a bienal de arte de maior prestígio e mais antiga do mundo — se desculpa à repórter, mas pergunta se pode redirecionar a primeira questão da entrevista, sobre a revisão histórica que é proposta pela edição deste ano.

O curador justifica, logo de início, que a seleção de obras produzidas no século XX, ainda que tenha ganhado repercussão midiática, não é o destaque desta 60ª edição, que será aberta para o público neste sábado, 20 de abril, sob o título "Foreigners Everywhere" (Estrangeiros por todo lugar, em tradução livre), e vai até 24 de novembro.

"O grande foco é o chamado núcleo contemporâneo, que terá muito mais espaço, com maior número de obras e participação mais densa dos artistas", explica Pedrosa. O receio do curador pode ser justificado pelo fato de que a lista de participantes, tão logo foi divulgada, causou estranhamento no meio artístico por somente 45% dos nomes selecionados serem de artistas vivos — a exposição está dividida em dois núcleos: o "Storico" e o "Contemporaneo".

A escolha, que inicialmente pareceu uma contradição dentro de uma mostra que costuma ser voltada à arte contemporânea, não significa, entretanto, uma Bienal dedicada a uma historiografia conhecida, já que o recorte proposto por Pedrosa é o Sul Global. Por conta disso, ele relembra, esta edição se tornou recordista para muitos países. "É a edição com o maior número de colombianos, sul-africanos, iraquianos, indianos e também maoris, indígenas, queers e, claro, brasileiros."

O Brasil, apesar de ter um histórico de artistas representados na mostra principal (em 2022, foram 5), nunca tinha participado da exposição com um número tão representativo — ao todo, são 30 nomes nascidos ou radicados no país, sendo a maior parte representante do modernismo brasileiro, como Tarsila do Amaral (1886-1973), Anita Malfatti (1889-1964), Di Cavalcanti (1897-1976) e Candido Portinari (1903-1968).

"Quis pagar uma certa dívida da Bienal com esses tantos artistas, sobretudo do século XX, que nunca participaram da mostra, porque hoje não é possível fazer uma exposição de arte internacional sem artistas contemporâneos de países como o Brasil", diz Pedrosa, que também é diretor artístico do Masp desde 2014.

A ítalo-brasileira Anna Maria Maiolino, homenageada com o Leão de Ouro pelo conjunto de sua obra, também é uma das participantes que fará sua estreia no evento. "Deixei a Itália com 12, passando por outros territórios e me adaptando a novas culturas. Tenho 64 anos de produção e por que cheguei só agora à Bienal? Porque agora me encaixo dentro da proposta da Bienal que fala sobre minorias. E eu sempre fui minoria, como imigrante, mulher...", resume a artista.

A artista, além de ocupar um espaço exclusivo com uma instalação feita de argila, também apresenta "Ano 1942", peça da série "Mapas Mentais", na qual aborda a formação da identidade a partir de aspectos biológicos, familiares e territoriais. A obra estará ao lado de outras produzidas por representantes da diáspora italiana no Brasil, como Alfredo Volpi (1896-1988), Eliseu Visconti (1866-1944), Victor Brecheret (1894-1955), Lina Bo Bardi (1914-1992), Waldemar Cordeiro (1925-1973) e Maria Bonomi, uma das poucas no núcleo histórico (ao lado de Maiolino) cuja produção segue em andamento.

Mas, para a artista de 88 anos, que esteve entre os selecionados do pavilhão brasileiro em Veneza no ano de 1964, sua indicação foi quase por obrigação, já que seu nome é incontornável no panorama de italianos que desenvolveram sua produção no Brasil. Sua impressão, diz, é justificada pelo fato de a curadoria ter escolhido, inicialmente, uma obra produzida na década de 1950 e pouco representativa do seu percurso.

"Não tinha 20 anos, achei uma deformação e escrevi reclamando porque não acredito que os outros artistas estariam apresentando obras infantis", pondera. A obra em exibição na mostra, por fim, acabou alterada para "Pedra Robat" (1974), uma xilogravura de grandes dimensões.

Já no que se refere aos artistas contemporâneos, a participação brasileira não poderia ter destaque maior, uma vez que a pintura na entrada do pavilhão principal ficou a cargo do Movimento dos Artistas Huni Kuin (Mahku).

O coletivo indígena, baseado na Terra Kaxinawá do Rio Jordão (no estado do Acre), que tem como prática transpor para a imagem cantos e rituais ancestrais, preencheu toda a fachada do Pavilhão Central da Bienal a partir da narrativa de três cantos. Um deles, como explica Kássia Borges, integrante do coletivo, parte da figura do jacaré, que representa para o povo Huni Kuin a transformação entre o velho e o novo, a possibilidade de ir e vir.

Quando é a vez de Ibã Huni Kuin, um dos fundadores do movimento, se posicionar sobre o assunto, a resposta vem em canto na sua língua nativa: "Raira raira e!! Raira raira e!! Bai tana bakebu. Bai tana bakebu. Bake beru nabua. Tiri nawa ashu ea. Sheratariwe hanu. Puke inashu shawa. Ika batxi bestiratabaina. Huhu ai Huhu ai".

O artista reafirma a importância da Bienal em sua decisão de expandir o conceito de estrangeiro, incluindo os que são considerados forasteiros em seu próprio território. "Somos estrangeiros aqui em Veneza, mas também no nosso próprio país, porque houve todo um apagamento da nossa história e dos nossos costumes e só agora estamos retomando nosso território", diz Borges.

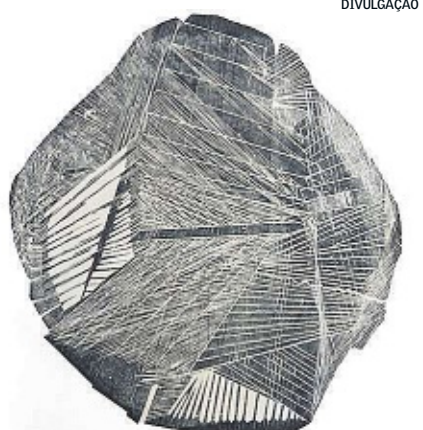
Por esse motivo, a escolha do tema, baseado em uma obra do coletivo Claire Fontaine de mesmo título, acabou desdobrada, dentro do núcleo contemporâneo, em quatro tipos de estrangeiro: o diaspórico, o indígena, o outsider (ou artista popular) e o queer.

Representante do último segmento, Manauara Clandestina participa da mostra com dois curtas, "Migranta" e "Building", ambos de 2021. O último, produzido em uma residência artística em Londres, é resultado da percepção da artista, a primeira de sua família a viajar para fora do Brasil, sobre o tema migração. "Não fui sendo explorada e nem para fazer nenhum subserviço, e tive essa motivação de transformar essa experiência em um registro de um movimento de dignidade", conta.

É uma vontade que, de alguma forma, se conecta ao que Dalton Paula vem realizando há anos ao retratar, com tinta a óleo e folha de ouro sobre tela, personalidades negras que não têm representação visual, uma vez que o retrato, uma tradição na pintura ocidental, era reservado às elites.

> "Quis pagar uma dívida da Bienal com esses tantos artistas, sobretudo do século XX"
> *Adriano Pedrosa*

Nesta Bienal, porém, o artista apresenta pela primeira vez personagens de corpo inteiro, apresentando figuras como Tereza de Benguela, Chico Rei, Nã Agotimé, Ganga Zumba e Pacífico Licutan em grandes dimensões. "São os personagens que vieram da diáspora africana e cuja presença reverberou na identidade nacional brasileira. É o continente africano dando uma boa parcela de contribuição para tudo que hoje a gente entende como Brasil", diz Dalton, que tinha como preocupação apresentar um corpo de trabalho robusto nesta Bienal de Veneza, cuja primeira edição foi em 1895. ■

DIVULGAÇÃO

"Pedra Robat", de 1974, xilogravura de grandes dimensões de Maria Bonomi

DIVULGAÇÃO

"Migranta" é um dos dois curtas de 2021 com que Manauara Clandestina participa

GAGUN / WIKIPÉDIA

A colônia penal em Cabo Verde, conhecida como campo de concentração de Tarrafal

ACERVO PESSOAL

Jorge Silva em Moçambique. Como outros jovens, nem ficou sabendo da morte de Salazar

morreu aos 81 anos, em 1970; o salazarismo, não. Jorge Silva, como milhares de outros jovens portugueses, nem soube. Estava na guerra.

Destacado para uma remota região no norte de Moçambique, quase fronteira com a Tanzânia, Silva embarcou para a África em 1969. Tinha 19 anos. A viagem de ida durou um mês. "Eu estava convencido que não havia guerra", diz, sobre os primeiros dias no quartel em Tenente Valadim, uma povoação a 2.300 km da capital, Maputo, conhecida então por Lourenço Jorge. A impressão inicial logo seria desfeita. "Ouvi o estrondo, nos atiramos ao chão e não vimos mais nada", conta, sobre a primeira das minas que viu explodir. Ele lembra dos gritos dos soldados, da enorme cratera aberta e do pedido de socorro do motorista, preso no veículo em chamas. Treinamento nenhum prepara para atos heroicos, muito menos sete meses de treinamento. Podia ter-lhe custado a vida, mas Silva tirou o soldado com perna e braço quebrados da viatura antes que o fogo se alastrasse até as granadas. E mostra a foto. "Este eu salvei."

Naquela madrugada, um avião aterrissou na pista iluminada por tochas para recolher os 13 feridos. Faminto, não conseguiu tocar na comida e chorou. "Éramos umas crianças", diz. As "crianças" enfrentavam perigo por todo lado, menos no cessar-fogo, quando os soldados portugueses banhavam-se nas águas limpas do rio Rovuma e os moçambicanos faziam o mesmo na margem oposta.

Quando faltavam poucos dias para retornar para Portugal, "a inclinação para o risco diminuía", diz, bem-humorado. Se sobrevivera dois anos até ali, seria péssimo morrer no final. O ano era 1971. Depois de voar de Tenente Valadim para Nova Freixo, ele pegou o trem para o porto de Nacala, mas teve de pernoitar com a tropa no meio do caminho, longo demais. Mal saíram na manhã seguinte, o som estridente de um freio de emergência alarmou os passageiros. A sensação, relembra, é que a terra se abriria. Os inimigos tinham cortado as linhas e o trem descarrilou, deixando mais de 30 feridos. Ele escapou.

Os soldados aptos a continuar embarcaram assustados em outro trem mais à frente, onde a estrada de ferro continuava. Esgotado, Silva adormeceu e só despertou com um alvoroço que julgou ser a alegria da proximidade do porto. De olhos semicerrados, viu os soldados correndo pelo vagão, provavelmente excitados com a visão do Índico. Então Silva botou a cabeça um pouco para fora da janela para ver o navio que o tiraria daquele pesadelo e não viu mais nada.

Neste segundo acidente, provocado pelo violento choque contra um trem carregado de troncos na direção contrária, morreram 13. Silva ficou 15 dias no hospital tratando de seus piores ferimentos da guerra. Quando finalmente aterrissou em solo português, e faltando tão pouco para chegar a Vieira do Minho, no norte do país, jogou fora os bilhetes do trem. Foi para casa de táxi.

Em março de 2020, aos 71 anos, Jorge Silva foi convocado para uma nova batalha. Ele e a mulher pegaram o novo coronavírus no início da pandemia. Aurora se recuperou, ele não. Ficou quatro meses internado e 40 dias em coma, intubado. Esse trem o atropelou em cheio. Desenganado pelos médicos, o ex-combatente foi mantido vivo porque não havia espera por UTIs em Braga, onde mora. Quando acordou, e a equipe médica perguntou se ele sabia onde estava, não teve dúvidas: na guerra em Moçambique.

Ex-combatentes traumatizados e mutilados, milhares de vidas perdidas e um Estado pobre, asfixiado por gastos numa guerra inútil minavam as bases da ditadura. Mais de 200 mil homens deixaram de comparecer quando chamados para se alistarem, 9 mil desertaram. O regime já havia feito de 30 mil a 35 mil prisioneiros políticos, muitos enviados para a colônia penal em Cabo Verde, conhecida como campo de concentração de Tarrafal.

Helena Pato, líder de movimentos estudantis, e que integrou a oposição ao regime fascista português, narra suas memórias no livro "A noite mais longa de todas as noites", título que escolheu para traduzir 48 anos de ditadura. Em 1967, quando foi presa e levada por dois policiais, conta, "mal saímos e um deles já estava a meter a mão entre minhas pernas". Numa série de podcasts, a rádio RFI ouviu a autora e outros personagens para relembrar a Revolução dos Cravos em seu cinquentenário. "As grades da minha cela estavam a um metro de uma barreira de terra. Eu ia para a beira da grade a olhar as formiguinhas, as flores que cresciam. Habituei-me", diz Helena, 84 anos, sobre os seis meses que passou isolada.

Fartos, os militares que impunham as armas e não pretendiam mais dispará-las organizaram o Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar o governo. A transmissão de "Grândola" no rádio indicaria o início da marcha rumo a Lisboa. Não era nem meia-noite. Tanques rumaram para o quartel do Chiado, sede da Pide, a polícia política do regime. Marcelo Caetano foi cercado.

O golpe de 1974 registrou poucos eventos violentos, mas resultou em quatro mortos. A narração de reportagens da televisão pública portuguesa, a RTP, carrega mais tensão do que revelam os semblantes de soldados aguardando o desfecho daquilo. Enquanto esperavam Marcelo Caetano se entregar, militares amotinados tentavam convencer os fiéis ao regime da inutilidade de tudo aquilo, visto que todos queriam jantar com suas mulheres e filhos. A cena aparece no livro "Os portugueses", de Barry Hatton. Marcelo Caetano exilou-se no Rio de Janeiro, onde morreu em 1980.

Os cravos apareceram ao acaso. Uma mulher que passava pelo Chiado, bairro de Lisboa, carregada com as flores de uma festa cancelada, perguntou ao soldado aonde iam os blindados. O militar pediu um cigarro. Celeste lhe entregou um cravo. O cravo foi parar no cano da arma e o gesto se espalhou, relembra a própria Celeste em depoimento para a Câmara Municipal de Lisboa. Presos políticos foram libertados ao vivo na televisão. Abraços, lágrimas, reencontros. Os acontecimentos sobre a bonita festa eram narrados ao vivo pela imprensa.

Os dois anos seguintes convulsionaram o país. Quase um quarto da área agrícola útil de Portugal ficou nas mãos de trabalhadores para reforma agrária. Bancos foram nacionalizados, fábricas, tomadas, bens, confiscados. Os revolucionários queriam "uma sociedade sem classes".

"Tínhamos muita pressa. Minha geração tentou resolver tudo de uma vez com uma caneta", disse, com um sorriso, a advogada Leonor Beleza, ao se lembrar dos tempos revolucionários dos quais foi testemunha e ativista. Foi com uma canetada que as mulheres conquistaram acesso a cargos antes proibidos, como na magistratura. Antes do 25 de abril, os maridos poderiam encerrar a carreira de suas mulheres. As leis em vigor chegaram a limitar quais profissionais poderiam casar. Professoras podiam, desde que os maridos ganhassem mais. Tudo isso acabou. O divórcio foi legalizado. Leonor Beleza, presidente da Fundação Champalimaud, foi a primeira mulher a chefiar um ministério em Portugal, em 1985.

> “Somos um caso único de golpe que evoluiu para uma revolução popular”
> *Pedro Adão Silva*

Com o fim das guerras coloniais, mais de 500 mil pessoas retornaram das ex-colônias. Às pressas. Portugueses e filhos de portugueses nascidos nas colônias aportaram em Lisboa, deixando para trás casas, pertences, quase tudo. Muitos não conseguiam a cidadania porque não tinham ascendentes nascidos em Portugal até a segunda geração. As mágoas foram muitas e a integração, difícil.

O texto constitucional começou a perder o viés ideológico na revisão de 1982. Sumiu a "transição para o socialismo" e entrou "estado de Direito democrático". Depois resgataram o direito à propriedade e abriram caminho para o retorno dos exilados. A União Europeia estava à espera do novo integrante, e Portugal aderiu à comunidade em 1986.

As demandas mudaram de lugar. Portugal hoje tem mais desequilíbrios territoriais do que no passado. O país possui aldeias fantasmas e estradas que conectam nada a lugar nenhum. De país rural, Portugal agora tem 80% da população em zonas urbanas, enquanto os jovens partem atrás de melhores oportunidades e as mulheres têm cada vez menos filhos. "A nossa luta por igualdade ficou um pouco de lado. Nossos ordenados são muito baixos. Como as famílias terão mais filhos dessa maneira?", questiona a historiadora Irene Pimentel.

Segundo país mais envelhecido da Europa depois da Itália, de acordo com o Eurostat, Portugal tinha, em 2022, 183 idosos para cada 100 jovens. A massa de trabalhadores não dá conta das aposentadorias, enquanto a população encolhe. Demógrafos entrevistados para o documentário "Nós, Os Portugueses" (2020) dizem que só a entrada em massa de imigrantes vai impedir o pior cenário: a população cair abaixo de 10 milhões de habitantes em 2050.

Mesmo assim, manifestações anti-imigração acontecem à luz do dia. No início de abril, um grupo de extrema direita reuniu uma centena de jovens para protestar contra a presença de imigrantes no Porto. Poucas horas depois, um grupo bem maior — cerca de 500, segundo a CNN Portugal — foi para as ruas gritar que os imigrantes ficam, mas os fascistas podem ir embora.

Portugal chegou tarde à onda ultranacionalista e xenófoba europeia. Foi por muito tempo uma exceção até o primeiro representante da extrema direita chegar ao parlamento em 2019. A ascensão foi meteórica. Em março, o Chega, com a proposta de "devolver Portugal para os portugueses", conquistou 50 das 230 cadeiras do parlamento mobilizando o eleitorado que antes não votava. As suspeitas de corrupção que levaram o primeiro-ministro António Costa, do Partido Socialista, a renunciar em novembro do ano passado parecem repetir um roteiro conhecido. "Vi isso no meu país, a Itália, nos anos 90, quando um escândalo de corrupção acabou com os partidos tradicionais e quem assumiu foi o Berlusconi, o primeiro-ministro mais corrupto de todos os tempos", diz Manucci.

Os portugueses passaram a votar mais pelos motivos errados: ódio aos adversários. É o que a ciência política chama de polarização afetiva, algo já caracterizado por estudos sociais como parte de um retrocesso democrático. A polarização do eleitorado português foi tema de outro estudo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa do qual Manucci participou. Os pesquisadores identificaram ainda uma crescente antipatia entre eleitores de partidos da mesma tendência ideológica mas constataram que a mitologia do 25 de abril é tão forte que nenhuma parte do eleitorado ousa rejeitá-lo abertamente.

"Somos um caso único no mundo de um golpe que evoluiu para uma revolução popular. É uma espécie de escudo protetor na nossa genética", disse o sociólogo Pedro Adão Silva, ministro da Cultura até o início deste mês, nascido em 1974. Infelizmente, acrescenta, "quebraram-se algumas barreiras, posições impensáveis antes aparecem agora em discursos no parlamento. Perdeu-se a vergonha, que é um mecanismo importante de controle social".

Espera-se que, no dia 25 de abril, como fazem todo ano, portugueses distribuam cravos para lembrar que o fim da noite mais longa de todas as noites foi uma construção coletiva que requer atenção. ■

‘Noção de normalidade é obsoleta’

Comportamento Transtornos mentais apontam para a diversidade, diz o antropólogo Roy Richard Grinker. Por *Márcio Ferrari*, para o Valor, de São Paulo

TIM COBURN / DIVULGAÇÃO

“O estigma [dos ‘anormais’] não vem da nossa biologia; vem de nossa cultura”, diz Roy Richard Grinker

Sigmund Freud (1856-1939), por considerar que o modo de funcionamento do inconsciente era semelhante entre todos os seres humanos, causando maiores ou menores dores psíquicas, acreditava que a neurose era uma condição universal. A psicanálise, assim, não visaria a uma extirpação do sofrimento emocional, mas a torná-lo suportável.

A ideia até hoje não se estabeleceu na psiquiatria, que, assim como os outros ramos da medicina, mantém no horizonte o conceito de cura. No entanto, a normalidade vai aos poucos desaparecendo desse horizonte, como mostra o antropólogo americano Roy Richard Grinker em “Ninguém é normal” (editora Arquipélago, 416 págs., R$ 99,90).

O autor é bisneto de um neurologista, neto e filho de psiquiatras. O avô passou um tempo em Viena para ser analisado por Freud. Ao se formar em antropologia na Universidade Harvard, Grinker não interrompeu totalmente a linhagem, uma vez que escolheu a saúde mental como área de pesquisa — interesse redobrado por ter uma filha autista. Seus estudos o levaram à África subsaariana (em países como Nigéria e Namíbia) e ao Leste Asiático (Coreia do Sul, Japão e Nepal).

“A cultura é um elemento crucial do sofrimento, mas está ausente da maioria das pesquisas médicas”, diz Grinker. “Os antropólogos das doenças têm perspectivas diferentes daquelas da medicina porque fazemos estudos de longa duração sobre como a experiência dos transtornos varia em diferentes partes do mundo.”

Em outras palavras, o trabalho de Grinker é ver sob as lentes da cultura e da história aquilo que a biologia deixa escapar. “Os conceitos de transtorno mental são apenas estruturas e, ainda por cima, estruturas temporárias, porque, como todas as formas de doença, elas existem dentro da dinâmica da história”, afirma o autor.

Segundo Grinker, as palavras “normal” e “anormal” só se tornaram categorias do comportamento humano em meados do século XIX, na área estatística. Com o tempo, diz o antropólogo, o uso dessas palavras no contexto dos transtornos mentais passou a definir “quem aceitamos em nosso grupo social e quem rejeitamos”. Dessa forma, a história da doença mental anda de mãos dadas com o estigma que ela provoca. “O estigma não vem da nossa biologia; vem de nossa cultura”, diz Grinker.

Por causa do estigma que cerca os transtornos psiquiátricos, 60% dos americanos que passam por sofrimentos desse tipo não buscam auxílio profissional, seja por relutância, seja por falta de acesso. No total, 20% de toda a população adulta americana se enquadra nos critérios de transtorno mental. Estão aí incluídos males potencialmente fatais, como a anorexia nervosa, que causa morte em 10% dos casos, e ocorrências graves de depressão que podem levar ao suicídio, a terceira causa de mortes entre os adolescentes nos EUA.

“As doenças físicas e outros aspectos corporais que põem em risco a saúde tendem a ser menos estigmatizados socialmente se estiverem além do controle da pessoa e se têm, ao menos parcialmente, causas conhecidas”, diz Grinker. “De maneira oposta, muitas pessoas, incluindo médicos, veem as doenças mentais como sinais de fraqueza ou resultado de uma herança genética degenerada.”

O estigma, de qualquer forma, varia conforme o tempo e o lugar. Entre os jun/oasi, povo de aldeias do deserto de Kalhari, na Namíbia, os casos de esquizofrenia são atribuídos a espíritos conjurados por pessoas mal-intencionadas e os esquizofrênicos são apenas considerados atípicos ou, no linguajar local, “esquisitos”, e convivem normalmente com a comunidade.

Também nessa região existe um menino autista que não consegue falar, mas é ótimo pastor de cabras, sabendo sempre quantas elas são e onde estão, outro modo de se integrar ao grupo. “Em regiões da Índia, os esquizofrênicos são tradicionalmente tratados em casa, com um suporte extensivo”, diz Grinker. “Enquanto isso, nos EUA, especialmente em cidades grandes, os esquizofrênicos costumam ser isolados de suas famílias e muitas vezes são levados à miséria e a morar na rua.”

Historicamente os conceitos de loucura também mudam acentuadamente. Segundo Grinker, do século XIV a meados do XIX a literatura sobre os “loucos” os associava ao “divino” e aceitava que fossem venerados, contanto que não fizessem mal. O antropólogo recorre ao filósofo Michel Foucault em sua “História da loucura” para lembrar que a prática de confinamento com o objetivo de isolar pessoas classificadas como ociosas e mendicantes, que eram tidas como fontes de desordem social, começou em meados do século XVII, mas a tipificação da loucura foi muito posterior.

“Na Europa, onde a psiquiatria nasceu como um ramo da medicina, as doenças mentais não foram uma categoria distinta de outros tipos de doenças ou comportamentos problemáticos até a virada do século XIX”, diz Grinker. “E as prisões só haviam se popularizado quando os reformadores decidiram separar os doentes mentais dos criminosos no final do século XVIII.”

O autor divide o livro em três padrões históricos que influem no estigma que acompanha há séculos a doença mental: o capitalismo, as guerras e a medicalização. Quanto ao capitalismo, “o estigma não deriva da ignorância, mas antes da concepção do transtorno mental como marca do ocioso, de uma personalidade incapaz de realizar o ideal: produzir para si e para a economia”. Não por acaso, o advento do capitalismo coincide com a criação obrigatória de asilos na Inglaterra, por exemplo.

As guerras, a partir do primeiro conflito mundial, trouxeram avanços na descrição e no tratamento de distúrbios psíquicos, tendo lançado luz sobre condições como o transtorno de estresse pós-traumático, marcante entre os veteranos da Guerra do Vietnã. As pesquisas e o desenvolvimento de terapias puderam ser ampliadas para um grande leque de ocorrências, entre elas o estupro. “As guerras reduziram o estigma da doença mental porque esses distúrbios se tornaram respostas aceitáveis para o estresse, dentro e fora do teatro de combate.”

Segundo o antropólogo, a medicalização “surgiu em parte da secular separação entre corpo e mente”. “As doenças do corpo trazem, tradicionalmente, menos estigma, a não ser nos casos em que não se descobrem suas causas”, diz Grinker. “Suponha uma pessoa que sofre de uma dor de estômago crônica cujas causas não são detectadas por exames. O médico lhe dirá que o problema é psicológico, e o paciente vai achar que está sendo acusado de fabricar a dor.”

A dicotomia corpo-mente é equivocada. “Primeiramente, porque condições médicas, como o câncer, têm consequências emocionais e psicológicas”, diz o antropólogo. “Em segundo lugar, nossa psicologia também pode influenciar um distúrbio orgânico.” Grinker vê com simpatia a noção emergente de “neurodiversidade”, que defende a ideia de que “diferenças neurológicas e cognitivas e ‘déficits’, sobretudo aqueles que caracterizam o autismo, são um aspecto universal da variação humana”. O termo correlato a “normal”, “neurotípico”, seria uma referência crítica a pessoas que se encaixam na definição social de sadios.

Segue a mesma orientação o conceito de “espectro”, que se originou da descrição clínica do autismo, por englobar uma variada gama de perfis. O termo vem sendo ampliado pela literatura psiquiátrica para outras condições, como o espectro esquizofrênico. Além dos progressos trazidos pela definição de espectro, Grinker acredita que “os transtornos mentais estão rapidamente se tornando uma parte aceita e visível da condição humana”. Uma das causas, segundo ele, é o ativismo de cientistas e defensores dos doentes psíquicos.

“Com a ajuda deles, estamos entendendo que os transtornos mentais são muito mais comuns do que pensávamos antes e que afeta a todos — seja individualmente ou em relações com outras pessoas”, diz. “Creio que algumas celebridades também exercem grande influência nesse aspecto. No século XXI, pessoas que são amplamente admiradas, como Lady Gaga ou Michael Phelps, falam de modo franco sobre suas lutas contra transtornos mentais em vez de se dizerem vítimas de ‘exaustão’.” ■

‘Ripley’ traz ecos de Hitchcock e Fellini

TV Minissérie da Netflix reconta a história do falsário já levada antes ao cinema. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

A pergunta que muita gente irá fazer: será mesmo necessária uma nova versão de “O Talentoso Ripley” (1999), considerando que o filme de Anthony Minghella já era irretocável, graças, sobretudo, ao seu elenco estrelado? Antes, no cast de 1999, tínhamos Jude Law, Gwyneth Paltrow, Cate Blanchett, Philip Seymour Hoffman e Matt Damon no papel-título.

Agora, neste remake da Netflix, ninguém mais famoso que Dakota Fanning (“The Runaways - Garotas do Rock”) e Andrew Scott, mais lembrado como o padre galã da segunda temporada de “Fleabag”. À primeira vista, a comparação parece dizer tudo. Isso sem contar que já houve uma outra adaptação do romance original de Patricia Highsmith, “O Sol por Testemunha” (1960), com Alain Delon.

“Ripley”, porém, acaba se revelando tão bom ou até melhor que a versão de Minghella. Não tanto pelo fato de os realizadores disporem de mais tempo para destrinchar o personagem no streaming, mas porque trata-se de uma experiência de fato distinta — ainda que a história permaneça essencialmente a mesma.

Apresentada em preto e branco de alto contraste, a minissérie traz uma atmosfera neonoir com ecos de Fellini e Hitchcock, em especial “Psicose” — vide a eletrizante cena do barco, que se estende por boa parte do terceiro episódio.

O Tom Ripley de Andrew Scott é também uma figura um tanto mais fria e insidiosa que o personagem de Matt Damon. Ele surge numa espelunca em Nova York, praticando pequenos golpes financeiros para sobreviver, enquanto faz o possível para se manter incógnito na cidade, longe dos olhos da lei.

É início dos anos 1960 e um misterioso detetive particular o aborda com uma proposta de “trabalho”. Por obra do acaso, o protagonista é confundido com um outro Tom Ripley, amigo de um certo Dickie Greenleaf (Johnny Flynn, o David Bowie de “Stardust”), filho de um magnata local.

Herbert (Kenneth Lonergan, de “Gangues de Nova York”), o patriarca Greenleaf, propõe que Tom viaje à Itália, no intento de persuadir o filho a retornar à América. Para tal, ele receberá um generoso salário, além de passagem e hospedagem em Atrani, o paradisíaco vilarejo onde Dickie se encontra, alheio às responsabilidades da família. Naturalmente, Dickie nada saberá do acordo.

DIVULGAÇÃO

Andrew Scott faz um Tom Ripley mais frio e insidioso que o de Matt Damon na versão cinematográfica

Ripley
EUA - 2024. Criador: Steven Zaillian. Onde: Netflix
★★★★☆

O plano toma outro rumo tão logo Ripley vislumbra o estilo de vida do suposto amigo — que não o reconhece, mas não deixa de acolhê-lo. Dickie é um “bon vivant” por excelência. Vive com toda a mordomia do dinheiro de um fundo fiduciário, que o pai não tem meios legais de bloquear.

Quando não está na praia, relaxando em companhia da namorada, Marge (Fanning), dedica-se à pintura, que acredita ser sua verdadeira vocação. O aconchegante sobrado onde reside é um ambiente cercado de arte, com direito a um original de Picasso enfeitando a sala.

Ripley não demora a confessar que está na Itália a mando do pai de Greenleaf, mas este não será nenhum gesto de lealdade. Ele percebe que pode se beneficiar mais de uma relação a longo prazo, conquistando a confiança de Dickie — e de Marge, subsequentemente.

Aos poucos, o protagonista vai se infiltrando na intimidade do casal, absorvendo seus costumes e interesses, sempre à espreita de uma oportunidade para investigar mais a fundo os demonstrativos financeiros do anfitrião. Graças aos seus talentos de falsário, ele acaba por forjar uma nova identidade.

Escrito e dirigido por Steven Zaillian, vencedor do Oscar de roteiro adaptado por “A Lista de Schindler” (1993), “Ripley” foi concebido como uma minissérie de oito episódios, mas os realizadores não descartam a possibilidade de novas temporadas. O elenco inclui Margherita Buy (“Minha Mãe”), Eliot Sumner (filho de Sting) e participação de John Malkovich. ■

EU&

Libelo contra a polarização

Cinema Wagner Moura diz que 'Guerra Civil' é um filme que tem algo a dizer e também busca o grande público. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Wagner Moura e Kirsten Dunst interpretam jornalistas em "Guerra Civil"

Assim que leu o roteiro de "Guerra Civil", Wagner Moura reconheceu imediatamente o que o diretor e roteirista inglês Alex Garland buscava, ao pintar o pior retrato da polarização política nas telas. "O mesmo que eu quis fazer quando dirigi 'Marighella' (2019): encontrar um equilíbrio entre filme político e blockbuster, o que é dificílimo", conta o baiano, de 47 anos, mais interessado em se associar a filmes que considera relevantes "não só como artista, mas também como cidadão".

"Como gosto muito de política, conseguir misturá-la com o cinema é sempre o Santo Graal para mim", diz Moura, reconhecendo que buscar essa coerência nos projetos é mais comum na carreira de diretores e não de atores. Entre outros exemplos, o ator traz no currículo filmes como "Sergio" (2020), cinebiografia do diplomata Sérgio Vieira de Mello, morto em atentado terrorista, e "Wasp Network - Rede de Espiões" (2019), sobre operação criada pelo serviço secreto de Cuba nos anos 90. Ainda foi ele quem imortalizou o Capitão Nascimento de "Tropa de Elite" (2007), filme que escancara como a má administração na polícia estimula a corrupção e a violência.

"Eu me senti no meu universo no elenco de 'Guerra Civil', um filme que tem algo para dizer e, ao mesmo tempo, quer atingir o grande público, o que já estamos conseguindo", diz Moura, atualmente o ator brasileiro de maior prestígio no cenário internacional. No dia em que deu entrevista ao **Valor**, no hotel Emiliano, em São Paulo, Moura comemorava o recorde quebrado por "Guerra Civil" na América do Norte.

Antes de chegar às telas no Brasil, nesta quinta, dia 18, o longa-metragem que vislumbra os EUA em guerra, em uma representação distópica, tinha arrecadado por lá US$ 25,7 milhões no fim de semana de estreia, a maior bilheteria de abertura da história da A24. Trata-se da produtora e distribuidora independente que mais se arrisca nas escolhas, fazendo os filmes que os grandes estúdios já não se atrevem mais a rodar.

"Com 'Marighella', lançado durante a pandemia, consegui que o filme fosse o mais visto de 2021", comenta Moura, referindo-se à cinebiografia de Carlos Marighella (1911-1969), o "inimigo número 1" da ditadura militar, que levou mais de 320 mil pessoas às salas.

Moura já se decidiu pelo projeto que o fará gritar "ação!" pela segunda vez em um set de filmagem. Será uma adaptação do livro "Last Night at the Lobster" (2007), em que Stewart O'Nan descreve os piores dias da vida de um gerente de restaurante em um shopping center decadente antes das festas de fim de ano. "Será uma comédia política. Um filme de Natal anticapitalista", conta ele, rindo.

Assumidamente de esquerda, Moura elogia o fato de Garland não ter tomado partido na guerra apresentada, nascida de um movimento separatista com os estados da Califórnia e do Texas estranhamente do mesmo lado. O primeiro é o bastião progressista dos democratas, enquanto o segundo é historicamente conservador e republicano.

"Não foi à toa que ele juntou os dois estados. Até porque sem essa imparcialidade 'Guerra Civil' não seria o filme antipolarização e antiguerra que ele é", comenta Moura, que mora em Los Angeles desde 2018. "A polarização é o maior inimigo da democracia hoje em dia. O filme serve de alerta para o mundo todo, inclusive para o Brasil. É ainda mais importante para os EUA, por ser ano de eleição", diz o ator, referindo-se à disputa pela Casa Branca, presumidamente entre o atual presidente, Joe Biden, e o ex-presidente Donald Trump, em novembro.

"Depois do 'Guerra Civil', confesso que passei a prestar mais atenção no que dizem as pessoas que pensam politicamente diferente de mim. E todos sabem que eu sou de esquerda e tomei uma posição ao dirigir 'Marighella', embora se tratasse de um registro histórico. Hoje busco menos confronto e procuro escutar muito mais por entender que a polarização é muito perigosa."

Um dos fatores que impede "Guerra Civil" de trazer uma agenda ideológica, apresentando um cenário neutro, é o fato de o conflito armado ser filtrado pelo olhar da imprensa. A câmera de Garland segue os passos de uma equipe de jornalistas que viaja pelos EUA registrando as atrocidades que encontra pelo caminho. Com um presidente (interpretado por Nick Offerman) que ignora a Constituição, o que se vê alastrar pelo país é uma onda de violência e insanidade, colocando até civis uns contra os outros.

"Embora o jornalismo viva uma crise gigantesca, quando falamos em polarização, um dos melhores antídotos ainda é o bom jornalismo", diz Moura, que interpreta um repórter da agência de notícias Reuters, Joel, de origem latina. Determinado a entrevistar o presidente, é ele quem pilota o furgão a caminho de Washington, levando a premiada fotojornalista de guerra Lee Smith (Kirsten Dunst), o jornalista veterano do "The New York Times" Sammy (Stephen Henderson) e uma fotojornalista novata, Jessie (Cailee Spaeny).

"O que mais vemos hoje são líderes mundiais atacando jornalistas, pessoas se informando pelas redes sociais e a tecnologia criando fake news cada vez mais realistas. Nada me assusta mais no mundo do que o fato de a verdade, como a conhecíamos, não existir mais. Os conservadores têm a sua verdade, assim como os progressistas", afirma o ator.

Uma das cenas mais fortes do filme traz Joel, aterrorizado, na mira da arma de um miliciano (Jesse Plemons), que mata e enterra corpos com a displicência de quem foi dessensibilizado pela guerra. "Que tipo de americano você é?", pergunta o sujeito, ao perceber o sotaque latino do repórter. "Como um imigrante que vive lá, a cena me pegou de um jeito que eu não imaginava. Fui tomado por imagens de xenofobia, de sentimento anti-imigração e de racismo, comuns em momento de polarização", recorda Moura, que chorou após filmar a cena por dois dias.

E como Moura vai administrar a carreira daqui para frente, recebendo cada vez mais convites, tanto para filmar no Brasil quanto no exterior? Ele já está comprometido com "O Agente Secreto", thriller de Kleber Mendonça Filho ambientado durante a ditadura brasileira, com filmagem prevista em junho.

"Ainda faço tudo como na época em que cheguei da Bahia, buscando trabalhos que me deixem pleno", conta ele, sorrindo. "Penso primeiro em mim, com filmes que me completem como pessoa e que me façam aprender. E, de preferência, filmes que contribuam de alguma forma com o mundo." ■

Entre dois passados

Literatura Romance de Míriam Leitão publicado em 2014 surpreende pela atualidade em reedição. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

RAFAELA CASSIANO

Míriam Leitão fez sua estreia como ficcionista com "Tempos extremos", que está sendo relançado

Desde sempre, a mineira Míriam Leitão, de 71 anos, queria ser jornalista e escritora. Não uma coisa ou outra. As duas. O ofício nas redações começou a ser exercitado há cinco décadas, em "A Tribuna" de Vitória, do Espírito Santo, e teve sequência em "Veja", "Jornal do Brasil", "O Estado de S. Paulo" e "O Globo", entre tantos veículos, além da GloboNews.

A apuração para as reportagens e o compromisso com a informação inibiram a profissional por muito tempo de se testar no terreno da literatura. "Demorei a entender que são naturezas e processos distintos, mas é possível buscar e construir verdades através da ficção."

Em 2011, a descoberta dos vestígios do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, que nos séculos XVIII e XIX foi o principal porto de africanos escravizados no Brasil, mexeu com a cabeça da jornalista.

"Eu procurava relatos há algum tempo para reconstituir as histórias do Valongo e olhar para aquelas pedras me impactou porque a escravidão é o drama mais terrível já vivido no Brasil", diz. Logo depois, no fim do mesmo ano, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade para apurar as violações dos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro, especialmente na ditadura militar.

"Era muito passado revisitado ao mesmo tempo, e esses dois tempos, o da escravidão e o da ditadura militar, estavam me olhando", conta. "Queria cobrir o máximo que pudesse esse momento e, de uma forma mais intuitiva que racional, comecei a enxergar o livro que poderia fazer."

Míriam Leitão estreou como ficcionista em 2014 com o romance "Tempos extremos" (Editora Intrínseca, 304 págs., R$ 79,90), que, uma década depois, ganha reedição. Em um dos eixos da obra, finalizada em 2013, está o embate entre dois irmãos, Alice e Hélio, que, nas comemorações dos 88 anos da mãe, em uma fazenda no interior de Minas Gerais, explodem suas divergências ideológicas evidentes desde o começo da década de 1970.

Alice foi uma jovem militante que, presa na repressão, viu o pai de sua filha ser dado como desaparecido. Hélio, por sua vez, era um militar, orgulhoso da farda e disposto a livrar o Brasil de quem desafiasse o sistema. "Eu acho que a ficcionista enxergou mais à frente que a jornalista", justifica ela, sobre a polarização política que abalaria relações familiares na iminência da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

"Quando escrevi o romance, o máximo das polêmicas se dava entre os eleitores do PT e do PSDB, mas eram duas visões inegavelmente democráticas, e achava que esse pacto o Brasil já tinha feito para sempre, não cairíamos em mais um regime autoritário."

Filha de Alice, Larissa é uma jornalista à beira dos 40 anos que jamais alcançou estabilidade profissional e emocional. Durante a estada na fazenda da família, ela descobre documentos que recuperam o passado escravagista dos antigos donos da propriedade e entra em contato com a história de outros dois irmãos de posicionamentos antagônicos, os escravizados Bento e Paulina, que viveram no século XIX.

Ele pregava a revolta e a luta com armas em nome da liberdade, enquanto ela confiava na sensibilidade de sua senhora, Antonieta, para conquistar a alforria. Os dois passam a fazer parte dos delírios de Alice e a ajudam a compreender melhor o presente e, pela primeira vez, enxergar uma perspectiva de futuro.

Míriam se descola ao máximo tanto de Alice quanto de Larissa e garante que não se enxerga em nenhuma das personagens. "Eu não quis contar a minha vida com outros nomes, o que me interessava era refletir sobre o tempo através de uma ficção", afirma.

A explicação se torna oportuna porque, assim como Alice, Míriam é umas das tantas vítimas dos órgãos da ditadura militar. Em 1972, ela foi presa e torturada física e psicologicamente. Tinha 19 anos e estava grávida do seu primeiro filho, o jornalista Vladimir Netto.

Diferentemente de Alice, Míriam ressalta que conheceu um final feliz comparada a tantos outros no período. "Sempre tive noção de que sofri pouco na prisão, perto de tanta gente", reconhece. "Eu saí de lá com 39 quilos, grávida de quatro meses e tudo o que poderia ter dado errado, deu certo."

Para a jornalista, o começo da vida adulta exigiu resiliência e resistência. Não foi fácil engrenar na carreira e seu segundo filho, o também jornalista Matheus Leitão, nasceu em 1977, um momento em que o dinheiro era curto, o Congresso Nacional permanecia fechado e a cobertura política exigia desdobres dos profissionais da área.

A curiosidade de tanto Vladimir quanto Matheus seguirem os passos da mãe é encarada com bom humor. "Quando eles falaram que queriam estudar jornalismo, listei todos os perrengues e a eterna instabilidade da profissão", conta. "A resposta deles, no entanto, me calou: 'Como pode ser tão difícil um trabalho que faz você chegar em casa feliz todas as noites, cheia de histórias para contar?'."

Ao olhar para trás, Míriam mais uma vez se diferencia da amargura de Alice, a personagem de "Tempos extremos", que não se liberou do passado. A jornalista e escritora se considera uma privilegiada por fazer parte de uma geração capaz de recriar e reescrever a própria vida.

"A minha geração fez todas as revoluções possíveis, mudamos a forma de se relacionar, de educar os nossos filhos e descobrimos o prolongamento da vida, um conceito de longevidade que me permite chegar aos 71 anos cheia de planos", diz Míriam, que tem se dedicado aos contos, às crônicas e à literatura infantil — nesta área já são sete ao todo. "O que posso dizer é que não há mais um momento em que a vida se encerra." ■

É Tudo Verdade

A coluna de Amir Labaki retorna na edição de 26/4

O papa do povo conta sua história

Biografia de Jorge Bergoglio foi escrita em conjunto com jornalista italiano. Por *Helena Carnieri*, para o Valor, de Curitiba

Vida: Minha história através da História
Papa Francisco
Trad.: Milena Vargas
HarperCollins
304 págs., R$ 49,90

DIVULGAÇÃO

Papa Francisco com o jornalista italiano Fabio Marchese Ragona

Se para seu doutorado em teologia Jorge Bergoglio pesquisou a obra de Romano Guardini, não é com filosofia ou hermenêutica que ele, conhecido como papa Francisco desde 2013, se dirige aos leitores em "Vida: A minha história através da História". O livro de suas memórias, que intercala textos do jornalista italiano Fabio Marchese Ragona, faz jus à alcunha de "papa do povo": mensagens claras, frases curtas e uso de exclamações para ênfase e engajamento.

Para quem gosta de intimidades, os primeiros capítulos trazem visões da infância do futuro pontífice, a relação com os pais e irmãos, seus sentimentos. Conta da alegria de receber Jorge Luis Borges no colégio de Santa Fé, quando dava aulas de história da literatura espanhola e argentina — e onde, em 1965, encontrou equipamentos e uma sala para alunos que queriam formar a versão argentina dos Beatles.

Mas o papa não aprofunda, por exemplo, os motivos reais que levaram ao seu ostracismo em uma residência de jesuítas periférica de Córdoba, do fim dos anos 1980 até 1992.

Fruto de uma série de conversas com o jornalista italiano, o texto transmite a emoção sentida pelo papa durante determinados fatos históricos, onde e como estava quando recebeu essas notícias. No início de cada capítulo, Ragona descreve o contexto do momento e conta bastidores da vida do pontífice.

Hoje com 87 anos e boa memória, Francisco tem bastante coisa para contar. Criança nos anos 1930 e 1940, lembra como sua mãe se enfurecia a cada atrocidade de Hitler e a preocupação da família com os amigos judeus.

É tradição papal pedir pela paz. Em "Vida", Francisco vai além e mostra entendimento geopolítico ao considerar que o mundo já está em uma terceira guerra mundial fragmentada, desde o início do conflito na Ucrânia e do recrudescimento dos confrontos no Oriente Médio. Na verdade, ele pondera, o mundo está em guerra desde o início do século XX. E apesar dos internamentos por bronquite, afirma que não pretende renunciar e marcou viagem pela Ásia para setembro.

Ao lembrar da oração de seu antecessor João Paulo II em viagem à Polônia em 1979, quando animou os cidadãos oprimidos da Europa Oriental a manter a esperança e da onda de reencontro de famílias com a queda do Muro de Berlim em 1989, cita outros "muros" de divisão ao redor do mundo e pede que sejam derrubados também.

"É preciso seguir o exemplo de Jesus, que uniu a todos com seu sangue. Onde há muros, proliferam as máfias, a criminalidade, os desonestos que se aproveitam da fraqueza do povo submetido ao medo e à solidão."

Com frequência, o então padre, depois bispo, arcebispo e cardeal argentino, recebia as notícias por telefonemas ou quando alguém o chamava à frente da televisão — ele próprio a evita desde que viu cenas inadequadas em um filme e pensou que nada de bom tiraria dali. Até mesmo a final da Copa de 1986, entre Argentina e Alemanha, ele passou batido em meio aos livros — anos depois, recebeu Maradona no Vaticano e perguntou sobre a "mão de Deus" do polêmico gol. O 11 de Setembro e a pandemia da covid também recebem relatos envolventes de sua comoção.

Sua ligação com a terra natal é visceral no livro, com destaque para os anos de ditadura e sua relação com a amiga Esther Ballestrino, bioquímica que foi sua chefe no primeiro emprego, num laboratório de controle de alimentos, para quem ele escondeu livros de filosofia e marxismo — depois, ela foi sequestrada e morta pela ditadura.

Sobre as acusações de ter feito pouco contra a opressão daqueles anos, reafirma que escondeu três seminaristas no encalço dos serviços secretos de vigilância e declara sua insatisfação com as autoridades eclesiásticas de então. "O governo argentino da época tentou de todas as formas colocar a corda no meu pescoço... a ditadura é diabólica, vi com meus olhos, vivi momentos de grande desconforto, com medo de que algo pudesse ocorrer a meus irmãos mais jovens. Foi um genocídio geracional!"

Estar em destaque é levantar críticas, por definição. Francisco é acusado de ter sido conivente com a ditadura tanto quanto de ser "comunista". "Falar dos pobres não significa ser, automaticamente, comunista: os pobres são a bandeira do Evangelho e estão no coração de Jesus! A pobreza não tem e não pode ter ideologia... não se pode reduzir tudo a facções de direita ou esquerda."

Quando ouve que "Francisco está destruindo o papado", deseja que a igreja "supere o clericalismo, a atitude de superioridade moral e de distanciamento em relação aos fiéis que se tornou uma doença, um flagelo!".

Antenado, o papa critica as fake news e o uso da IA para cometer crimes e defende a algor-ética para "questionar os processos de interação entre os seres humanos e as máquinas e garantir que sempre ocorram no perímetro do respeito à pessoa".

Outros Escritos

Nietzsche, Benjamin e a história

Tatiana Salem Levy

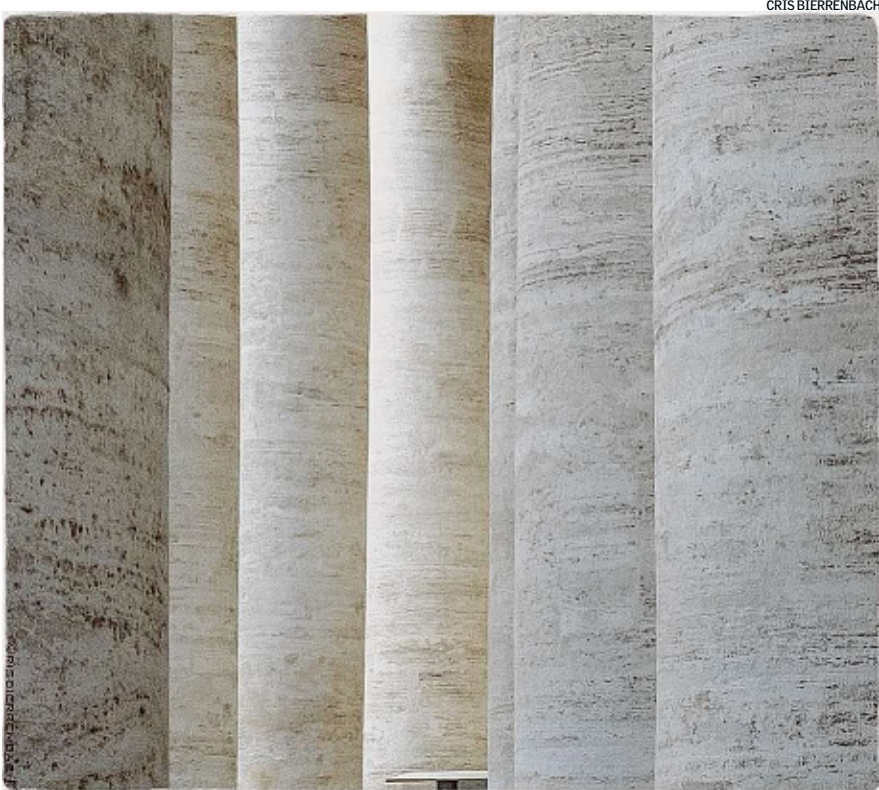
É claro que precisamos rememorar o passado, seja ele glorioso, banal ou terrível. Mas também nos é importante saber esquecer

No último dia 31 de março, completaram-se 60 anos do terrível golpe que deu início a uma das mais terríveis ditaduras da América Latina. Datas como essa são importantes de serem assinaladas, pensadas e repensadas, pois sem análise histórica fica mais difícil evitarmos as tragédias futuras. Apesar de toda a sua inteligência, o ser humano tem a desastrosa mania de repetir guerras, genocídios, ditaduras, perseguições, assassinatos. Sem uma constante avaliação de nós mesmos, não melhoramos. E o Brasil é um país que precisa constantemente ser colocado no divã.

Dito isto, queria pensar aqui a própria ideia de história, a partir das concepções dos alemães Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. No ensaio "Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida" (trad. Marco Antônio Casanova, Relume Dumará), Nietzsche sublinha a importância concomitante da memória e do esquecimento, sintetizados da ideia de que é preciso lembrar para esquecer. E algo ainda mais crucial é a forma com a qual ele pensa como a história pode sufocar a vida ou promovê-la.

"Vida" é um conceito-chave na filosofia de Nietzsche. Ele abre o ensaio com uma frase de Goethe, que representa a sua própria filosofia: "De resto, me é odioso tudo o que simplesmente me instrui sem aumentar ou imediatamente vivificar a minha atividade". O que não intensifica a vida não lhe interessa. E, para ele, não há nada mais morto do que a história como um acúmulo de saber.

Desde "O nascimento da tragédia", seu primeiro livro, Nietzsche faz uma crítica ferrenha à história enquanto disciplina acadêmica, isto é, enquanto acúmulo de um saber que, ao se mostrar excessivo, obstrui a saúde de uma cultura. Aquilo a que ele chama de homem culto é o homem adoecido pela história. Segundo ele, a história tomada como um luxo do conhecimento deveria ser odiosa para nós. Mas, se em "O nascimento da tragédia" a história aparece fundamentalmente como prejudicial, na medida em que elimina a força vital de uma cultura, na "Segunda consideração intempestiva" ele também se pergunta sobre as suas vantagens. Como a história pode ser útil?

A crítica de Nietzsche não é à história em si, mas à forma como se pensa a história no século XIX: "Padecemos de uma febre histórica", diz ele. Precisamos da história para a vida e a ação, não para o abandono confortável da vida ou mesmo para o embelezamento. "Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la", diz ele. A história, como forma de conhecimento, não pode ficar encastelada — precisa ser direcionada para a afirmação da vida. Ou seja, o estudo da história não deve constituir um fim em si mesmo (acumulação de saber factual); deve servir como meio para algum fim ou objetivo vital.

CRIS BIERRENBACH

A história é útil na medida em que promove uma compreensão mais aguçada de sua própria época. Ela permite conhecer, refletir e agir na vida humana prática. Estabelece um diálogo entre as culturas e os tempos (entre o Brasil da ditadura e o Brasil de agora, por exemplo). A relação entre culturas e tempos nos permite um enriquecimento de nós mesmos não apenas individualmente, mas, sobretudo, como sociedade.

Quando falo aqui da utilidade, não estou querendo dizer instrumentalização da história. O conhecimento precisa ter uma finalidade clara, o que não quer dizer instrumentalizá-lo, mas sim refletir sobre seu papel na vida. O conhecimento que apenas instrui, sem vivificar, não interessa a Nietzsche. Como grande genealogista, ele estuda a origem e o processo dos acontecimentos para pensar o hoje. No seu primeiro livro, analisou a tragédia grega com o intuito de renovar as forças artísticas da Alemanha de sua época. "Somente a partir da suprema força do presente tendes o direito de interpretar o passado", diz ele.

É claro que todos nós às vezes temos o desejo de viver a-historicamente, isto é, esquecendo as coisas do passado, vivendo como se fosse o primeiro dia. No entanto, ao contrário de um rebanho que pasta, não podemos aprender a esquecer. Dizemos: "Eu me lembro" e invejamos o animal que esquece.

Ao mesmo tempo, uma pessoa, um povo, uma cultura adoecem se ruminam o passado, vangloriando o que já foi sem pensar no hoje. Tornam-se coveiros do presente. A capacidade de esquecimento está relacionada ao tamanho da nossa força plástica, que incorpora o passado, curando feridas. Por isso, o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um povo. É claro que precisamos rememorar o passado, seja ele glorioso, banal ou terrível — esta é a única forma de nos reconhecermos, de criarmos uma identidade e evitarmos repetir os nossos erros. Mas também nos é importante saber esquecer (isto não quer dizer perdoar, ignorar, apagar) para construirmos um presente melhor, mais alegre, mais vivo.

O diagnóstico de Nietzsche sobre o seu tempo presente é de que a vida está doente e precisa ser curada. O excesso de história afetou a sua força plástica, afetou a história. Feito uma serpente que engoliu coelhos inteiros e agora se deita ao sol evitando qualquer movimento desnecessário, assim estava a Alemanha do final do século XIX. Qualquer pessoa que passasse por perto só poderia desejar que uma tal cultura não morresse de indigestão, brinca ele.

Apenas se a história suporta se converter em obra de arte ela poderá conservar instintos e, até mesmo, despertá-los. Nietzsche relembra que o termo "história" (Geschichte) em alemão deriva do termo "acontecimento" (Geschehnis). Uma história em que nada acontece estaria em franca contradição com o seu próprio sentido etimológico.

Walter Benjamin, posterior a Nietzsche e influenciado por ele, também pensa a história como acontecimento. No ensaio "Sobre o conceito de história", Benjamin segue desenvolvendo aquilo que ele chama de "escovar a história a contrapelo". Ou seja, não a pensa como linha contínua, evolutiva, mas como acontecimentos. A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras".

Para o materialismo histórico, corrente à qual Benjamin se insere, articular o passado não significa conhecê-lo como ele "de fato foi", e sim fixar uma imagem, se apropriar de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Essa imagem fixa é um acontecimento, que irrompe da linearidade. Que se movimenta, mas também paralisa. Ela passa, veloz, e temos que tentar agarrá-la. "O momento em que o pensamento para, é o instante em que devemos insistir nele", diria Hannah Arendt.

A consciência de fazer explodir o continuum da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação. A revolução é a explosão da história, o agora, o instante em que tudo acontece, uma irrupção na continuidade linear. Para o materialista histórico, o presente não é a transição entre um antes e um depois. Enquanto o historicista apresenta a imagem "eterna" do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única.

Ele contempla os bens culturais com distanciamento, pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror (por exemplo, a escravidão, o Holocausto, a ditadura militar). Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. Por isso, olhar para a história é ver também o horror.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com

Moda, arte, noite e judaísmo

Estilo Exposição no Museu Judaico de São Paulo costura as diversas referências presentes nas criações de Alexandre Herchcovitch. Por *Eduardo Simões*, para o Valor, de São Paulo

Em 2012, Alexandre Herchcovitch lançou uma coleção masculina inspirada na indumentária de judeus ortodoxos hassídicos. Neto de imigrantes judeus da Romênia, Rússia, Polônia e da antiga Bessarábia (região que hoje inclui a Moldávia), o estilista paulistano não é religioso, mas imprimira em peças como um xale as referências litúrgicas que guardara na memória dos anos de estudo no colégio Iavne, nos Jardins, de onde saiu em 1989 para iniciar o curso de moda na Faculdade Santa Marcelina.

Da coleção original, um sucesso de vendas, Herchcovitch, 52 anos, conseguiu guardar apenas um casaco. Mas recriou cinco de seus modelos para a exposição "Alexandre Herchcovitch: 30 Anos Além da Moda", que o Museu Judaico de São Paulo (MUJ) abre ao público neste sábado, celebrando três décadas de carreira do estilista.

Além da inspiração judaica, a mostra retrospectiva, com curadoria de Maurício Ianês, destaca como a produção do estilista dialogou com as artes visuais e ecoou elementos da noite paulistana dos anos 1990.

Mariana Lorenzi, coordenadora de curadoria do MUJ, ressalta que a exposição reflete o desejo de incluir na programação "temas contemporâneos em uma instituição que tem um recorte mais tradicional e aborda questões de uma comunidade". Ela destaca ainda que a mostra revela a polivalência de Herchcovitch, na direção de arte dos desfiles, na concepção de convites e de maquetes para suas passarelas.

Artista visual e stylist, Ianês acompanhou quase toda a trajetória de Herchcovitch e teve um papel central na formação da imagem de sua marca. Ao mergulhar no acervo do estilista — cerca de 2 mil peças, guardadas em seu ateliê, na Barra Funda, e em uma sala alugada em Santa Cecília —, o curador selecionou quase 180 itens. A lista já estava fechada quando Herchcovitch se deparou com uma preciosidade: a primeira caveira que desenhou, com nanquim sobre papel vegetal, em meados dos anos 1980, e que viria a se tornar a logomarca de sua grife.

"Eu sabia que tinha feito, mas não onde estava", conta Herchcovitch. "O seguro das peças já estava até contratado, mas eu falei para o Maurício que ele precisava incluir de todo jeito." Junto ao desenho, o estilista encontrou ainda fotos do casamento de seus pais e de sua infância, algumas delas presentes na exposição. O mergulho no acervo, conta, "acendeu uma luz".

"Rever todo esse acervo, perceber que ele envelhece, que apodrece, me fez entender que, se eu não organizar, tudo vai morrer aos poucos. Tenho que correr para ter um espaço mais apropriado à conservação dessas peças", diz.

DIVULGAÇÃO

"Vou me autorreferir até o ponto em que eu estiver seguro para fazer coisas novas", diz Herchcovitch

"As peças de látex natural, por exemplo, têm uma vida útil de mais ou menos dez anos. O material resseca e esfarela. Tanto que as roupas feitas com o material, que estão presentes na exposição, não podem ser penduradas. Estarão em vitrines, deitadas."

A peça mais antiga presente na exposição é um vestido que Herchcovitch fez em 1985 para a sua mãe, Regina, dona de uma confecção de lingerie onde ele aprendeu a costurar. Há também criações de seu desfile de formatura, em 1993, e ainda as colaborações com Johnny Luxo, Debby Gram, André Schiliró, Fabio Bartelt, Miro e Marcelo Krasilcic, entre outros nomes da moda.

Entre as curiosidades, a mostra abriga um sapato com salto altíssimo, uma "peça quase escultural", parte da coleção do empresário Charles Cosac, segundo Mariana Lorenzi, que destaca ainda a instalação fotográfica feita pelo Estúdio Campo. Ela cobre todas as paredes do segundo subsolo. Ali estão registros da infância de Herchcovitch, fotos de Marcia Pantera, drag queen para quem desenhou mais de 300 modelos, de celebridades como a atriz Camila Pitanga, lambe-lambes que lembram "uma grande revista aberta".

Os 30 anos de trajetória de Herchcovitch quase coincidiram com a retomada de sua marca, em 2022. A grife havia sido vendida em 2010 para um grupo de moda, e o estilista permaneceu como diretor criativo até 2016, quando resolveu não renovar o contrato. Em seguida trabalhou na equipe de estilo da marca À La Garçonne, com a qual se aproximou da sustentabilidade.

"A minha mentalidade mudou completamente, tanto no trabalho que faço para grandes empresas quando para a marca Alexandre Herchcovitch. Busco o máximo de reaproveitamento de estoques de tecidos. Não existe um caminho de volta", afirma o estilista, que ficará ao menos dez anos à frente da grife, para a qual já criou duas coleções. Neste ano, ele conta, serão três, e a cada 45 dias ele fará pequenos lançamentos.

"Tenho trabalhado uma refação de meu próprio repertório para refrescar a memória das pessoas, em um processo de reconquista do público por meio dos signos que marcaram minhas criações, como o uso da caveira e as técnicas de alfaiataria. Vou me autorreferir até o ponto em que eu estiver seguro para fazer coisas novas", diz Herchcovitch. ■